

**INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS MILITARES**

**CURSO SUPERIOR DE COMANDO E DIRECÇÃO**

**ANO LECTIVO 2004 / 2005**



**TRABALHO INDIVIDUAL DE LONGA DURAÇÃO**

**A FORÇA DE REACÇÃO RÁPIDA**

**CONCEITO DE EMPREGO NA DEFESA CONTRA  
AMEAÇAS AOS INTERESSES NACIONAIS E NO ÂMBITO  
DOS COMPROMISSOS INTERNACIONAIS**

***Raul Luís de Moraes Lima Ferreira da Cunha***

**Coronel de Infantaria**



## DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A UM TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IAEM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOUTRINA OFICIAL DO EXÉRCITO PORTUGUÊS.



**A FORÇA DE REACÇÃO RÁPIDA**  
**CONCEITO DE EMPREGO NA DEFESA**  
**CONTRA AMEAÇAS AOS INTERESSES**  
**NACIONAIS E NO ÂMBITO DOS**  
**COMPROMISSOS INTERNACIONAIS**

IAEM, 21 de Fevereiro de 2005



## **DEDICATÓRIA**

*Dedico este trabalho ao Homem, ao Militar, ao Chefe,  
ao “meu” Comandante, ao Herói Português, que tanto  
me inspirou e ajudou com o seu exemplo:  
- Cor Tir Inf RAUL MIGUEL SOCORRO FOLQUES.*

*Raul Cunha*



## **RESUMO ANALÍTICO**

### **A FORÇA DE REACÇÃO RÁPIDA, CONCEITO DE EMPREGO NA DEFESA CONTRA AMEAÇAS AOS INTERESSES NACIONAIS E NO ÂMBITO DOS COMPROMISSOS INTERNACIONAIS**

*por Cor Raul Cunha*

O Exército do amanhã deverá ser mais projectável e ter a capacidade de enfrentar as futuras ameaças ao longo de todo o espectro da guerra. A nova Força de Reacção Rápida é essencial para esta transformação do Exército. Este documento examina o papel da FRR e a forma como esta preenche o leque de capacidades das forças existentes. Começa por enquadrar os actuais tipos de conflito existentes no Mundo, as alianças em que Portugal se insere e as ameaças que enfrenta ao tentar contribuir para uma estabilidade generalizada. Após algumas considerações sobre o tipo destas forças e a sua estrutura habitual, ao analisar a questão central, este documento apresenta um conceito operacional que está fundamentalmente articulado e desenvolvido com base na força tipo, sem deixar de se interrelacionar com as possíveis missões e com o ambiente operacional.

## **ABSTRACT**

### **THE RAPID REACTION FORCE. ITS OPERATIONAL CONCEPT TO FACE THE POSSIBLE THREATS TO THE NATIONAL INTERESTS AND WITHIN THE FRAME OF INTERNATIONAL COMPROMISES**

*by Col. Raul Cunha*

The Army of tomorrow must be more deployable and capable of meeting future threats across the full spectrum of war. Essential to this transformation is the Army's new Rapid Reaction Force (RRF). This document examines the RRF's role and how it bridges the existing capabilities gap of its forces. It starts with the framing of the present types of conflicts in the world, the alliances regarding Portugal and the threats it faces when trying to contribute for the overall stability. After some basic considerations on this type of forces and their usual structure, when analyzing the research question, this document presents an operational concept which is fundamentally developed based on a type-force and relating it with the possible missions and the operational environment.



## **AGRADECIMENTOS**

São muitas as pessoas a quem tenho de agradecer pelas suas importantíssimas contribuições para este trabalho. Foi uma tarefa muito exigente e na sua resolução contei com a ajuda e conselho de muitos amigos, todos camaradas de “armas”.

Antes de todos os demais, tenho de reconhecer o contributo dos meus companheiros dos SAS<sup>1</sup>, pois além de me incentivarem a manter uma apreciável forma física conjugando-a com substanciais degustações de “Coca-Cola”, foram incansáveis nos estímulos, sugestões e conselhos. Eles foram, sem dúvida, e é com orgulho que o afirmo, os autênticos “orientadores” deste trabalho, são verdadeiros, grandes e fiéis amigos e decididamente acreditaram nas minhas faculdades pelo que espero nunca os vir a decepcionar, profissionalmente ou em termos pessoais.

Em segundo lugar, quero agradecer aos Cor Inf Martins Branco, Cor Art Rovisco Duarte, TCor Inf Perestrelo e TCor Inf Almendra, os quais comigo e com alguns dos companheiros dos SAS fazem parte do privilegiado “Grupo de Florença”<sup>2</sup> e ao Cor Inf Cameira Martins e TCor Cav Luís Fonseca pela sua ajuda em termos de elementos de consulta e oportunas “dicas”. A sua colaboração em muito facilitou este projecto.

Quero também agradecer, em especial, ao meu velho amigo e “cunhado” Cor Tir Art Vítor Viana, pela inspiração e conselhos ao longo de todo este processo – sem dúvida que o seu exemplo me motivou a uma entrega ainda um pouco maior. Devo acrescentar que foram de extrema utilidade todas as nossas conversas, sobre inúmeros temas relacionados com o Curso – com ele aprendi sempre alguma coisa.

Por último, quero agradecer à Direcção do IAEM pela valiosa orientação, ensinamentos e apoios recebidos ao longo do Curso Superior de Comando e Direcção, até à data em que fiz a entrega deste trabalho. Aproveito ainda para agradecer aos meus companheiros de curso pela sua camaradagem e amizade.

Só me resta deixar uma nota de amor para a minha mulher e filhos, por quem sigo lutando.

---

<sup>1</sup> “Saturdays and Sundays”: núcleo “duro” que se junta aos Sábados e Domingos de manhã para juntos palmilharem uns quilómetros em passo de corrida e amena cavaqueira – TCor AdMil João Reis, TCor AdMil Jorge Reis e TCor Eng José Fonseca. Não confundir com os “Special Air Service”, que esses só ajudam alguém, se para tal receberem ordem de S. Majestade Britânica.

<sup>2</sup> Militares que serviram no EM da EUROFOR, nessa belíssima cidade italiana.



## **SIGLAS E ABREVIATURAS**

<b>AA</b>	Anti-Aérea
<b>ACar</b>	Anti-Carro
<b>AMat</b>	Anti-Material
<b>Ap</b>	Apoio
<b>AT</b>	Aeroterrestre
<b>BAAT</b>	Batalhão de Apoio Aeroterrestre
<b>BAI</b>	Brigada Aerotransportada Independente
<b>BApSvc</b>	Batalhão de Apoio de Serviços
<b>Bat</b>	Batalhão
<b>BCMDS</b>	Batalhão de Comandos
<b>BI</b>	Batalhão de Infantaria
<b>BIMec</b>	Batalhão de Infantaria Mecanizada
<b>BLI</b>	Brigada Ligeira de Intervenção
<b>BMI</b>	Brigada Mecanizada Independente
<b>Brig</b>	Brigada
<b>CAt</b>	Companhia de Atiradores
<b>CAP</b>	Companhia de Apoio
<b>Cbt</b>	Combate
<b>CCMDS</b>	Companhia de Comandos
<b>CCS</b>	Companhia de Comando e Serviços
<b>CEDN</b>	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
<b>CEM</b>	Conceito Estratégico Militar
<b>CEME</b>	Chefe de Estado Maior do Exército
<b>CIMIC</b>	<i>Civil-Military Cooperation</i> (Cooperação Civil Militar)
<b>CIOE</b>	Centro de Instrução de Operações Especiais
<b>CIS</b>	<i>Communication and Information Systems</i> (Sistemas de Comunicações e Informação)
<b>CJTF</b>	<i>Combined Joint Task Force</i> (Força Operacional Conjunta e Combinada)



<b>CMDS</b>	Comandos
<b>CP</b>	<i>Capability Package</i> (Conjunto de Capacidades)
<b>CPLP</b>	Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa
<b>CRO</b>	<i>Crisis Response Operations</i> (Operações de Resposta a Crises)
<b>CSAR</b>	<i>Combat Search and Rescue</i> (Busca e Salvamento em Combate)
<b>DOE</b>	Destacamento de Operações Especiais
<b>EM</b>	Estado-Maior
<b>EME</b>	Estado Maior do Exército
<b>EMGFA</b>	Estado Maior General das Forças Armadas
<b>EOD</b>	<i>Explosive Ordnance Disposal</i> (Inactivação de Engenhos Explosivos)
<b>ETAT</b>	Escola de Tropas Aerotransportadas
<b>ETE</b>	Escola de Tropas Especiais
<b>EU</b>	<i>European Union</i>
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>EUFOR</b>	<i>European Force</i> (Força Europeia – na Bósnia-Herzegovina)
<b>Expl</b>	Exploração
<b>FA</b>	Forças Armadas
<b>FAC</b>	<i>Forward Air Controller</i> (Controlador Aéreo Avançado)
<b>FOPE</b>	Força Operacional Permanente do Exército
<b>FRR</b>	Força de Reacção Rápida
<b>Fuz</b>	Fuzileiros
<b>GAC</b>	Grupo de Artilharia de Campanha
<b>GALE</b>	Grupo de Aviação Ligeira do Exército
<b>GU</b>	Grande Unidade
<b>HIC</b>	<i>High Intensity Conflict</i> (Conflito de Alta Intensidade)
<b>HRF</b>	<i>High Readiness Forces</i> (Forças de Elevada Prontidão)
<b>ISAF</b>	<i>International Security Assistance Force</i> (Força Internacional para Auxílio à Segurança – Afeganistão)





<b>LPM</b>	Lei de Programação Militar
<b>Man</b>	Manutenção
<b>MDN</b>	Ministério da Defesa Nacional
<b>MEU</b>	<i>Marine Expeditionary Unit</i>
<b>MIFA</b>	Missões das Forças Armadas
<b>ML</b>	Metralhadora Ligeira
<b>Mort</b>	Morteiros
<b>Msl</b>	Míssil
<b>MSU</b>	<i>Multinational Specialized Unit</i>
<b>NATO</b>	<i>North Atlantic Treaty Organisation</i>
<b>NBQ</b>	Nuclear, Bacteriológico e Químico
<b>NPL</b>	Navio Polivalente Logístico
<b>NRF</b>	<i>NATO Reaction Force</i>
<b>OAF</b>	Observador de Apoio de Fogos
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>OSCE</b>	Organização para a Cooperação e Segurança na Europa
<b>OTAN</b>	Organização do Tratado do Atlântico Norte
<b>Pára</b>	Pára-quedistas
<b>PC</b>	Posto de Comando
<b>PE</b>	Polícia do Exército
<b>PfP</b>	<i>Partnership for Peace</i> (Parceria para a Paz)
<b>PREC</b>	Precursos
<b>PS</b>	Posto de Socorros
<b>Reab</b>	Reabastecimento
<b>RLA</b>	Reconhecimento de Longo Alcance
<b>RRF</b>	<i>Rapid Reaction forces</i>
<b>SACEUR</b>	<i>Supreme Allied Commander Europe</i>
<b>SFN</b>	Sistema de Forças Nacional



<b>SFOR</b>	<i>Stabilization Force</i> (Força de Estabilização – na Bósnia-Herzegovina)
<b>SOGA</b>	Saltador Operacional a Grande Altitude
<b>TA</b>	<i>Target Acquisition</i> (Aquisição de Objectivos)
<b>TO</b>	Teatro de Operações
<b>TOA</b>	<i>Transfer of Authority</i> (Transferência de Autoridade)
<b>Tpt</b>	Transporte
<b>UAV</b>	<i>Unmanned Aerial Vehicle</i> (Veículo Aéreo não tripulado)
<b>UE</b>	União Europeia
<b>UEB</b>	Unidade de Escalão Batalhão
<b>UN</b>	<i>United Nations</i> (Nações Unidas)
<b>VBTP</b>	Viatura Blindada de Transporte de Pessoal
<b>VSTOL</b>	<i>Vertical/Short Take-off and Landing</i>
<b>ZL</b>	Zona de Lançamento



## ÍNDICE GERAL

1. INTRODUÇÃO .....	1
2. CONFLITUALIDADE E ALIANÇAS. AMEAÇAS A PORTUGAL	
a. A Actual Conflitualidade Mundial .....	3
b. As Organizações Internacionais, as Alianças e Coligações na Prevenção e Resolução dos Conflitos .....	5
c. As Ameaças a Portugal .....	10
3. A FORÇA DE REACÇÃO RÁPIDA DO EXÉRCITO	
a. Pressupostos e Linhas Orientadoras .....	12
b. Estrutura e Possibilidades .....	20
c. Vantagens e Inconvenientes desta Organização da FRR .....	24
4. CONCEITO DE EMPREGO	
a. Finalidade .....	24
b. Pressupostos .....	25
c. Conceito Operacional .....	26
d. Orientações .....	27
e. Empenhamento Operacional .....	34
f. Requisitos Fundamentais para Aplicação do Conceito de Emprego da FRR .....	35
g. Critérios para Validação .....	36
5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	
a. Generalidades .....	36
b. Conclusões Sectoriais .....	37
c. Horizonte Temporal .....	40
GLOSSÁRIO DE CONCEITOS	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	
APÊNDICES:	
A - ORGANOGRAMAS	
B - INSTRUÇÃO	
C - APOIO LOGÍSTICO	
D - APOIO DE C4IVR	
ANEXOS:	
A - <i>NEW AIRLIFT REQUIREMENTS</i>	
B - VIATURA TIPO “MULA MECÂNICA”	



## 1 – INTRODUÇÃO

"A rapidez é a essência da guerra."  
Sun Tzu – "A Arte da Guerra" – 500 AC

### **Porquê uma Força de Reacção Rápida (FRR)**

A afirmação de Sun Tzu, que encima o capítulo, sintetiza magistralmente a razão da existência de uma Força de Reacção Rápida e da importância, corolário da necessidade presente, do desenvolvimento conceptual do emprego dessa força.

O Exército Português atravessa um processo de transformação, organizando-se e dotando-se de forças mais flexíveis e de grande mobilidade, com adequados níveis de prontidão e sustentação, de modo a ser capaz de enfrentar o amplo espectro de ameaças existente no actual ambiente estratégico e a prosseguir outros interesses nacionais.

Um dos aspectos fundamentais dessa transformação é a alteração das estruturas das actuais três Brigadas que compõem a Força Operacional Permanente do Exército (FOPE), de forma a que se preencha todo o leque de constituições possíveis – Pesada, Média e Ligeira<sup>3</sup>. Dessa alteração decorre também a necessidade de rendibilizar todo o "know-how" existente nas actuais "ditas" Forças Especiais e, face às limitações existentes, quer económicas, quer de infra-estruturas, quer de pessoal, determinar um diferente enquadramento para todas estas forças. De facto, também as actuais condições restritivas envolventes têm por consequência a desactualização do modelo existente para a Brigada Aerotransportada, pelo que também se impõe a sua reestruturação e adaptação às novas realidades.

Nos tempos actuais, a possibilidade de um rápido emprego das forças militares imediatamente disponíveis nos locais problemáticos do mundo ganhou um novo impulso, necessidade e significado político-estratégico. Os conflitos mais recentes, tais como as duas Guerras do Golfo, os massacres inter-étnicos na ex-Jugoslávia e as chacinas no Ruanda, enormemente mediatizados, espevitaram a consciência internacional e aumentaram o já crescente sentimento de culpa, por omissão ou inacção contrários aos benefícios da paz pós guerra fria, das comunidades regionais e internacionais. Tal, por sua vez, provocou o aparecimento de missões para as forças armadas, mais "consideradas" e de melhor aceitação pela opinião pública: as de prevenir, ou pelo menos minimizar os conflitos armados. Um velho conceito<sup>4</sup> ganhou uma visibilidade e popularidade acrescidas com o nome de "Forças de Reacção Rápida (FRR)" – "*Rapid Reaction Forces (RRF)*".

### **Caracterização Genérica da FRR**

A Força de Reacção Rápida terá de ser uma força de combate apta a enfrentar um largo espectro de ameaças e passível de utilização em ambientes operacionais muito diversificados. Como um todo, deverá poder proporcionar capacidades suficientes para se constituir como uma das unidades de manobra de uma Divisão ou mesmo Corpo de Exército e, eventualmente, como o Comando ou parte do Comando, num Teatro Operacional de maior importância; no entanto, dever-se-ão ter em conta as suas limitações neste

<sup>3</sup> De facto, com a aquisição e futura atribuição à Brigada Ligeira de Intervenção (BLI) da família de novas viaturas blindadas de rodas, o "peso" desta GU passará por certo a deixar de ser Ligeiro devendo outrossim ser considerado como Médio.

<sup>4</sup> Bem como outros conceitos naturalmente renascidos, como o de forças expedicionárias.



âmbito, nomeadamente em protecção, apoio de fogos e apoio de serviços. Acima de tudo, a FRR estará essencialmente vocacionada para destacar sub-unidades de escalão Agrupamento e Sub-agrupamento para operações de contingência em menor escala. A sua capacidade de rápida projecção e entrada não permissiva em qualquer teatro permitir-lhe-á desenvolver operações ofensivas, imediatamente após a sua entrada, de forma a conter, minimizar, estabilizar ou resolver um conflito, ou então implementar a paz. Em tempo de paz, a FRR conduzirá os seus programas de treino e aprontamento, dando especial atenção às questões de racionalização, normalização e interoperabilidade de equipamentos e doutrina com os outros Ramos e com potenciais aliados ou parceiros de coligação.

### **Definição do Objectivo de Investigação**

Considerou-se importante estabelecer, com coerência e fluidez, os elementos doutrinários base para o emprego da FRR, em conflitos de carácter assimétrico ou convencional:

- ☐ Na defesa do TN;
- ☐ Como componente terrestre numa FRR Nacional (conjunta);
- ☐ Autonomamente na defesa dos interesses nacionais fora do TN;
- ☐ Em alianças e coligações, fora do TN e em qualquer “faixa” do espectro de conflitos.

### **Do Conceito**

O Conceito de Emprego da FRR aqui desenvolvido é um conceito experimental, carecendo de validação em exercícios e em operações. Pretende constituir-se como uma referência de “*como fazer*”, de acordo com a arte e ciência da guerra, e não como um mero arrolamento de capacidades existentes ou a desenvolver nas suas unidades constituintes. Não define nem pormenoriza, consequentemente, detalhes práticos. Produto sempre inacabado, após uma validação inicial deverá sujeitar-se a um processo incremental e iterativo de aperfeiçoamento ao longo do tempo, respondendo à experiência adquirida e à evolução tecnológica, organizacional, tática e político-estratégica.

O presente conceito está fundamentalmente articulado e desenvolvido com base na força tipo (um dado essencial), sem deixar de se interrelacionar com as missões tipo – desde as operações de apoio à paz até aos conflitos convencionais de alta intensidade – e com o ambiente operacional.

### **Metodologia**

O percurso metodológico iniciou-se através da realização de uma pesquisa bibliográfica e documental sobre forças de reacção rápidas estrangeiras.

Identificou-se, em seguida, a questão central que serviu de guia para a investigação:

**Como empregar uma FRR num ambiente operacional em que as ameaças mais prováveis assumem um carácter difuso e múltiplo, onde o assimétrico poderá conviver simultaneamente com o convencional?**

Perante esta questão central, e tendo em atenção os meios existentes ou passíveis de obter a curto prazo, identificaram-se algumas questões derivadas:

- ☐ Que missões irá cumprir e como?



- ❑ Qual a organização a adoptar?
- ❑ Qual a composição e capacidades inerentes?
- ❑ Que especificidade organizacional, técnica ou táctica, poderá potenciar e otimizar a experiência adquirida nos TO africanos e nas missões de apoio à paz?
- ❑ Quais as consequências resultantes a nível doutrinário, organizacional, instrução e treino?

Retomou-se então a pesquisa bibliográfica e documental, não só de documentos de organizações internacionais, alguns deles classificados, como também de artigos académicos nacionais e estrangeiros e trabalhos de *think tanks* europeus, africanos, australianos e norte-americanos. Como complemento deste instrumento de investigação, entrevistou-se o Chefe da Divisão de Planeamento e Programação do EME e Sub-CEME interino, que tinha estado na génese do tema proposto e que pôde transmitir as questões fundamentais que esperava ver tratadas, clarificando simultaneamente os conceitos e ideias que presidiram à introdução deste novo elemento no Sistema de Forças do Exército.

### **Estrutura e Conteúdo do Trabalho**

O trabalho está estruturado numa sequência que se considera lógica para dar resposta à questão central. Após a introdução, dedica-se o segundo capítulo à análise conceptual do que tem sido a evolução recente da conflitualidade, à percepção das ameaças a Portugal e ao enquadramento das alianças em que o nosso País se insere, em matéria de segurança e defesa. No terceiro capítulo, descrevem-se possíveis linhas de orientação para a constituição da Força e apresenta-se uma estrutura tipo com a pormenorização dos principais componentes e das suas capacidades em termos operacionais. No quarto capítulo, procura-se dar resposta à questão central, individualizando-se, nas suas linhas gerais, um conceito de emprego para a Força descrita no capítulo anterior. O trabalho termina com a apresentação de conclusões e as recomendações daí decorrentes, entendidas como adequadas ao objecto do presente estudo e dentro das limitações de espaço e de tempo para ele consideradas.

## **2 – CONFLITUALIDADE E ALIANÇAS. AMEAÇAS A PORTUGAL**

*“... na realidade, as alianças não são mais do que casamentos de conveniência e que tendem a dissolver-se na ausência de uma ‘finalidade geral’ claramente reconhecida.”*

**William Tow<sup>5</sup>**

### **a. A Actual Conflitualidade Mundial**

A queda do Muro de Berlim, em 1989, materializou o fim da Guerra Fria. Foi uma Guerra prolongada, que se dirimiou durante mais de quarenta anos entre dois blocos, cada um deles liderado pela sua superpotência. Foi, também, uma Guerra sustentada por uma capacidade nuclear que punha em causa, se utilizada, a própria Humanidade. Conscientes dessa realidade, os líderes das duas superpotências preocuparam-se em manter um baixo nível de confrontação directa, tendo reservado a *guerra quente* para as áreas de interesse geoestratégico mundial em disputa. Assim sucedeu na Coreia, no Vietname e em

<sup>5</sup> **TOW**, William T.: The United States in Northeast Asia. The future of alliances, Paper prepared for IRAPRU (UQ)-ASPI workshop ‘Northeast Asian Security: Policy Challenges for Australia’ Customs House, Brisbane, 17-18 October 2003, p. 2, acedido em 12Ago04.



África, para citar apenas as guerras ou confrontações mais significativas.

A previsibilidade foi uma das características marcantes da Guerra Fria. Previsibilidade na repartição do trabalho estratégico, na evolução e aplicação das doutrinas, nas ameaças, na gestão das crises, na possibilidade de empenhamento militar efectivo, na própria sucessão e personalidade dos líderes. Foi, em suma, um período de “espada de Damócles” que sempre pendeu sobre a cabeça dos ameaçados sem jamais ter chegado a cair.

O fim da Guerra Fria levou alguns analistas a vaticinar o fim da História<sup>6</sup>, esta entendida como o processo evolutivo das sociedades humanas. Segundo eles, a derrota do comunismo perante a democracia liberal constitui a demonstração cabal que esta é a forma final de governo humano, não havendo lugar a mais nenhuma evolução. Coincidente com a ideia de alguns pensadores do passado<sup>7</sup>, muitos chegaram a prever que esta situação de liberdade e igualdade política e económica acarretaria a redução progressiva dos conflitos até se atingir o estágio final de *não-guerra*.

Contudo, a realidade demonstrou o inverso. Após a queda do Muro de Berlim, o número de conflitos aumentou, bem como o seu poder destrutivo e alcance. Por exemplo, no respeitante a baixas de civis verificadas na segunda metade do século XX, a respectiva percentagem foi aumentando progressivamente de 52% nos anos sessenta, para 73% nos anos setenta, para 85% nos anos oitenta, até se atingir 95% no final do século<sup>8</sup>.

Na busca das razões para esse aumento de conflitualidade, qualquer cidadão mais atento diria que o sistema internacional passou a ter uma única superpotência; que a confrontação Leste-Oeste deu lugar à confrontação Norte-Sul; que a globalização diluiu o conceito tradicional de fronteira e associou-lhe novos conceitos; que os conflitos têm sido mais intra-estados e menos inter-estados; e que têm emergido novas ameaças e riscos difusos, de que o maior expoente é o terrorismo transnacional. Atrever-nos-íamos a resumir a situação em quatro “ismos”: *unilateralismo*, *nacionalismo*, *transnacionalismo* e *terrorismo*. O unilateralismo advém da posição de supremacia e, sobretudo, da postura dos EUA no xadrez mundial, por muitos já apelidada de “Estado Imperial”. O nacionalismo catalisa estados de tensão entre comunidades diferentes sob os pontos de vista étnico, religioso, sócio-cultural ou económico, conduzindo a guerras, sobretudo no interior dos Estados (de que exemplos marcantes são a Bósnia, o Ruanda, a Chechénia e o Kosovo, para só citar alguns). O transnacionalismo consubstancia-se na globalização, que permite o acesso e a partilha de bens, capitais, serviços e informação de e para qualquer parte do mundo, muitas vezes de uma forma quase imediata, mas que origina lutas por recursos naturais e matérias-primas, competição económica desenfreada, degradação ambiental, migrações das zonas pobres do Sul para as zonas ricas do Norte, bem como agudização de ódios e tensões, pela percepção e acentuação das assimetrias existentes. Por fim, o terrorismo: é a face mais proeminente e preocupante – muito tragicamente visível no 11 de Setembro de 2001 e no 11 de Março de 2004 – das novas ameaças, onde

<sup>6</sup> FUKUYAMA, Francis: *O Fim da História e o Último Homem*, Gradiva, Lisboa, Setembro de 1992.

<sup>7</sup> Entre os quais Kojève, discípulo de Hegel, que defendeu esta linha de pensamento, em contraposição ao seu mestre.

<sup>8</sup> Fonte: PEACE PLEDGE UNION, Great Britain.



também pontificam a proliferação de armas de destruição em massa, o crime organizado e as decorrências de Estados párias ou do fenómeno de desestruturação dos Estados.

O mundo está, portanto, perante a realidade por muitos já classificada de “nova conflitualidade”, mas onde os fenómenos apontados não são novos. Já houve situações na História de uma única grande potência mundial. Sempre existiram aspirações nacionalistas no interior de Estados. A globalização começou a ser desenhada nos finais dos anos oitenta do século passado. O terrorismo também não é um fenómeno novo. Pese embora o “terrorismo do novo tipo” se distinga do “terrorismo tradicional” pelo seu impacto estratégico, potenciado pela utilização de violência em larga escala e pela capacidade de actuação a nível global. O que, de facto, diferencia a “nova” da “velha” conflitualidade são os *modus faciendi*. A superpotência mundial tem capacidade para gerir, conduzir, sustentar e vencer guerras prolongadas e de modo inteiramente independente, bem como de impor a sua vontade perante a impossibilidade forçada das demais nações. Os fenómenos nacionalistas sobrepuseram-se à lógica de um Estado uno e indivisível, e conduziram a guerras ou a extremismos revestidos de grande violência, em particular os fundamentalismos islâmicos. A globalização levou os Estados a repensar toda a lógica da defesa dos seus “santuários” territoriais, na medida em que os recursos neles existentes e por vezes também já uma parte significativa da massa humana, poderão já não ser exclusivamente nacionais. O terrorismo transnacional demonstrou que nada está imune à sua acção e que, mesmo podendo ser considerado como uma ameaça externa por uma nação, esta está sujeita à emergência do terrorismo do exterior para o seu interior. Daí a actual discussão que se verifica, sobretudo em Portugal, em torno do papel das Forças Armadas, cuja missão fundamental é “assegurar a defesa militar da República contra qualquer agressão ou ameaça externas”<sup>9</sup>.

Na procura de antever qual será a evolução previsível das capacidades militares dos principais actores internacionais neste ambiente de nova conflitualidade, um estudo realizado pelo *Jane's Information Group*<sup>10</sup> conclui que os EUA irão manter o seu predomínio e serão o único Estado capaz de projectar poder ao nível global até por volta de 2030, ano em que a China e a UE provavelmente se lhes juntarão. Também por essa altura a Índia e o Japão poderão já deter uma capacidade multi-regional análoga à actualmente usufruída quer pela Grã-Bretanha quer pela França. Parece ser consensual a opinião que muito dependerá dos resultados obtidos pelos EUA, no curto e médio prazos, na condução da *war on terror*<sup>11</sup>.

#### **b. As Organizações Internacionais, as Alianças e Coligações na Prevenção e Resolução dos Conflitos**

A guerra é considerada a *ultima ratio* para a resolução de conflitos. Adriano Moreira relembra que a guerra materializa uma subida aos extremos, pois “não é fácil encontrar um problema que a guerra tenha

<sup>9</sup> Art.º 9.º da Lei n.º 29/1982, de 19 de Dezembro, Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas.

<sup>10</sup> *Jane's Information Group*, “Estudo sobre Capacidade Militar Relativa”, Agosto de 2002.

<sup>11</sup> *War on terror* – política “oficial” dos EUA de combate directo ao terrorismo, que se iniciou com as acções militares no Afeganistão, em 2002.





resolvido, nem uma guerra em que os dividendos da paz compensem o preço sofrido por todos os intervenientes”<sup>12</sup>. Já há mais de 2.000 anos Sun Tzu havia observado que “vencer o exército adversário sem o combater é o apogeu da arte”<sup>13</sup>. Este ilustríssimo pensador afluente a aceção tradicional da diplomacia, que se define como a arte de convencer sem empregar a força. Mas não se trata da diplomacia pura, porque esta só existe quando têm lugar relações de cooperação e acomodação. “A acção diplomática recorre, em maior ou menor grau, a formas de pressão (económica, psicológica ou de outra natureza), pelo que o que na realidade então existe é uma estratégia diplomática”<sup>14</sup>.

### A Organização das Nações Unidas (ONU)

No capítulo da prevenção dos conflitos ou, sob outro ponto de vista, da estratégia diplomática, a ONU tem, por definição, um papel destacado, uma vez que o seu principal objectivo é a manutenção da paz. “O fim da Guerra Fria implicou um regresso do mundo à ONU, talvez porque era a única fonte de legitimidade sobrevivente para buscar uma resposta aos conflitos que se multiplicam em todas as áreas.”<sup>15</sup> A realidade, porém, é que a ONU tem tardado em afirmar-se como uma verdadeira gestora das crises internacionais. No capítulo da intervenção directa em conflitos foi claramente impotente, para não dizer humilhada, na Bósnia, no Camboja, na Somália e no Ruanda. A declaração ratificada por 151 Chefes de Estado na Cimeira do Milénio, em Setembro de 2000, visando dar às operações de manutenção de paz das Nações Unidas meios e condições que retirassem aos capacetes azuis a imagem de tropa ineficaz dificilmente foi posta em prática.<sup>16</sup> Mesmo na parte que advém da sua legitimidade como fórum de diálogo e ponto de encontro para a resolução de diferendos entre as nações, a ONU viu a sua credibilidade ferida, primeiramente pela intervenção da OTAN no Kosovo, em 1999, que obrigou a uma Resolução do Conselho de Segurança *a posteriori*, mas sobretudo pela intervenção dos EUA e do Reino Unido no Iraque, em 2003. Tendo considerado ilegítima esta ofensiva militar por ausência de consenso internacional, a ONU foi sendo ultrapassada pelos acontecimentos, a ponto de se ver obrigada a respaldar acções ulteriores, através de resoluções habilmente negociadas pelos EUA. Hoje em dia, a percepção generalizada é que a ONU intervém numa determinada crise apenas em segunda instância, ou seja, por ausência de interesse da superpotência mundial ou quando por esta é instada a intervir e esteja garantido o não-veto pelos outros quatro membros permanentes do Conselho de Segurança. Contudo, a esta percepção contrapõe-se, por exemplo, a do Embaixador Santa Clara Gomes, quando refere que “as Nações Unidas não são um substituto para os equilíbrios clássicos de poder, mas têm uma função de segurança fundamental. Por outras palavras, são um instrumento muito importante do poder.”<sup>17</sup>

### As Alianças e Coligações

A constituição e a natureza de alianças e coligações, e os seus desaparecimentos, têm a ver com os

<sup>12</sup> MOREIRA, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*, Almedina, Coimbra, 1997, p. 85

<sup>13</sup> SUN TZU, *A Arte da Guerra*, Publicações Europa-América, Mem Martins, p.18

<sup>14</sup> COUTO, Abel C., *Elementos de Estratégia*, Vol. I, IAEM, Lisboa, 1988, p.81

<sup>15</sup> MOREIRA, Adriano, op. cit., p. 511

<sup>16</sup> Houve, no entanto, uma missão em que a ONU reagiu de forma clara a acções violentas por parte de forças hostis. Na missão da UNTAET, em Timor Leste, 3 elementos de grupos hostis foram mortos pela força de paz da ONU, no período de Fevereiro de 2000 até finais de Outubro do mesmo ano.

<sup>17</sup> GOMES, Embaixador Gonçalo Santa Clara: *Entrevista ao Diário Económico*, edição de 27Jan05.



(des)interesses comuns das partes<sup>18</sup>. No capítulo militar, as nações poderão agrupar-se segundo dois tipos de estruturas militares multinacionais<sup>19</sup>: as alianças, em que o objectivos a atingir são variados e se estendem por um horizonte temporal alargado, e as coligações, nas quais predomina em regra um objectivo militar particular, a ser atingido num curto espaço de tempo, após o que são dissolvidas. São os interesses, e a possível ameaça a estes, que ditam a existência das alianças ao nível das relações internacionais<sup>20</sup>, sendo qualquer outro motivo resultante de ingenuidade ou de artifícios de retórica<sup>21</sup>.

### A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)

As alterações profundas ocorridas com o fim da Guerra Fria, nomeadamente a implosão da máquina militar soviética e a consequente dissolução do Pacto de Varsóvia, conduziram alguns analistas a vaticinar a dissolução da OTAN por ausência de contendor. Contudo, a OTAN foi rápida a demonstrar o seu dinamismo. Em primeiro lugar, com a alteração do seu conceito estratégico, em 1991, introduzindo a possibilidade de intervenção *out of area*, que ocorreu pela primeira vez na Bósnia-Herzegovina, em 1995. Depois, com a implementação da Parceria para a Paz (PfP), visando a aproximação progressiva aos ex-países de Leste, e com a evolução do conceito *Combined Joint Task Force* (CJTF), conferindo capacidade efectiva e flexibilidade para as intervenções *out of area*. Em 1999, nova actualização do conceito estratégico, adesão de 3 novos membros e intervenção decisiva para o fim das hostilidades no Kosovo. Na sequência do 11 de Setembro de 2001, e ao abrigo do Artigo V, a OTAN cerrou fileiras com o seu mais proeminente membro num objectivo comum jamais visto desde a queda do Muro. Seguiu-se o apoio à intervenção no Afeganistão. Porém, em 2003, verificou-se uma fractura nítida na coesão da OTAN, em resultado das posições antagónicas relativas à intervenção anglo-americana no Iraque. Aparentemente recomposta, a OTAN viria a adquirir nova dinâmica com a adesão, em 2004, de 10 novos membros. Hoje em dia, é inegável que a OTAN é o principal garante da segurança e da estabilidade euro-atlânticas. O seu sucesso foi e é visível na Bósnia-Herzegovina, no Kosovo e no Afeganistão. Resta o Iraque, onde ainda não foram reunidas condições para uma intervenção da OTAN, sobretudo pela oposição desde sempre demonstrada pela Alemanha e também pela posição recente da Espanha, de retirar os seus efectivos militares presentes naquele Teatro. Outra prova da vitalidade da OTAN está também patente na profunda reorganização que empreendeu a partir de 2003 e que, no capítulo da sua capacidade efectiva de intervenção, consagrou a materialização progressiva da *NATO Response Force* (NRF). Quando definitivamente constituída, com os seus cerca de 21.000 efectivos, será uma força com alto grau de prontidão, credível e robusta, com a capacidade de se projectar rapidamente como e onde requerido pelo Conselho do Atlântico Norte para participar no espectro completo das missões OTAN<sup>22</sup>.

<sup>18</sup> MENON, Rajan, *New Order: The End of Alliances*, Los Angeles Times, March 02, 2003, acedido em 12Ago04.

<sup>19</sup> FM 100-8, *The Army in Multinational Operations*, US Army, 1997.

<sup>20</sup> ADMIRE, John H., *Transforming Coalition Warfare with Network Centric Capabilities*, Ninth International Command and Control Research and Technology Symposium Coalition Transformation: An Evolution of People, Processes & Technology to Enhance Interoperability 14-16 September 2004--Copenhagen, Denmark, Evidence Based Research, Inc. 1595 Spring Hill Road, Suite 250 Vienna, Virginia 22182-2216, p.3, acedido em 12Ago04.

<sup>21</sup> LAGASSÉ, Philippe, *Specialization And The Canadian Forces*, Occasional Paper No. 40, 2003, The Norman Paterson School of International Affairs, Carleton University, 1125 Colonel By Drive, Ottawa, Ontario, K1S 5B6, p.30.

<sup>22</sup> NATO – Military Decision on MC 477, Military Concept for the NATO Response Force, p. 4.



## A União Europeia (UE)

Acontecimentos ocorridos na década de 90 do século passado puseram a nu a incapacidade da UE na gestão de crises e na projecção de forças. Em primeiro lugar, porque jamais houve uma posição comum europeia em relação a uma determinada crise ou conflito, vide a Bósnia-Herzegovina, a Albânia e o Kosovo. Em segundo lugar, por manifesta incapacidade e falta de empenho dos países europeus para um projecto militar conjunto.

Uma das lições aprendidas dos Balcãs foi a percepção, por parte da UE, da necessidade de desenvolvimento das suas capacidades de intervenção. Também as dificuldades sentidas pelos elementos da coligação interveniente na 1ª Guerra do Golfo, nomeadamente pela França e pelo Reino Unido<sup>23</sup>, foram um claro aviso das limitações dos dois países e influenciaram as respectivas políticas de defesa. Quando da Cimeira de St. Malo, em 1998, foram, justamente, o Presidente da França e o Primeiro Ministro do Reino Unido os impulsionadores do nascimento de uma política de defesa da UE, posteriormente apelidada oficialmente de Política Europeia de Segurança e Defesa (ESDP - *European Security and Defence Policy*), na Cimeira de Colónia, de Junho de 1999. Em Dezembro desse mesmo ano, no Conselho Europeu de Helsínquia, foi estabelecido o objectivo de criar uma Força de Reacção Rápida da UE composta por 60.000 elementos<sup>24</sup>, com capacidade de ser projectada no prazo máximo de 60 dias. O prazo limite previsto para a efectiva criação dessa Força de Reacção Rápida Europeia foi o fim de 2003. Esta meta não foi atingida, sobretudo porque se verificaram visíveis lacunas em capacidades consideradas essenciais, designadamente em transporte e informação estratégicos. Apenas a França e o Reino Unido possuem alguma capacidade de projecção de forças, embora limitada e mais ajustada às suas necessidades particulares, por via das suas responsabilidades como ex-potências coloniais. São exemplo as intervenções da França no Zaire e no Chade e do Reino Unido nas Falklands.

Desde cedo, a UE tomou consciência que as exigências do cenário estratégico actual fazem apelo a forças expedicionárias capazes de intervirem rapidamente em qualquer lugar do mundo, com organização, estrutura e equipamentos mais leves e maior capacidade C4IVR<sup>25</sup>. Por isso, a UE entendeu dar corpo a elementos de intervenção rápida, que denominou *battle groups* e que são forças de escalão Batalhão ou Agrupamento com cerca de 1.500 efectivos, dotadas de apoio de combate e de apoio de serviços, bem como de capacidade de projecção e sustentação, vocacionadas essencialmente para o cumprimento das

<sup>23</sup> CORDESMAN, Anthony H., CHAIR, Arleigh A. Burke, in *Strategy. The Gulf and Transition US Policy Ten Years After the Gulf War: The Challenge of Providing USCENTCOM and US Power Projection Forces with Adequate Capabilities*, Center for Strategic and International Studies 1800 K Street N.W., Washington, DC 20006, (202) 775-3270, Revised October 16, 2000, acedido 13Ago04, p.41.

<sup>24</sup> *Member States have set themselves the headline goal by the year 2003, cooperating together voluntarily, they will be able to deploy rapidly and then sustain forces capable of the full range of "Petersberg Tasks" as set out in the Amsterdam Treaty, including the most demanding, in operations up to corps level (up to 15 brigades or 50,000-60,000 troops). These forces should be militarily self-sustaining with the necessary command, control and intelligence capabilities, logistics, other combat support services and additionally, as appropriate, air and naval elements. Member states should be able to deploy in full at this level within 60 days, and within this to provide smaller rapid response elements available and deployable at very high readiness. They must be able to sustain such a deployment for at least one year. This will require an additional pool of deployable units (and supporting elements) at lower readiness to provide replacements for the initial forces.* – Presidency conclusions, Helsinki Summit, 10-11 December 1999).

<sup>25</sup> GÄRTNER, Heinz, Senior Researcher, Austrian Institute for International Affairs, *European Security: The End of Territorial Defense*, Winter/Spring 2003 – Volume IX, Issue 2, p. 137



chamadas “Missões de Petersberg”. São forças destinadas a uma primeira intervenção num teatro de operações, criando as condições para a entrada de forças subsequentes. A UE pretende tornar efectivos estes *battle groups* a partir de 2007, a fim de atingir um novo objectivo, apelidado de *Headline Goal 2010*. Sublinhe-se que, apesar de tudo, a UE já conduziu duas operações de modo autónomo, a primeira na Macedónia, em Março de 2003 (Operação Concórdia)<sup>26</sup>, mas utilizando meios e capacidades da NATO, e a segunda, esta sim completamente autónoma, na República Democrática do Congo, em Junho de 2003 (Operação Artemis)<sup>27</sup>. A partir de 1 de Dezembro de 2004 a UE passou a ser responsável pela operação de paz na Bósnia-Herzegovina, empenhando a EUFOR, força herdeira da SFOR com cerca de 7.000 efectivos.

Pode afirmar-se que a UE caminha para a sua afirmação no capítulo militar. Mas fá-lo timidamente, seja porque as operações que conduz de forma autónoma são de pequena envergadura ou têm pouco impacto mediático, seja porque recebe o testemunho da OTAN, essa sim a verdadeira responsável pela estabilização e consolidação da situação.

### As coligações

Para citar de memória um exemplo evidente de coligação torna-se necessário recuar até 1991, ano da I Guerra do Golfo. As forças que combateram e venceram as forças iraquianas provinham de 38 países ocidentais e árabes, que se congregaram no propósito comum de restabelecer a ordem e a soberania no Koweit, expulsando as forças iraquianas do seu território. Também para travar a II Guerra do Golfo foi constituída uma coligação, embora com um número reduzido de países, sob a liderança dos Estados Unidos e com a Grã-Bretanha como parceiro principal. Ambas as situações são exemplos de associações de dois ou mais países que têm por principal objectivo atingir um objectivo militar particular num curto espaço de tempo. Estes dois elementos – objectivo militar e duração breve – indiciam que as coligações são constituídas para operar fundamentalmente na esfera do conflito convencional, onde é determinante a minimização do desgaste em meios humanos e materiais.

### O “Estado Imperial”

Esta abordagem não poderia deixar de ser feita, ainda que de modo breve. A actual ordem internacional evidencia a existência de um país – os EUA – visivelmente preponderante sobre os demais países. Não só porque é o mais evoluído de todos em termos económicos, tecnológicos, educacionais e de investigação de ponta, mas sobretudo porque é detentor da mais eficiente máquina militar do planeta. Significa apenas isto: os EUA são o único país capaz de planear, iniciar e sustentar um conflito militar prolongado, em qualquer parte do mundo, de forma totalmente autónoma. Pode-se afirmar que a sua postura recente tem sido essa, reflectindo uma clara tendência para o unilateralismo, percebida por muitos analistas como uma verdadeira afirmação de “Estado Imperial”, que sobrepõe a sua vontade à de todos os restantes

<sup>26</sup> AAVV: European defence. A proposal for a White Paper. Report of an independent Task Force, Institute for Security Studies, European Union, Paris, May 2004, p. 63

<sup>27</sup> KEOHANE, Daniel: EU defence policy: Beyond the Balkans, beyond peacekeeping? published: 1 July 2003, acedido 12Ago04. KUCHEIDA, M.: Les forces terrestres européennes projetables – Réponse au rapport annuel du Conseil, Document A/1857, 2 juin 2004, acedido a 12Ago04.



Estados.

## **O papel de Portugal**

Saído de um conflito prolongado de 13 anos em África, a que se seguiram anos de consolidação política e económica, bem como de reestruturação da sua estrutura da Defesa Nacional, Portugal soube adaptar-se e responder afirmativamente às solicitações de âmbito militar provenientes dos países aliados e amigos. Sobretudo a partir da década de 90 do século passado, cumpriu missões sob a égide das Nações Unidas (designadamente na Bósnia-Herzegovina, entre 1991 e 1995; em Moçambique, em 1994; em Angola, entre 1994 e 1996; em Timor, entre 2000 e 2004). Tem tido também grande relevância a participação de forças militares portuguesas sob a égide da OTAN na Bósnia-Herzegovina, no Kosovo e no Afeganistão. Adicionalmente, Portugal cumpriu missões no quadro da União Europeia (Missão de Monitores da Comunidade Europeia, na Bósnia Herzegovina, em 1992 e em 2000). Portugal desencadeou, ainda, no âmbito dos seus interesses próprios, três operações autónomas de resgate de cidadãos nacionais em África, no Congo, na Guiné Bissau e no Zaire. No total, desde 1990 foram já empenhados no exterior do território nacional, em operações de paz e de gestão de crises, 43 Batalhões/Agrupamentos e mais de 15 mil militares do Exército e cerca de 5 centenas da Marinha.

### **c. As Ameaças a Portugal**

#### **Os Conceitos Estratégicos de Defesa Nacional e Militar**

O edifício conceptual e estrutural da Defesa Nacional e das Forças Armadas envolve etapas contínuas e sequenciais, de que a primeira é a (re)definição do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), seguindo-se-lhe o Conceito Estratégico Militar (CEM). Numa perspectiva lógica, estes documentos devem identificar as ameaças que se colocam a Portugal, permitindo partir delas para a definição das Missões das Forças Armadas, do Sistema de Forças e do Dispositivo, por esta ordem. “Os níveis de ameaças têm impacto quer nas tarefas atribuídas às forças armadas, quer no que se gasta com elas. Os níveis de ameaças são também tomados em conta para a estruturação das forças, o que vai além das meras capacidades para defender o território.”<sup>28</sup>

Da leitura do CEDN – documento aprovado pelo Governo em 20 de Dezembro de 2002 – podem extrair-se as seguintes ameaças relevantes: **agressão armada** ao território, à população, às Forças Armadas ou ao património; **terrorismo**, nas suas variadas formas; desenvolvimento e proliferação não regulados de **armas de destruição maciça**, de natureza nuclear, radiológica, biológica ou química; **crime organizado transnacional** (tráfico de pessoas e de droga e imigração ilegal) e **atentados ao ecossistema**.

Da leitura do CEM – documento confidencial, datado de 15 de Janeiro de 2004 – retiram-se as seguintes ameaças: **ataque militar directo** contra o território nacional, **emergência de “Estados párias”**<sup>29</sup>, proliferação de **armas de destruição em massa**; **terrorismo transnacional**; **crime organizado** (tráfico de pessoas e de droga); **fluxos migratórios desregulados**; acções de **rotura no aprovisionamento de**

<sup>28</sup> LAGASSÉ, Philippe, op. cit., p.9

<sup>29</sup> E também os Estados falhados ou resultantes do fenómeno de desestruturação dos Estados, que podem levar outros Estados a desencadear operações de evacuação de cidadãos não combatentes, seus e/ou de países amigos.



**recursos vitais e atentados ecológicos.**

É óbvio que as ameaças constantes no CEM coincidem com as enunciadas no CEDN, porque o primeiro dimana deste. Procurar identificar outras ameaças constituiria um exercício puramente académico com resultados discutíveis, pois a elaboração dos citados conceitos foi cuidadosa, participada e abrangente. No entanto, poderemos tentar classificar as ameaças segundo dois critérios distintos: o primeiro, distinguindo ameaças próprias e ameaças partilhadas; o segundo, fazendo a destrição das ameaças segundo o tipo de forças envolvidas e a sua tecnologia.

As ameaças partilhadas estão relacionadas com os compromissos de Portugal em relação às organizações de que é membro, designadamente a ONU, a OTAN e a UE<sup>30</sup>. As ameaças próprias são as que impendem directamente sobre Portugal e que, quando concretizadas, devem ser enfrentadas e resolvidas de modo autónomo. Afigurando-se óbvio que, hoje em dia, a maioria das ameaças podem ser consideradas partilhadas, as ameaças próprias consistirão no ataque militar directo ao território nacional (pelo menos até ao momento do accionamento dos mecanismos das alianças), ameaças transnacionais, incluindo o terrorismo e o crime organizado transfronteiriço, hoje considerados como os mais prováveis, e a rotura no aprovisionamento ou no acesso a recursos vitais.

A classificação das ameaças segundo o tipo de forças envolvidas e a sua tecnologia é uma abordagem inovadora que se encontra sustentada em documentação australiana<sup>31</sup>. Segundo esta abordagem, as ameaças são de três tipos: forças convencionais de baixa-média tecnologia, com possibilidade de inserção de alta tecnologia; forças irregulares de baixa tecnologia, com possibilidade de ameaças de alta tecnologia visando interesses nacionais e a sociedade civil; e forças de pequena massa dotadas de alta tecnologia. Poder-se-á considerar que o ataque militar directo contra o território nacional configura uma ameaça do primeiro tipo e que as restantes se enquadram no segundo tipo. De momento, não estão identificadas ameaças a Portugal do terceiro tipo.

**Probabilidade de ocorrência das ameaças**

Definidas as ameaças nos documentos conceptuais de base, haverá que analisá-las sob o ponto de vista da sua probabilidade de ocorrência. O ataque militar directo contra o território nacional é uma ameaça de muito baixa probabilidade de ocorrência.<sup>32</sup> A proliferação de armas de destruição em massa e as acções de rotura no aprovisionamento de recursos vitais poderão ser consideradas de baixa a média probabilidade de ocorrência. As restantes ameaças serão de elevada probabilidade de ocorrência ou, pode mesmo dizer-se, estão já a ter lugar: os Estados párias estão identificados e destacam-se pela forma como agem sem respeitarem quaisquer regras; o terrorismo transnacional, que não conhece fronteiras e que por vezes aparece conectado com o crime organizado, tem sido referenciado pelo extremo grau de violência das suas acções mais recentes; o tráfico de pessoas e de droga, assim como os fluxos migratórios desregulados, são

<sup>30</sup> Sobre a necessidade, génese e construção dum conjunto europeu de forças multinacionais, algumas de que Portugal integra, vide **FONSECA**, Tenente-Coronel José Nunes da: *Forças Multinacionais Europeias: Realidades e Perspectivas*, Revista Militar, nº 2365/2366 – Fevereiro/Março de 1999, pp. 663-711

<sup>31</sup> Army Vanguard Concept MOLE (Manoeuvre Operations in the Littoral Environment), Australian Army, <http://www.army.gov.au>

<sup>32</sup> Conceito Estratégico Militar, parágrafo 4.a.



uma realidade que visa e tem sobretudo lugar nos países desenvolvidos ou de maior poder económico e financeiro; os atentados ecológicos ocorrem nas zonas mais desguarnecidas dos espaços de soberania. Verifica-se, pois, que o leque de ameaças mais prováveis que Portugal enfrenta é complexo, imprevisível e de possível ocorrência simultânea.

### **As ameaças a Portugal e a sua capacidade de reacção rápida**

Cumprindo os preceitos constitucionais, Portugal concretiza uma capacidade de resposta rápida, na perspectiva de actuação em qualquer parte do território nacional e, justificando-se, além-fronteiras.<sup>33</sup> A opção de Portugal dispor desta capacidade foi clara. Importa, portanto, aquilatar quais as ameaças para as quais estará mais vocacionada.

Em primeiro lugar, o termo “rápida” pressupõe prontidão, o que significa para fazer face a uma ameaça de contornos bem definidos. Apenas o ataque militar directo convencional possui estas características, pelo que seria redutor ter forças de resposta rápida para enfrentar exclusivamente uma ameaça de tão baixa probabilidade de ocorrência.

Em segundo lugar, o termo “rápida” pressupõe curto tempo de reacção até à intervenção. Pode-se afirmar que todas e cada uma das ameaças levantadas, quando concretizadas, podem justificar a actuação de forças de resposta rápida.

Em terceiro lugar, o termo “rápida” pressupõe ligeireza e flexibilidade de emprego, quer no transporte e mobilidade, quer nas modalidades de intervenção. Neste âmbito podem ser enquadradas as ameaças associadas aos Estados párias, ao fenómeno de desestruturação dos Estados, ao terrorismo transnacional e ao crime organizado.

Em suma, uma força de resposta rápida portuguesa deverá estar apta a fazer face ao amplo espectro das ameaças que Portugal enfrenta, para o que deverá possuir elevado grau de prontidão, curto prazo de disponibilidade, grande mobilidade estratégica e adequada flexibilidade de emprego.

## **3 – A FORÇA DE REACÇÃO RÁPIDA DO EXÉRCITO**

*Aprender sem pensar é trabalho perdido; pensar sem aprender é perigoso.*  
**Confúcio**

### **a. Pressupostos e Linhas Orientadoras**

#### **Pressupostos**

Neste trabalho há a considerar três pressupostos fundamentais. O primeiro: o Exército manterá, com todas as suas implicações (sobretudo materiais), a valência pára-queda das suas forças. O segundo: entende-se vantajoso agregar todas as “ditas” *forças especiais* sob um só comando. O terceiro: a FRR a criar terá, logo que possível, um empenhamento real, de preferência na variante de um conflito de menor intensidade. Esse empenhamento será efectivo em função do conceito agora expresso, que deverá ser validado de acordo com os parâmetros actualmente considerados como referência ao nível da NATO:

<sup>33</sup> Conceito Estratégico de Defesa Nacional, parágrafo 8.2.



doutrina, organização, instrução, material, liderança, pessoal e infra-estruturas (*doctrine, organization, training, materiel, leadership, personnel, and facilities* – DOTMLPF). Esta validação deverá permitir determinar se a FRR é uma força efectivamente capaz e operacional e, portanto, de acordo com a visão e objectivos que norteiam a actual transformação do Exército.

### Definição de Reacção Rápida

O conceito de reacção rápida é passível de muitas interpretações e, a não ser que fique desde logo claramente estabelecido, qualquer FRR estará destinada a operar num ambiente conceptual e de decisão de emprego de grande confusão e ambiguidade, sendo seguramente mais difícil otimizar a concretização das expectativas da sua utilização.

Parece óbvio que a definição terá de ser enquadrada em termos de **TEMPO** e **DISTÂNCIA** – o tempo até ao empenhamento terá de ser decidido se será medido em termos de horas, dias, semanas, ou meses desde o alerta da FRR até ao final da operação; por outro lado, a distância irá seguramente ser medida em termos de centenas ou milhares de quilómetros desde a base de partida ou da base avançada até ao local alvo.

Tomando em conta a posição e descontinuidade geográfica do nosso País, a diáspora e os nossos interesses, originando distâncias a percorrer provavelmente de elevada grandeza, e também que, no destino, as infra-estruturas de entrada e de apoio poderão estar incapazes ou mesmo nem existir, qualquer FRR, para ser viável, terá de possuir a inerente capacidade de **poder ser empenhada em questão de horas a distâncias que poderão ir até aos milhares de quilómetros**, como claramente ficou demonstrado no exercício “Central Asian Battalion 97” onde cerca de 500 pára-quedistas da 82ª Divisão Aerotransportada partiram da base Pope nos EUA, em 14 de Setembro de 1997, percorreram cerca de 8.000 milhas durante 20 horas, com três reabastecimentos aéreos dos C-17 Globemasters III envolvidos no exercício, para saltarem em Shymkent no Casaquistão. Estes parecem ser os parâmetros que deverão enquadrar a constituição da FRR a levantar.

### Possíveis Tarefas para a Força de Reacção Rápida

Dado que a FRR deverá estar apta a operar a milhares de quilómetros numa questão de horas e tendo em atenção o exposto anteriormente, quais serão as missões e tarefas que uma tal força poderá ser normalmente chamada a executar?

Os exemplos históricos abundam e dão-nos algumas referências quanto às possíveis missões. Será, contudo, essencial para qualquer empenhamento da FRR que este tenha sido sancionado internacionalmente e que a sua credibilidade seja sustentável. Neste sentido, será preferível a sua actuação no seio de outras forças da NATO ou UE, com a aprovação da Organização das Nações Unidas ou, no caso de uma intervenção num País Lusófono, com a aprovação da CPLP, sem descurar em caso limite a capacidade de intervenção unilateral<sup>34</sup> em qualquer TO.

<sup>34</sup> Finally, to be effective we must maintain credible operational capability and we must be fit to fight. And when not fighting we must be able to conduct the full range of tasks we are called upon to undertake professionally and effectively. Our forces have to be fully trained, equipped, sustainable, adaptable, agile, responsive and deployable, able to operate anywhere in the spectrum of conflict with or without allies. **BOYCE**, Admiral Sir Michael: Achieving effect. (Extracted from the Royal United Services





Uma vez certificada de acordo com parâmetros internacionalmente reconhecidos, a FRR poderá receber missões e tarefas nas diversas situações ou níveis de conflito ou de guerra. Poderão igualmente ser-lhe cometidas tarefas dentro de toda a gama de operações de paz, que vai desde a monitorização, passando pela manutenção até à imposição da paz. No âmbito das operações de paz, uma série de acções poderão ter lugar, tais como a reposição no poder de um governo legítimo que tenha sido derrubado pela força, terminar com uma guerra civil e mesmo pôr fim a motins ou outras formas de violência de grupo.

A outra área de actuação em que a FRR poderá ser utilizada será na protecção e salvamento de pessoas, bens e interesses nacionais que estejam ameaçados noutro País por uma qualquer situação de grande violência. Neste âmbito, poderá tornar-se necessário libertar reféns e proteger embaixadas, centrais hidroeléctricas, instalações petrolíferas, complexos industriais e outras estruturas de natureza económica ou política.

Assim e tendo em vista uma visão global das tarefas que se vislumbram para a FRR, algumas destas são listadas em seguida:

- ☐ Operações ofensivas e contra-ofensivas;
- ☐ Demonstrações de Força;
- ☐ Reconhecimento e Vigilância Especial;
- ☐ Operações de Decepção;
- ☐ Conquista de uma base operacional avançada;
- ☐ Protecção e operação de uma base operacional avançada;
- ☐ Protecção e salvamento de pessoas, bens e interesses nacionais que estejam ameaçados noutro País;
- ☐ Contra-insurreição;
- ☐ Operações anti-terroristas;
- ☐ Imposição de Paz; Manutenção de Paz e Monitorização de Paz;
- ☐ Ajuda humanitária;
- ☐ Auxílio de emergência e apoio às autoridades civis;
- ☐ Assistência Militar.

### **Forças adequadas para a FRR e a sua utilidade colateral**

Uma vez assente o que se entende por Reacção Rápida e identificadas as possíveis tarefas da FRR, pode-se agora raciocinar sobre a forma de estruturar e organizar a Força. A este respeito duas questões essenciais a ter em conta são:

- ☐ "Qual(is) o(s) tipo(s) de forças mais adequado(s) para integrar a FRR?"
- ☐ "Até que ponto o seu pessoal e equipamento podem ser utilizados para tarefas essencialmente não militares?"

Para começar, nenhuma FRR poderá ser viável se for constituída com base num único Ramo das Forças Armadas. É um erro vulgar pensar-se numa FRR como uma força exclusiva do Exército, já que nenhuma



força deste Ramo se poderá deslocar a milhares de quilómetros sem a participação da Marinha ou da Força Aérea. Por outro lado, só a Força Aérea poderá transportar uma força do Exército a estas distâncias num prazo de algumas horas.

Portanto, haverá que pensar na forma de incluir a Marinha e a Força Aérea desde o início, levando a que os Ramos se comprometam numa maior e crescente sincronização dos seus programas da LPM (e.g. no caso das aeronaves de transporte e do(s) navio(s) polivalente logístico). A isto, junta-se a necessidade de frequentes treinos conjuntos (e.g. o salto operacional de pára-quedistas, que qualifica não só estes, mas também as tripulações das aeronaves que os lançam) como elemento fundamental da eficácia operacional das Forças Armadas. Esta capacidade de actuação inter-ramos pressupõe, além de uma alteração absoluta de mentalidades consubstanciada numa genuína vontade de mudança, a criação de doutrina, a implantação de uma efectiva cultura conjunta, e depois, muito trabalho, numa prática intensiva e árdua, em conjunto. A imputação racional e justa do custo destes exercícios conjuntos terá também um efeito positivo na percepção mútua das consequências financeiras para o País e Ramos da execução concreta de operações conjuntas<sup>35</sup>.

A este respeito, refira-se que, sendo a capacidade e rapidez de projecção da FRR um “*must*” e, dadas as reconhecidas vulnerabilidades nacionais em termos de transporte estratégico, essa responsabilidade não recairá apenas no Comandante da Força, mas antes envolverá as chefias militares a todos os níveis e, inclusive, os órgãos competentes da Tutela, que deverão manter-se atentos e tomar as medidas necessárias para assegurar os meios necessários para a colocação da Força, no Teatro de Operações em questão, no prazo requerido.

Entende-se também que deverá haver representantes dos outros Ramos no QG da Força, ou Oficiais de Ligação da FRR nos Comandos Operacionais dos outros Ramos (no mínimo, no COFA). Ao comando da Força deverá ser atribuído **comando completo**<sup>36</sup> sobre as sub-unidades da FRR, o que passa por também comandar as unidades territoriais onde estiverem aquarteladas (obviamente que naquelas em que coexistirem actividades de formação, a sua dependência para esse efeito será do Comando da Instrução). O estado-maior da Força deverá existir em permanência de forma a rotinar tarefas e a integrar-se no seu meio e internamente, se bem que, por outro lado, muitas das tarefas de comando e controlo devam ser descentralizadas para as estruturas regimentais onde estão instaladas as sub-unidades da FRR. Só uma tal acção lhes dará o mais adequado sentido de responsabilidade e o resultante incremento de entusiasmo e empenhamento nos objectivos a cumprir.

Se bem que o emprego da FRR como um todo seja uma hipótese menos plausível (será muito mais lógico esperar que o seu empenhamento venha a acontecer por sub-unidades de escalão Agrupamento ou Sub-

<sup>35</sup> Embora numa dimensão diferente, mas que é suficientemente elucidativo, poderemos apontar como um exemplo o exercício denominado Combined Joint Task Force Exercise '96, em que participaram forças dos diversos Ramos dos EUA e do Reino Unido, num efectivo de 53.800 militares e num cenário que envolvia desembarques anfíbios e operações aerotransportadas, teve um custo estimado de \$USD 17 e \$USD 45 milhões para os EUA e Reino Unido, respectivamente. **DORSEY**, Jack: 53.800 Personnel to join U.S.-British Maneuvers, The Virginian-Pilot, April 19, 1996, acedido a 22Dec04.

<sup>36</sup> Sobre os graus de Comando, de Controlo e Coordenação vide **FONSECA**, Tenente-Coronel José Nunes da: “O Comando de Forças Terrestres Multinacionais”, Revista Militar, nº 2395/2396 – Agosto/Setembro de 2001, pp. 631-636.



Agrupamento) entende-se que o escalão adequado para a Força será o de Brigada<sup>37</sup>. Tendo em atenção mesmo o seu remoto empenhamento como um todo, haverá sobretudo que acautelar as necessidades de gestão de custos, manutenção, instrução e aprontamento, espírito de corpo, etc.

Aspecto igualmente a considerar, na justificação deste escalão, é a possibilidade de intervenção em duas situações simultâneas, eventualmente em cenários geopolíticos distintos, com forças de massa crítica ainda dissuasora – batalhão ou agrupamento – garantindo ainda uma reserva imediata do mesmo escalão. Atenua-se a possibilidade de uma maior tentação de aproveitamento oportunista por terceiros, se o escalão for inferior a Brigada e estiver porventura empenhado. Os três batalhões de manobra terrestre possibilitam, caso dum cenário único, o empenhamento dum Batalhão ou Agrupamento, o aprontamento de um segundo e a reorganização e reconstituição do terceiro.

Importa salientar, também, que os países que deliberadamente mantêm uma capacidade de intervir fora do seu território, estabeleceram ou pré-designaram forças específicas para essas missões. Por exemplo, a Grã-Bretanha designou a 16ª Brigada de Assalto Aéreo<sup>38</sup> e a 3ª Brigada Comando para as operações “Fora de Área”: foram sub-unidades destas formações que garantiram o núcleo da força expedicionária que retomou as Ilhas Falkland em 1982. A França utiliza a 11ª Divisão Paraquedista para as operações intervencionistas. Os Belgas têm a sua Brigada Pára-Comando<sup>39</sup> especialmente orientada para operações em África. Mesmo os EUA recorrem aos seus Batalhões Ranger (como no assalto aéreo a Granada em 1983) ou à 82ª Divisão Aerotransportada (como no Panamá em 1989) apoiados por forças dos seus Fuzileiros Navais (as MEU –*Marine Expeditionary Unit*), sempre que necessitam de projectar forças rapidamente numa acção intervencionista. As capacidades de projecção de forças da Índia estão centradas à volta da sua 50ª Brigada Paraquedista Independente<sup>40</sup>.

Cabe aqui recordar, como mais um exemplo significativo, a actual reestruturação do Exército do Reino Unido onde serão desactivados 4 batalhões de infantaria. Um deles, o 1º Batalhão do Regimento de Pára-quedistas, dará expressamente lugar a um batalhão *Ranger* (tudo indica que o nome foi escolhido para, entre outros motivos, evitar confusões com os Royal Marines Commandos). Este batalhão, que será *tri-service*, leia-se tri-Ramos, ficará localizado nas vizinhanças do 22 Special Air Service (SAS) Regiment em Hereford<sup>41</sup>. Pretende-se que o Batalhão possua a capacidade de intervenção, através do salto em pára-

<sup>37</sup> O que vai também ao encontro das modernas correntes doutrinárias americanas. *Units of Action are the tactical warfighting echelons of the Objective Force. For analytic purposes, UAs comprise those echelons brigade and below. Manoeuvre UAs are the smallest combined arms units that can be committed independently. ... Brigades are expected to employ most combat battalions in dispersed yet integrated engagements, while periodically cycling individual units into and out of contact to sustain operational momentum. Military Operations. Objective Force Maneuver Units of Action*, TRADOC Pamphlet 523-3-90, Department of the Army Headquarters, United States Army Training and Doctrine Command, Fort Monroe, Virginia, 1 November 2002, p. 2.

<sup>38</sup> Substituindo a 5ª Brigada Aerotransportada.

<sup>39</sup> Que, apesar de todos os “cortes” e reestruturações ocorridas nas suas FA’s, foi muito sensatamente mantida intacta.

<sup>40</sup> Durante a tentativa de golpe de estado nas Ilhas Maldivas em 1988, a Índia enviou, em 24 horas, 2 Batalhões Pára-Comando dessa Brigada, os quais rapidamente dominaram a rebelião

<sup>41</sup> *Our special forces are critical to our prosecution of the war against terror. We were able to announce some improvements to our special forces in July. We are also considering the broader arrangements whereby the armed forces provide support to special forces operations. One option that has emerged in that continuing work is the creation of a tri-service “ranger” unit, which would be dedicated to special forces support. I have decided that it would be appropriate to develop such a unit over the next few years, and it would take its place alongside the other enhancements to specialist support elements of the Army. The fourth infantry battalion reduction will therefore be found by removing the 1st Battalion the Parachute Regiment from the infantry structure and using its highly trained manpower as the core of a new, tri-service ranger unit.* HOON, [Defence Secretary] Geoff: *Future*



quedas, se necessário, por forma a apoiar e reforçar a actuação dos SAS. Esta concepção é um *remake* duma anterior, na qual se perspectivava, dado o *stress* causado pelas inúmeras intervenções dos SAS e dos SBS, a atribuição de um batalhão. Nessa altura, equacionava-se ser de infantaria, que após 6 meses a 1 ano seria substituído por um outro<sup>42</sup>. Esta solução, que abarca ensinamentos, nomeadamente da intervenção no Afeganistão, acolhe a prática habitual de se recorrer a uma sub-unidade do Regimento de Pára-quedistas para um apoio “musculado” de acção directa, como foi o caso da Operação “Barras” na Serra Leoa, em Setembro de 2000.

Dos exemplos apresentados verifica-se que a parte mais importante das forças de reacção rápida existentes em outros Países, é do tipo aerotransportado<sup>43</sup>. Estas forças poderão, após a sua entrada no TO e se necessário, ser seguidas por forças mais pesadas deslocadas também por via aérea, por via marítima ou terrestre, ou uma combinação destas, forças que terão então uma maior capacidade de protecção, mobilidade, poder de fogo e sustentação.

Não é também de somenos importância o efeito operacional-estratégico que a existência desta Força pode oferecer. A ocupação do aeroporto de Pristina por um punhado de pára-quedistas russos e a colocação de outros 300 e de 6 IL-76 em alerta permanente<sup>44</sup>, constituiu uma vitória a nível estratégico para os russos (confirmada pelos acordos de Helsínquia de 18 de Junho de 1999), colocou em disputa o Tenente-General Mike Jackson e o SACEUR, General Wesley Clark<sup>45</sup> e (re)demonstrou as dificuldades da falta de unidade, grau e capacidade de comando<sup>46</sup> em organizações multinacionais, mesmo no caso da NATO, devido aos interesses e agendas próprios<sup>47</sup>. Os russos garantiram assim a sua participação no quadro da KFOR, com uma presença de cerca de 3.600 militares<sup>48</sup>.

Por tudo isto, a Força necessitará de ser ligeira, aero-transportável (e de preferência aero-lançável tornando-a independente de pontos de entrada como portos e aeroportos<sup>49</sup>) e com uma composição

---

Infantry Structure, House of Commons debates, Thursday, 16 December 2004, acedido em 04Fev05. vide também **RIPLEY**, Tim: Chief's real battle was aligning army with modern demands – ANALYSIS, Fri 17 Dec 2004, News.Scotsman.com, acedido a 11Jan05. **EVANS**, Michael, Defence Editor: Historic names live on in new model Army (but in brackets), Timesonline, December 17, 2004, acedido em 04Fev05. The Future Army Structure – The Chief of the General Staff, Published Thursday 16th December 2004, UK Defence Today, Ministry of Defence, acedido a 11Jan05. **RIPLEY**, Tim: UK Future Army Structure creates “Ranger” battalion, Janes Defence Weekly, 22 December 2004, p. 6. MASSIVE defence cuts which will affect Aldershot troops have been slammed by the town’s MP Gerald Howarth, Aldershot News and Mail on line, Tuesday 11th January 2005, acedido a 11Jan05.

<sup>42</sup> **EVANS**, Michael, Defence Editor: SAS plan to blow up Saddam's germ sites, Timesonline, July 12, 2002, acedido em 04Fev05.

<sup>43</sup> One lesson from Afghanistan is that light forces – Infantry, Airborne, and Airmobile forces – unencumbered by the IBCT structure or equipment still have a place in the Army's order of battle. **ROSTKER**, Bernard: Transformation and the Unfinished Business of Jointness: Lessons for the Army from the Persian Gulf, Kosovo, and Afghanistan, in **DAVIS**, Lynn E., **SHAPIRO**, Jeremy, The U.S. Army and the New National Security Strategy, (edited by) RAND, ARROYO CENTER, 2003, p. 150

<sup>44</sup> A ter havido uma confrontação esta teria, também, como opositores iniciais outras forças pára-quedistas. *The Supreme Allied Commander, General Wesley Clark, told Jackson to fly forward a force of British and French paratroopers to oppose the Russians*. **THOMPSON**, [Edited by] Major General Julian: The Imperial War Museum Book of Modern Warfare – British and Commonwealth Forces at War 1945-2000, Pan, 2003, p. 348.

<sup>45</sup> *Sir, I'm not starting the World War III for you...* **CLARK**, General Wesley K.: Waging Modern War, PublicAffairs, 2001, p. 394.

<sup>46</sup> *The [Pristina] incident shows again that rarely does an international commander in NATO or the UN have full operational command and ability to change the mission. He merely has operational control for the agreed mission and operational command remains with the national capitals*. **THOMPSON**, [Edited by] Major General Julian: The Imperial War Museum Book of Modern Warfare – British and Commonwealth Forces at War 1945-2000, Pan, 2003, p. 348.

<sup>47</sup> Sobre a supremacia dos interesses pessoais relativamente aos interesses comuns vide **REIS**, Tenente-Coronel João: EU (Un)Common Defence. The Path of Ambiguity, Brussels, June 2002 (manuscrito).

<sup>48</sup> **CLARK**, General Wesley K.: Waging Modern War, PublicAffairs, 2001y, p. 402.

<sup>49</sup> *The combination of the allocation of airlift that the Army can reasonably expect to receive and the infrastructure limitations in the places it can expect to fight means that only relatively small units – a battalion task force – can deploy extremely rapidly. Even a dramatic expansion of the airlift fleet will often have no effect on shortening deployment times because airport throughput is often*



equilibrada nas suas unidades de manobra. Na forma ideal, seria uma brigada pára-quedista independente, compreendendo principalmente batalhões de infantaria pára-quedista com as suas armas de apoio, mas incluindo alguma capacidade anti-carro (adicional), artilharia ligeira ou morteiros pesados, um elemento de mísseis ligeiros antiaéreos, alguma capacidade em engenharia de combate e transmissões, bem como o necessário apoio logístico<sup>50</sup> (que deveria incluir a capacidade de abastecimento aéreo).

Quanto às tarefas não militares, de “utilidade colateral” ou múltipla utilidade, anteriormente expressas, são importantes pois servem para rendibilizar os investimentos efectuados e esclarecer a opinião pública quanto à utilidade da FRR em tempo de paz, justificando assim os custos da sua constituição, manutenção e treino.

### Considerações doutrinárias

Todos estes quesitos obrigam a repensar a tríade constituída pela doutrina, a organização e a tecnologia disponível para emprego pela FRR e também pelo Exército, Marinha e Força Aérea. Ressalta a necessidade objectiva por parte de todos os elementos envolvidos nas intervenções/operações, desde o decisor político ao elemento da patrulha ou do *check point*, de atentarem nas consequências daí resultantes a nível tático, operacional e estratégico.

Como ponto de partida, e atendendo à natureza da Força e tipos de intervenção, parece-nos haver a necessidade de adoptar a “Teoria da Manobra”<sup>51</sup> como base doutrinária, ajustando-a à nossa idiossincrasia. Só esta permite a liberdade de acção em cenários lacunares, operacionais e políticos complexos, frequentemente isolados e sujeitos a decisões imediatas, eventualmente de sérias consequências. Não desenvolvemos pormenorizadamente este campo por entendermos que se situa a montante na formação do militar e, em particular, na dos militares do Quadro Permanente, limitando-se os elementos da FRR a aplicá-la (e.g. ordens tipo missão ou *Auftragstaktik*<sup>52</sup>, *tempo*, *Schwerpunkt* ou *foco do esforço*<sup>53</sup>, *superfícies e intervalos*<sup>54</sup>, *armas combinadas...*). Relativamente à componente tecnologia e organização, convém realçar a simbiose e interacção que devem existir entre elas e a doutrina por forma a

---

*the limiting factor.* GORDON, John and ORLETSKY, David: *Moving Rapidly to the Fight*, in DAVIS, Lynn E., SHAPIRO, Jeremy, *The U.S. Army and the New National Security Strategy*, (edited by) RAND, ARROYO CENTER, 2003, p.192.

<sup>50</sup> “Edificaremos forças mais leves, mais ágeis, mais projectáveis, interoperáveis com os nossos aliados e cuja protecção e sustentação esteja assegurada. A isto corresponderá o reforço das características expedicionárias do Exército”. VALENÇA PINTO General Luis Vasco, *Entrevista do General CEME ao Jornal do Exército*, Out 2004

<sup>51</sup> “No outro modo, o defensor da [teoria da] manobra procurará derrotar o adversário através de soluções que empreguem não a força dos números mas os factores humanos anteriormente referidos. A velocidade de execução, a ousadia, os artificios, a determinação dos pontos fracos e fortes do adversário e a oportuna exploração dos primeiros, isto é, a **orientação sobre o inimigo**, são a sua característica determinante. O combate ocorrerá como um outro elemento ou forma de utilizar ou expressar a força militar e, se este não for necessário concretizar-se-á a excelência da arte da guerra, segundo Sun Tzu, de vencer sem combater.” REIS, Tenente-Coronel Jorge: *Os Níveis da Guerra. A Manobra Tática e Operacional. A Organização e a Tecnologia*, Dezembro 2002 (manuscrito), p. 19.

<sup>52</sup> *The forces of NATO members use very different leadership philosophies and military doctrines. This may very effectively wreck a military operation. Some forces are sworn to variants of auftragstaktik, where the sub-unit commander is given a lot of freedom in how to accomplish a task as long as he fulfils the chief's intent. Others forces have institutionalised a system of complex synchronisation in which all orders have to describe almost every detail of how to solve a task. If some sub-units in a brigade or a division are accustomed to auftragstaktik and others to detailed orders, the staff, presumably accustomed to one of the two philosophies, will have a difficult time.* ULRIKSEN, Ståle: *Military Europe: Capabilities and Constraints* Draft article presented in Kristiansand August 2003, p. 6, acedido a 11Jan05.

<sup>53</sup> “Também designado ponto do esforço principal ou ainda, pela palavra alemã *Schwerpunkt*. Mais do que uma palavra poderemos dizer que se trata mais de um conceito de concentração do esforço, ou de esforços, no centro de gravidade do inimigo, criando uma fraqueza relativa no oponente por forma a permitir obter uma decisão definitiva.” REIS, Tenente-Coronel Jorge: op. cit, p. 22.

<sup>54</sup> Mais conhecida pela terminologia inglesa de *surfaces* and *gaps*.





optimizar os meios. É importante o desejo de obtenção dos últimos materiais e equipamentos existentes mas, relembra-se, aquela só é empregue eficientemente quando enquadrada num contexto doutrinário e organizacional adequado, facilmente demonstrável pelos resultados de alguns confrontos assimétricos, em que o sucesso não tendeu necessariamente para o tecnologicamente melhor equipado ou mais avançado. A estrutura da FRR procurou respeitar os princípios da Teoria da Manobra<sup>55</sup>. A sua actuação é prevista num contexto de rapidez de planeamento e execução, onde a surpresa táctica, a operacional e a estratégica se também for possível, deverá ser alcançada. A operação deverá ser executada sobre um flanco ou intervalo (*gap*), fundamento do domínio de todas as formas de inserção no terreno, no **tempo** mais adequado. Perspectiva-se a possibilidade de criação de uma Reserva capaz de actuar, se possível a reforçar ou explorar o sucesso, contrariamente à Teoria Atricionista, onde a Reserva será mínima e todas as armas não empregues serão um desperdício de fogos, numa perspectiva jominiana de um campo de batalha linear. O princípio do emprego das armas combinadas é respeitado pela diversidade e capacidade de competências complementares para uma multiplicidade de cenários e a facilidade de integração de outras unidades. O apoio de fogos, que se pretende flexível e actuante, é concebido não na perspectiva tradicional atricionista de um grande volume de fogos destrutivo, mas sim para permitir a manobra da FRR, isolar o objectivo, efectuar a decepção... Os fogos em si são manobra, podendo actuar no interior do dispositivo inimigo, caso dos *raids* de artilharia, se essa for a modalidade de acção adequada. Esta flexibilidade e capacidade de colocação rápida, violenta e precisa de fogos nos pontos fracos e vitais, em substituição de atacar o forte, exige menor consumo de munições, obtendo-se o aligeiramento do apoio logístico sem prejuízo do apoio de fogos. A logística da FRR procura estar de acordo com os princípios da manobra enunciados. A FRR manobra, não se pretendendo, pelo menos numa primeira fase, a criação ou estabilização de uma posição. Reduzindo-se o volume de munições destinado ao apoio de fogos, a segunda opção é reduzir os consumos de combustível, o que se consegue pelo tipo de Força<sup>56</sup> agora estruturada. A qualidade dos elementos de manobra seleccionados, que são susceptíveis de operar em condições mais rústicas de apoio, aligeira igualmente o apoio logístico necessário, redução que poderá ainda ser acentuada pela possibilidade do emprego do reabastecimento aéreo. A modularização da FRR e a possibilidade do seu “encorpamento faseado” em função da conduta é um outro aspecto da aplicação da teoria à conceptualização da Força.

Também no respeito da teoria, não foi esquecido o efeito provocado pela componente psicológica, ao utilizar militares profissionais de elite numa Unidade claramente destinada, e disponível, para a projecção de poder<sup>57</sup>.

<sup>55</sup> Também apelidada de *manoeuvrist approach*, nomeadamente em alguns países anglo-saxónicos, ou onde a sua influência doutrinária se fez sentir. Exemplos de seguidores: Austrália, Nova-Zelândia, Reino-Unido, Singapura e Holanda. Para ver mais sobre a teoria da manobra vide: **REIS**, Tenente-Coronel Jorge: op. cit.; **HOOKER**, Richard D.: *Maneuver Warfare: an anthology*, Presidio, 1993; **LIND**, William S.: *Maneuver Warfare Handbook*, Westview Special Studies in Military Affairs, 1985; **LEONHARD**, Robert R.: *The Art of Maneuver: Maneuver-Warfare Theory and AirLand Battle*, Presidio, 1994.

<sup>56</sup> A nível das forças terrestres, o GALE possui o seu próprio apoio logístico e doutrina própria de actuação.

<sup>57</sup> *Secondly, logistic reach and sustainability was vital on Operation Barras in Sierra Leone, enabling us to deploy forces rapidly into theatre from the UK, take down the West Side Boys and extract forces and hostages expeditiously. The after-effect of the application of precise force had a profound impact on west-African perceptions of UK's strategic intent in the area and re-*

**b. Estrutura e Possibilidades**

A estrutura base da FRR foi criada para dar uma resposta credível a uma diversidade de situações e ameaças, em conformidade com o que será exposto no corpo do Conceito. Olhando de forma mais objectiva para a realidade actual do Exército Português e para as suas efectivas possibilidades entende-se que a Força de Reacção Rápida deverá ter a seguinte composição:

- ❑ Comando e Companhia de Comando
- ❑ 1 Companhia de Transmissões (Pára-quedista)
- ❑ 2 Batalhões de Infantaria Pára-quedista (a 3 CAt e 1 CAp cada)
- ❑ 1 Batalhão de Comandos (a 3 CCmds – todos c/ qualificação pára-quedista)
- ❑ 1 Grupo de Aviação Ligeira
- ❑ 1 Batalhão de Apoio Aeroterrestre, compreendendo:
  - 1 Companhia de Incursores (a 4 Dest)
  - 1 Companhia de Equipamento e Abastecimento Aéreo
  - 1 Companhia de Apoio de Combate
  - 1 Companhia de Apoio de Serviços
- ❑ 1 Companhia de Operações Especiais (a 3 DOE – todos c/ qualificação pára-quedista)

**Comando e Companhia de Comando**

São incluídos um Destacamento Sanitário (Antena Cirúrgica Pára-quedista) e um Pelotão de PE. Com capacidade para montar um PC Tático da Força e um PC de Brigada.

**Companhia de Transmissões**

Responsável pelo apoio de transmissões à FRR. Todo o pessoal é pára-quedista e o respectivo equipamento poderá também ser lançado de pára-quedas. São responsáveis por garantir as comunicações intra-força, com os escalões superiores e com os outros Ramos, designadamente no Apoio de Fogos Aéreo ou Naval quando necessário. Garantem também a interoperabilidade com outras forças, ou comandos, de países aliados ou coligados.

**1 Batalhão de Comandos**

As **3 Companhias de Comandos** constituem preferencialmente o primeiro elemento de combate principal a ser empregue. Caracterizam-se pela acção de surpresa, agressiva, rápida e violenta mas de sustentação limitada. Concebidas e treinadas para a execução de operações especiais de acção directa, com particular destaque para golpes de mão e emboscadas normalmente contra objectivos importantes, oferecem uma grande flexibilidade de actuação, pela diversidade e qualidade do seu treino e pela integração de elementos de todas as Armas, Serviços e especialidades<sup>58</sup>, mas com limitada capacidade

---

*inforced the peace process. BOYCE, Admiral Sir Michael: Achieving effect. (Extracted from the Royal United Services Institute Briefing by Admiral Sir Michael Boyce, the UK Chief of the Defence Staff, delivered in December 2002), etsnews, acedido a 28Jan05.*

<sup>58</sup> *I had left them (MILAN antitank guided missiles) there because at that stage of the operation (Falklands War-1982) there was no tank threat, and I saw no need for them and I was using my antitank troop, which is part of the support company, in a different role. They were all commando soldiers, and they were being used in a reconnaissance role to boost up my reconnaissance*



de defesa (estática). Constituem a força de assalto por excelência e são os elementos mais ágeis, mais rápidos e mais ligeiros, actuando com precisão, em áreas ou zonas hostis, controladas pelo inimigo, ou de duplo controlo, necessitando de serem rapidamente extraídas, rendidas ou reforçadas. Podem ser colocadas no terreno por meios terrestres, lançamento de pára-quedas, aeronaves de asa fixa ou rotativa e ainda por meios anfíbios. Possuem igualmente uma elevada competência em todo o tipo de operações, terrestres e aéreas, integrando-se facilmente nas acções de forças de outra natureza, tais como as mecanizadas e blindadas, e no pedido ou regulação de acções de apoio de fogos terrestres, aéreos ou navais, em qualquer tipo de terreno, clima e condições meteorológicas, de dia ou de noite.

Cada Companhia é constituída por 3 **Grupos de Combate** e 1 **Grupo de Apoio**. Os primeiros são os elementos de manobra e, os segundos, com as suas 6 armas anti-carro, os 3 morteiros 60 mm longos e as 3 ML 7,62 mm, proporcionam o apoio de fogos orgânico mais “pesado”.

## **2 Batalhões de Infantaria Pára-quedista**

Os **2 Batalhões de Infantaria Pára-quedista** a **3 Companhias de Atiradores Pára-quedistas e 1 Companhia de Apoio** cada, constituem no seu conjunto, de pessoal e meios, a força principal de manobra e serão normalmente as segundas unidades a intervir, como força de seguimento ou para efectuar a rendição ou o reforço do Batalhão de Comandos, ou subunidades ou elementos deste. Estão especialmente vocacionados para a inserção por meio do salto em pára-quedas. A Companhia de Apoio confere-lhes um poder de fogo e capacidade de sustentação superior ao Batalhão de Comandos, não obstante a sua constituição ser à base de infantaria ligeira, pela possibilidade de emprego dos seus seis morteiros 81mm e das suas 6 armas anti-carro. Possuem capacidade autónoma para conquistar objectivos importantes, nomeadamente estratégicos, e de se manter no terreno por períodos de tempo limitados e garantem ainda a capacidade “sustentada” imediata de combate. Contribui para o seu aligeiramento a existência de um único tipo de viatura em boa quantidade (sobretudo para as armas de apoio) – a “mula mecânica”. Incluem:

### **Comando e Estado-Maior do Batalhão**

**3 Companhias de Atiradores Pára-quedistas** – a 3 Pelotões de Atiradores e um Pelotão de Apoio cada.

**Pel At** – Sec Cmd c/ 1 arma ACar e 1 ML 7,62; 3 SecAt c/ 2 ML 5,56 e 2 Esp c/ LG cada

**Pel Ap** – 1 Sec ACar (4 CG); 1 SecMort (2 Mort 60mm); 1 Sec AMat (2 armas); 1 Sec LG (2LG)

### **Companhia de Apoio**

**1 Pelotão de Apoio de Serviços** com 1 Secção Sanitária, 1 Secção de Man/Tm, 1 Secção de Transportes e 1 Secção de Reabastecimento.

**1 Pelotão de Morteiros** – a 3 Secções com 2 morteiros 81mm cada

**1 Pelotão Anti-Carro** – a 3 Secções com 2 armas (Msl MILAN) cada.

---

*capabilities, and they left their antitank weapons behind. MCMICHAEL, Major Scott R.: “Discussions on Training and Employing Light Infantry”, CSI Report No. 8, Combat Studies Institute, p.12. I*





## **Batalhão de Apoio Aeroterrestre**

Responsável pelo apoio aeroterrestre, de combate e logístico integrado aos escalões imediatos da FRR. Sub-unidade preciosa e fulcral para esta Força, constitui seguramente uma mais-valia operacional e definitivamente condiciona a dependência da Unidade territorial onde se encontra. As suas utilíssimas valências, sobretudo no campo aeroterrestre, fazem dela um instrumento determinante e torna-se imperioso que o Exército assim o reconheça. É constituído por:

### ***1 Companhia de Incursores***

É o elemento da força vocacionado para o reconhecimento, antes, durante e após o lançamento das operações. É responsável pelas actividades necessárias, nomeadamente as de balizagem de Zonas de Salto ou de Lançamento, para o desencadear de uma operação aerotransportada ou de assalto aéreo. Com os DestPrec também executa as acções de TA, FAC e RLA em proveito da Força; com os DestExpl executa as acções de reconhecimento clássico em proveito dos BIPára. Embora não seja a sua vocação primária, poderá desencadear operações de combate, de carácter limitado, em proveito da Força.

### ***1 Companhia de Apoio de Combate***

Para fornecimento do necessário apoio de combate modular. A 1 Pelotão de Morteiros Pesados (6 Mort 120mm), 1 Pelotão de Artilharia Anti-Aérea (Manpad), 1 Pelotão Anti-Carro (12 Msl 3ª geração), 1 Pelotão de Engenharia de Combate.

### ***1 Companhia de Equipamento e Abastecimento Aéreo***

Com capacidade de executar a manutenção do material aeroterrestre. Armazena e mantém o equipamento aéreo, em particular os pára-quedas destinados ao pessoal e material. Inclui a capacidade de efectuar operações de terminal, nomeadamente do tipo aéreo. Farão parte desta sub-unidade 1 Pelotão de Abastecimento Aéreo, 1 Pelotão de Equipamento Aéreo, 1 Pelotão de Manutenção do Equipamento Aeroterrestre e 1 Pelotão de Operações de Terminal e de Voo.

### ***1 Companhia de Apoio de Serviços***

Responsável pelo reabastecimento, manutenção e, se oportuno e viável, pelo transporte rodoviário de pelo menos uma das UEB da FRR. É constituída por 1 Pelotão de Manutenção, 1 Pelotão de Reabastecimento e 1 Pelotão de Transporte.

Reforçam, apoiam, garantem o cumprimento da Missão até à chegada das Forças de seguimento ou extracção. São a componente mais pesada da FRR.

## **1 Grupo de Aviação Ligeira do Exército**

Considera-se que a existência do GALE na FRR é uma mais-valia, na medida em que confere mobilidade acrescida aos Batalhões de manobra designadamente para a sua colocação no terreno. Hoje em dia, a mobilidade é crucial, especialmente no contexto das FRR, em ambiente multinacional. A falta de mobilidade da FRR é um dos condicionamentos com que um Comandante, a quem esta força estiver atribuída, terá de lidar em permanência. Por outro lado, não dispondo a FRR organicamente de unidades



de reconhecimento, a capacidade de reconhecimento, vigilância e ligação poderá ser assegurada pelos helicópteros de observação do GALE. Logo, o Comandante da FRR deverá o mais possível ter o GALE disponível para emprego em proveito da força de acordo com o seu conceito, eliminando ou minimizando a eventual tendência para a sua utilização sob a dependência de níveis de decisão mais elevados.

Os seus helicópteros NH-90 e os de observação (a definir, mas equivalentes aos OH-58), possibilitam a execução de assaltos aéreos, o apoio de fogos próximo, evacuação sanitária, transporte logístico, reconhecimento, vigilância e ligação. Possui apoio logístico próprio, o que lhe dá mais flexibilidade de actuação e às forças em proveito de quem trabalha.

### **1 Companhia de Operações Especiais**

Para actuação no âmbito das Operações Especiais, em particular nas de Acção Indirecta e de âmbito estratégico e outras (de Acção Directa) que sub-unidades ou elementos do Batalhão de Comandos e da Companhia de Incursões não tenham capacidade de executar ou, possuindo-a, não se considere conveniente empenhar outra componente da FRR.

### **Forças Atribuíveis (*Affiliated*) à Força de Reacção Rápida:**

#### **1 Batalhão de Fuzileiros**

A ser atribuído quando a Operação envolva a constituição de uma cabeça-de-praia, como garantia da posse e controlo de um ponto de entrada, ou de saída, aquando da execução de operações pela FRR perto do litoral, de lagos ou rios navegáveis. Este Batalhão representa a componente anfíbia especializada, preparada para efectuar desembarques anfíbios, conquistar e controlar uma cabeça-de-praia.

#### **1 Grupo de Artilharia de Campanha**

Caso necessário, deve ser atribuído à FRR o GAC da Brig Intervenção, que está equipado com 18 obuses 10,5 cm “Light Gun”. Para facilitar essa atribuição, deverá ser o único GAC com todos os seus elementos pára-quedistas (ou, no mínimo, uma Bateria), capazes de integrarem qualquer modalidade de acção, mesmo que exija a sua colocação no terreno por meios aéreos, incluindo nestes o lançamento dos obuses por pára-quedas, ou o seu transporte pelos NH-90. É uma garantia de apoio de fogos em profundidade, inclusive a partir do interior do dispositivo inimigo, caso dos “*raids*” de artilharia na profundidade do dispositivo do In, estando contudo limitado mais por razões logísticas (volume, peso e transporte) do que operacionais. Pode desdobrar-se em baterias, vocacionadas para o apoio a cada um dos Batalhões da FRR<sup>59</sup>.

<sup>59</sup> Embora pouco frequente é uma das possibilidades a ter em conta. *The commander of 29 Commando also decentralized the control of his guns for the forthcoming attack by dedicating the fires from a single artillery battery to the support of each attacking infantry battalion [Falklands War-1982].* **SCALES**, Robert H.: *Firepower in Limited War*, National Defense University Press, Washington, DC, November 1993, p.221



### c. **Vantagens e Inconvenientes desta Organização da FRR**

#### **Vantagens**

- ❑ Modularização e especialização.
- ❑ Responde aos cenários estratégicos actuais, à evolução da doutrina e à capacidade de sustentação de meios materiais e humanos.
- ❑ Apoio de Combate e Logístico integrados e Forças de manobra ligeiras, flexíveis e de capacidade incremental.
- ❑ Oferece, para o tipo de missões para que foi concebida, uma elevada capacidade de intervenção.
- ❑ Garante a possibilidade de alargar a nossa contribuição nas diversas entidades internacionais, com uma Força credível e assim seguramente poder cumprir o nível de ambição prescrito para o Exército no Conceito Estratégico Militar.
- ❑ Actua num nicho em que Portugal possui reconhecida capacidade, podendo sem tibiezas complementar outras de países mais poderosos<sup>60</sup>.
- ❑ Concebida para trabalhar em ambiente conjunto e/ou combinado, nas dimensões terrestre, aérea, marítima, lagunar ou fluvial, em qualquer tipo de terreno e clima.
- ❑ No caso máximo de emprego da FRR como um todo implica o comando de apenas 5 UEB (1 BCMDS, 2 BI Pára, 1 Bat Apoio Aeroterrestre, 1 GALE)
- ❑ Se reforçada poderá alcançar as 7 UEB (1 BCMDS, 2 BI Pára, 1 Bat Apoio Aeroterrestre, 1 GALE, 1 Bat Fuz e 1 GAC) subordinadas a um único Comando, o que ainda não é excessivo.

#### **Inconvenientes**

- ❑ Limitada capacidade de colocação por via aérea, salto ou aterragem, de sub-unidades da Força.
- ❑ Limitada protecção blindada.
- ❑ Limitada capacidade anti-carro.
- ❑ Limitada capacidade de sustentação logística.
- ❑ Limitada capacidade de transporte terrestre.

## **4 – CONCEITO DE EMPREGO**

*“O incessante progresso da humanidade provoca uma mudança contínua no armamento; e com isso deve vir uma mudança na forma de combater.”*

**Alfred Mahan**

### **a. Finalidade**

O conceito que se apresenta visa enquadrar os instrumentos que possibilitem responder militarmente a um largo espectro de ameaças e problemas militares, gerados num ambiente

<sup>60</sup> Outros países especializaram-se em outras áreas que os faz serem procurados. A República Checa na guerra NBQ, a República Eslovaca, Roménia e Eslovénia em tropas de montanha, os países Bálticos em EOD. Das “faltas” que foram identificadas assinalam-se a nível das forças especiais, HUMINT, apoio sanitário, capacidade de transporte táctico e estratégico, NBQ, CSAR (combat search and rescue). **AAVV**: European defence. A proposal for a White Paper. Report of an independent Task Force, Institute for Security Studies, European Union, Paris, May 2004, pp. 119-20. **PENGALLY**, Owen: Rapid Reaction Forces: More Questions Than Answers, BASIC, 25 January 2003, acedido a 11Jan05.



estratégico complexo, incerto e em contínua mutação.

Pretende-se que a FRR seja dotada com um conceito “robusto” para o seu emprego, transformando-a num meio estrategicamente relevante, taticamente decisivo e flexível, otimizando o contributo do Exército para a Defesa e Segurança Nacionais, tendo em consideração a posição geoestratégica de Portugal e a sua capacidade de gerar, projectar, sustentar e regenerar forças militares em operações.

Este conceito envolve o esboço de uma estrutura, organização, atribuição de meios e modos de empenhamento da FRR. Orienta-se este emprego para operações de estabilização mas sem descurar a participação em operações de intervenção em áreas especializadas. Procura-se relevar competências já demonstradas pelo Exército e complementar capacidades de forças aliadas ou coligadas quando em operações combinadas.

### **b. Pressupostos**

Para o desenvolvimento do conceito operacional assumem-se pressupostos no âmbito político, estratégico e operacional/tático.

#### **Político**

- ❑ O poder político continuará a utilizar a *manu militari* como instrumento político de afirmação de Portugal.
- ❑ Os conflitos armados continuarão a ser determinantes nas relações internacionais.
- ❑ A profissionalização das Forças Armadas é acompanhada pela intenção da sua modernização e da rendibilização dos efectivos, obrigando ao desenvolvimento de novos conceitos operacionais para o emprego das suas Forças.
- ❑ Os meios militares serão, cada vez mais, solicitados para tarefas não militares, como a protecção civil, a ajuda humanitária e o auxílio de emergência.

#### **Estratégico**

- ❑ O horizonte temporal do conceito da FRR será semelhante ao das forças aliadas com as mesmas características, nomeadamente dos EUA e RU, data que é actualmente referenciada a 2020.
- ❑ Geoestrategicamente, Portugal manterá a sua relevância, quer na ligação transatlântica, quer no relacionamento com actores não estatais, quer ainda na ligação UE – África.
- ❑ A Segurança e Defesa de Portugal são encaradas num conceito comum de defesa, fundamentado em alianças e coligações. Para tal, e no sentido de Portugal ter uma voz credível e capacidade para intervir no estabelecimento de objectivos estratégicos no seu seio, as forças terão que ser operacionalmente relevantes e interoperáveis com as forças aliadas.
- ❑ A UE tenderá progressivamente a afirmar-se na defesa europeia mantendo-se os EUA como a única superpotência com capacidade para actuar globalmente. A UE e os EUA definirão



áreas de intervenção ou de actuação complementar.

- ❑ A FRR constitui-se como uma força fundamental para a (uma) Estratégia Militar de Portugal.

### **Operacional/Tático**

- ❑ A FRR poderá ser empregue quer em âmbito exclusivamente nacional quer em alianças e/ou coligações, como um todo ou em parte, designadamente através de sub-unidades de escalão agrupamento e sub-agrupamento.
- ❑ A FRR pode ser empenhada em qualquer nível do espectro de ameaças / conflitos.
- ❑ A caracterização actual e a natural evolução dos conflitos releva condições francamente favoráveis ao emprego de forças de reacção rápida.
- ❑ A mobilidade estratégica da FRR deverá ser assegurada através de meios nacionais próprios ou, quando não possível, por outras nações amigas, aliadas ou coligadas.
- ❑ No âmbito tático, para operações desenvolvidas com forças de escalão batalhão ou inferior, a FRR não deve, preferencialmente, estar dependente de meios das coligações e alianças (e.g. transporte tático).
- ❑ As forças apeadas, nomeadamente a infantaria, continuarão a ser os elementos decisivos nas operações de contra-insurreição.

### **c. Conceito Operacional**

#### **(1) Princípios Gerais**

A FRR poderá desencadear de imediato operações ofensivas ou defensivas, autonomamente ou fazendo parte de forças conjuntas ou combinadas. A sua capacidade de projectar poder, em particular para TO fora do território nacional, tornam-na numa força “expedicionária”<sup>61</sup> ao serviço da concretização de objectivos e defesa dos interesses nacionais.

Em acções de defesa do território nacional, dados o seu limitado poder de fogo e menor capacidade de sobrevivência, nomeadamente em “terreno” aberto, a FRR estabelece as condições necessárias para forças de seguimento ou de reforço de características médias e pesadas actuarem decisivamente.

Primariamente a FRR está preparada para, em conflitos de cariz assimétrico, projectar as suas unidades em operações de contra-insurreição, contra terroristas e em operações de estabilização ou de ajuda humanitária. Secundariamente, poderá integrar coligações em conflitos tradicionalmente convencionais.

O emprego da FRR terá de ser sempre concebido dentro de um conceito do domínio da manobra, procurando acelerar o ritmo das acções (operações) de modo a causar um efeito desestabilizador e de paralisia das forças In face ao poder e precisão demonstrados. A identificação de factores críticos do campo de batalha, obriga à utilização judiciosa da FRR

---

<sup>61</sup> Ou projectável.



sobre os pontos críticos e decisivos de modo a desintegrar o centro de gravidade do In. Esta visão operacional e holística da força e do campo de batalha conduz ao empenhamento a “*long-range*” do In, quer através das forças de manobra da FRR, quer através de fogos não orgânicos. A FRR tem necessidade de se poder integrar com outras forças, conjuntas ou combinadas, para se extrair dela o máximo das suas potencialidades.

A actuação da FRR privilegia a constituição de forças estruturadas face à especificidade das missões, normalmente de (até) escalão batalhão, para a execução de operações de elevado risco, de grande intensidade e curta duração, visando criar o choque<sup>62</sup> e incapacitar as forças adversas de desenvolverem oportunamente acções efectivas. A sua sobrevivência é acrescida pela integração da informação e manobra até ao mais baixo nível tático, pela preferência pelo combate nocturno e em condições especiais particularmente adversas, pela sua dispersão e, naturalmente, pelo reforço e apoio de fogos em profundidade (*long-range*) não orgânicos.

Sumariamente a FRR introduz, aliás, capacidades únicas em operações conjuntas/combinadas que potenciam a sua utilização:

- ❑ O maior grau de reacção, acessibilidade, flexibilidade e adaptabilidade;
- ❑ A possibilidade de projectar rapidamente poder a longas distâncias; e
- ❑ O alargar das opções para o emprego dos meios militares aos decisores políticos e militares.

## **(2) Actuação**

A actuação da FRR fundamenta-se em dois elementos essenciais:

- (a) O emprego agressivo de forças reduzidas e ligeiras, com grande mobilidade tática, capacidade de sacrifício, rapidamente colocadas nos objectivos críticos; e
- (b) O emprego subsequente das restantes forças ou de outras forças com maior poder de fogo orgânico e protecção.

Esta composição “equilibrada”, isto é, de forças extraordinariamente ligeiras complementadas na mesma grande unidade (GU) por outras ligeiramente mais pesadas, com capacidade superior em mobilidade, poder de fogo e protecção, garante uma versatilidade notável no seu emprego tático.

## **d. Orientações**

### **(1) Para o emprego das Sub-unidades mais ligeiras.**

As sub-unidades mais ligeiras e de armas combinadas, constituídas especificamente de acordo com as missões cometidas, podem desenvolver acções táticas contra um grande leque de ameaças. Essa versatilidade e flexibilidade na composição e articulação das forças torna-as

<sup>62</sup> Operational shock is a systemic effect against the enemy systems control mechanisms, which achieves paralysis, disorganization, and disintegration, *In Search of a Joint Urban Operational Concept*, School of Advanced Military Studies, United States Army, Maj Lee K. GRUBS, page 17. Shock can be defined as a **sudden violence concentration**. Its effects, are to terror-stricken, deter, and frighten, in *The British Army by 2010*, Foreign Studies, LtCol CONSTANT.





aptas para o combate em terreno “complexo” (urbanizado<sup>63</sup>, floresta...) e para desenvolver acções agressivas de reconhecimento em prol da FRR ou da coligação. As características destas forças permitem também o seu emprego em reforço ou em apoio de forças mais especializadas na actuação em condições especiais. A sua capacidade de inserção por mar (e ar) e adaptação às diversas características físicas do TO tornam-nas adequadas para participarem em operações combinadas ou com outras forças nacionais e estrangeiras, permitindo, caso necessário, o seu “encorpamento” até atingir 3 Batalhões, constituindo estes uma massa crítica normalmente suficiente<sup>64</sup>. Assim, poderão participar em operações anfíbias quer reforçando as unidades de Fuzileiros quer como força de seguimento. Podem, também, se necessário, executar, reforçar ou apoiar outras forças na execução de operações no âmbito do contra-terrorismo. Algumas acções terroristas apresentam características de planeamento, execução e de meios, próximas de operações militares aconselhando, consequentemente, a intervenção de forças militares para o seu combate e neutralização. A necessidade de resgatar cidadãos nacionais ou reféns, fora do país, pode exigir em simultâneo da parte das forças a utilizar, especialização e treino em operações de contra-terrorismo, de assalto aerotransportado, aeromóvel e anfíbio.

## **(2) Para as restantes forças da FRR.**

As restantes forças acrescem indubitavelmente a eficácia da FRR, consequência da maior mobilidade táctica, protecção blindada e apoio de fogos que aportam. Embora ainda situadas na esfera das GU ligeiras, não deixam de reforçar ou apoiar as acções desencadeadas pelas forças mais ligeiras ou, se assim for entendido aquando da estruturação da subunidade, de dotá-la com meios que aumentem a sua letalidade e a sua capacidade de sobrevivência.

Actuando a FRR como um todo, esta carece fundamentalmente de mobilidade estratégica e de apoio de fogos indirectos não orgânicos. Sem este apoio, a FRR não tem, em geral, capacidade para enfrentar GU “médias” ou “pesadas”.

## **(3) Para o emprego dos meios aéreos**

A adequada e atempada utilização dos meios aéreos será importante, para não dizer determinante, para projectar ou apoiar a FRR. Por uma questão de facilidade de análise poderemos considerar 3 aspectos: um, referente à colocação de fogos no apoio à manobra, o

<sup>63</sup> *Seventy percent of the world's population will live in cities by the year 2014*, in *Soldiers in Cities: Military Operations on Urban Terrain*, de. Michael C. Desch (SSI, 2001), pg 4, citado em «*In Search of a Joint Urban Operational Concept*», School of Advanced Military Studies, USA, Maj LEE K. Grubbs, pg 2. *Recent forecasts based on population statistics and the worldwide migration trend from agrarian to industrialized societies predict that 85 percent of the world's population will reside in urbanized areas by the year 2025. Military Operations on Urbanized Terrain (MOUT)*, Marine Corps, Warfighting Publication (MCWP) 3-35.3, DEPARTMENT OF THE NAVY, Headquarters United States Marine Corps Washington, DC 20380-0001, 26 April 1998, p. 1-1. *According to United Nations estimates, the urban population of developing countries worldwide increases by about 150,000 people each day, with the most pronounced growth occurring in Africa and Asia. By the year 2025, three-fifths of the world's population — five billion people — will live in urban areas. A Concept for Future Military Operations on Urbanized Terrain*, Department of the Navy, Marine Corps Combat Development Command Quantico, VA, 25 July 1997, p. III-3

<sup>64</sup> *Operation Just Cause validated the force size required to conduct not only the forced entry mission but also other SOF missions directed by the NCA. The three battalions achieved decisive mass at crucial points to accomplish the mission. A smaller force, e.g., two battalions, would not have met the mission requirements. It should be noted that all three Ranger Battalions were needed and committed in Panama, leaving no force available for other contingencies. CHAE*, Chelsea Y., Maj USA B.S., *The Roles and Missions of Rangers in the Twenty-first Century*, United States Military Academy, West Point, New York, 1982, Fort Leavenworth, Kansas, 1996, pg. 62.



segundo, como instrumento de comunicações, reconhecimento e vigilância<sup>65</sup> e, o terceiro, como meio de transporte e colocação ou inserção/extracção da FRR no terreno.

A colocação de fogos pode assumir diversos matizes, sendo o mais frequente o Apoio Aéreo Próximo – “Close Air Support” (CAS) da Força<sup>66</sup>. Este apoio de fogos poderá ser executado por aeronaves de asa fixa como o C-130 Spectrum e o A-10 Thunderbolt II, que embora de características muito distintas são exemplo suficientemente elucidativos deste tipo de apoio de fogos aéreos. É importante realçar que é um dos meios mais empregue no combate em profundidade<sup>67</sup>.

A outra grande componente é efectuada pelos helicópteros numa função anti-carro ou anti-pessoal<sup>68</sup>.

No que concerne às comunicações, reconhecimento e vigilância, encontramos por exemplo<sup>69</sup> o DO-27 das campanhas de África e mais recentemente os UAV, designadamente no Líbano, no Afeganistão e no Iraque.

O apoio logístico é de suma importância interessando destacar dois aspectos: o apoio à própria Força e respectiva Missão, e o apoio a outras forças ou a missões subsequentes<sup>70</sup>.

O apoio à Força varia consoante a missão, o inimigo, o terreno, os meios, a rapidez de execução, a população (ou nacionais e aliados no caso das NEO) e a missão subsequente. O mais importante, e certamente o mais difícil, será o apoio sanitário quando não for possível executar evacuações, obrigando a estabilizar os feridos e acidentados e a aguardar a eventual chegada de uma força de junção.

O último aspecto em análise – meio de transporte e de colocação ou inserção/extracção – é determinante, justificando até o aparecimento de forças e unidades especialmente treinadas para actuarem a partir da sua colocação no terreno por aeronaves. Esta colocação varia no tipo de aeronave (aviões, planadores ou helicópteros) ou no método (por aterragem, por salto em pára-quedas, por descida em rappel ou corda rápida, ou puramente por salto da aeronave para o solo – de helis ou aviões<sup>71</sup>). Sendo este aspecto relevante para as características e possibilidades da FRR entendemos criar uma alínea própria, que se apresenta de seguida.

#### **(4) Para a Inserção vertical**

A inserção vertical oferece, como grandes vantagens, a flexibilidade e rapidez de actuação.

<sup>65</sup> A utilização de satélites artificiais complementa, e por vezes substitui, os meios aéreos na realização de algumas destas missões.

<sup>66</sup> Não significa isto um atribuir de uma menor importância às outras missões, como o testemunha a abertura dum corredor aéreo pelos Heli no início da Operação Tempestade no Deserto.

<sup>67</sup> Embora o desenvolvimento tecnológico tenha permitido uma parcial substituição, pela utilização de mísseis cada vez mais precisos como os Tomahawk (BGM-109).

<sup>68</sup> E que têm exemplos expressivos, e conhecidos, no AH-1 COBRA do Vietname, no ALOUETTE III em África (na função helicóptero) no Mi-24 HIND D no Afeganistão, ou o AH-64A APACHE.

<sup>69</sup> O E-2C HAWKEYE (que opera a partir de porta-aviões), ou o E-3 SENTRY, mais conhecido pelo AWACS, ou o O-2 ou o OV-10A BRONCO (North American Rockwell) do Vietname.

<sup>70</sup> Situação concretizada no estabelecimento das FOB COBRA e VIPER durante a 1ª Guerra do Golfo em 1991.

<sup>71</sup> Situação extrema relatada na frente russa durante a 2ª G.M. *Some troops without parachutes were also dropped during the course of the operation (March 1942). Slow-flying U-2 biplanes would skim close to the ground, and the paratroopers would leap off into deep snowdrifts.* ZALOGA, Steven J.: *Inside the Blue Berets, A Combat History of Soviet and Russian Airborne Forces*, 1930-1995, Presidio, 1995, ISBN 0-89141-399-5, p.72.





Esta, ao contrário do que poderá acontecer com outro tipo de forças, não é tão afectada pela existência de obstáculos naturais ou artificiais, nem se encontra dependente de uma possível falta, neutralização ou destruição de infra-estruturas nos locais de empenhamento, como sejam estradas, portos e aeroportos. A possibilidade de execução da inserção vertical, alcançada através da aterragem de assalto de aeronaves de asa fixa, de operações aeromóveis ou de assalto aéreo ou ainda de assalto pára-quedista é garantia de maior sucesso, pela possibilidade de colocação directa no objectivo<sup>72</sup>, ou muito próximo<sup>73</sup> e pela variedade de combinações que tais possibilidades de actuação oferecem, i.e. aterragem de assalto conjugada com um assalto pára-quedista e assalto aéreo e com múltiplas inserções. Sem negarmos a necessidade de maior especialização em determinadas áreas de uma parte dos elementos da FRR torna-se evidente, para potenciar e facilitar todas as modalidades de acção referidas, a conveniência em qualificar e habilitar o máximo efectivo possível da Força para a inserção por meio de pára-quedas. Assim, a capacidade de salto em pára-quedas não se restringirá aos actuais Batalhões de Infantaria Pára-quedista, devendo, se possível, estender-se a toda a FRR. Assinale-se que a impossibilidade do emprego de helicópteros – são facilmente afectados pela altitude, humidade, temperatura, condições meteorológicas como o vento e a chuva – e o seu menor raio de acção e velocidade, comparativamente com as aeronaves de asa fixa<sup>74</sup>, pode colocar como sendo a melhor opção o lançamento da Força, ou parte dela, em Pára-quedas<sup>75</sup>. O inverso também poderá suceder pela inexistência de condições meteorológicas, i.e. vento superior a 14 nós, pela inexistência de ZL adequadas (pequenas, arborizadas<sup>76</sup> ou acidentadas) ou ainda pela necessidade de não dispersar a Força<sup>77</sup>. Os avanços tecnológicos têm atenuado as limitações

<sup>72</sup> *Often air assaults landed right on top of a defending enemy.* **GRAU**, Lester W., **GRESS**, Michael A.: The Soviet-Afghan War. How a Superpower Fought and Lost, University Press, 2002, ISBN 0-7006-1186-X, p.217.

<sup>73</sup> Como na Operação Urgent Fury, em 25 de Outubro de 1983, onde constitui um exemplo a ocupação do aeroporto de Pearls inicialmente por uma Companhia de Marines ou a tomada da Mansão do Governador Geral de Granada por 22 SEALs, estes transportados em 2 BLACKHAWK,

<sup>74</sup> *An air assault in the mountains often required almost twice the number of helicopters of normal circumstances. ... For example, an Mi-8 helicopter can carry 24 fully equipped troopers at sea level, but in the mountains, no more than 12, and in some cases even fewer.* **GRAU**, Lester W., **GRESS**, Michael A.: The Soviet-Afghan War. How a Superpower Fought and Lost, University Press, 2002, ISBN 0-7006-1186-X, p.201.

<sup>75</sup> Como sucedeu nas acções de contra-insurreição levadas a cabo pelas forças rodesianas, no actual Zimbabwe: *Three operational jumps in a single day was something no other paratrooper had ever been expected to do. Indeed other paratroops of other nations had endured nothing like it. In 1950-1952, for example, the French Colonial Paras in Indo-China proudly boasted of their fifty odd combat jumps. This was more than double the 24 operational jumps, which the two vaunted French Foreign Legion Para battalions made between March 1949 and March 1954. Altogether the French were to make over a hundred combat jumps while later in Vietnam the Americans only made one major combat jump. The Americans, of course, were by then making tactical use of helicopters.* **WOOD**, Prof. J.R.T.: FIRE FORCE Helicopter Warfare in Rhodesia: 1962-1980.

<sup>76</sup> Uma prática original, no sentido de aproveitar o que à partida seria considerado uma limitação, foi o desenvolvimento do *tree jumping* pelos SAS no conflito da Malásia na década de 50 (Malayan Emergency). Como as bases da guerrilha se situavam em locais longínquos e de difícil acesso os SAS optaram por saltar em pára-quedas sobre a selva, tendo sido realizado em Fevereiro de 1954 o seu primeiro salto operacional deste tipo. A técnica consistia em admitir como pressuposto que a calote do pára-quedas ficaria presa na copa das árvores, bastando depois descer até ao solo por meio duma corda previamente preparada para o efeito. Após a ocorrência de diversos acidentes, alguns deles fatais, e o maior emprego de helicópteros, esta técnica de salto foi abandonada. **BILLIÈRE**, General Sir Peter de la: Looking for Trouble: SAS to Gulf Command – The Autobiography, HarperCollins, pbk edition 1995, pp. 123-5. **GERAGHTY**, Tony: Who Dares Wins. The Special Air Service, 1950 to the Gulf War, Warner Book, pp. 338-342. **KEMP**, Anthony: The SAS Savage Wars of Peace, Signet, 1995, pp. 24-5. **NEILLANDS**, Robin: In The Combat Zone: Special Forces Since 1945, Orion, pp. 106-107.

<sup>77</sup> *It was evident that parachutes were of no use in Afghanistan, so most specialized parachute equipment was put into storage at the Bagram and Kabul air bases or shipped back to Soviet Union.* **ZALOGA**, Steven J.: Inside the Blue Berets. A Combat History of Soviet and Russian Airborne Forces, 1930-1995, Presidio, 1995, p. 240.



melhorando o desempenho dos helicópteros, as possibilidades dos pára-quedas (mais manobráveis e permitindo lançamento a velocidades do vento superiores e altitudes inferiores – 18 nós a 150 m) e o aperfeiçoamento de aeronaves VSTOL com maior raio de acção e capacidade de aterrar verticalmente<sup>78</sup>, o que poderá melhorar significativamente a colocação das forças mas, haverá sempre a possibilidade de utilização do pára-quedas<sup>79</sup>.

### (5) Para o emprego dos meios navais e anfíbios

A FRR é, essencialmente, uma força expedicionária, empregando os meios considerados necessários e adequados para essa finalidade. A maioria da população e das capitais dos países encontram-se na costa, ou relativamente perto dela, constituindo-se o mar, e os meios que nele operam uma clara possibilidade ou necessidade de emprego<sup>80</sup>.

Poderemos distinguir duas formas distintas, uma como meio de colocação de forças, participando ou, melhor dizendo, antecipando a manobra terrestre. Outra, como elemento de apoio, de fogos e logístico.

#### (a) Como meio de colocação de Forças

Numa acção precedida de desembarque anfíbio, convém sempre realçar que os Fuzileiros são forças anfíbias e, como tal, deverão ser os primeiros a constituir a cabeça de praia<sup>81</sup>. No entanto, a versatilidade e competência da FRR, especialmente as suas unidades de Comandos, poderão permitir-lhes actuar como Força de Seguimento. Outra possibilidade será a sua utilização para actuar no interior da linha de costa, em ambiente claramente não anfíbio, ou na execução de operações especiais de acção directa. A existência de helicópteros oferece a possibilidade de projectar a FRR para acções terrestres, via assalto aéreo<sup>82</sup>, a partir do ambiente marítimo libertando, se necessário,<sup>83</sup> os Fuzileiros para a componente anfíbia mais especializada.

O factor de colocação rápida dos meios no terreno é fundamental, havendo pois necessidade de

<sup>78</sup> O Osprey é uma aeronave VSTOL (*Vertical/Short Take-off and Landing*) que tem suscitado muito interesse junto dos Marines americanos.

<sup>79</sup> *Parachutes provide a degree of strategic mobility that still cannot be provided by other means. Although helicopters are a much more practical means of delivery at ranges of 100 miles, parachute operations can occur at ranges of 500 miles.* ZALOGA, Steven J.: *Inside the Blue Berets, A Combat History of Soviet and Russian Airborne Forces, 1930-1995*, Presidio, 1995, pp. 311-2.

<sup>80</sup> *Some 70 percent of the world population lives within 200 miles of a coastline. Four out of five world capitals are within 300 miles of the coast. Spring 1994 / JFQ 47. The results of geographical studies show that 60 percent of politically significant urban areas outside allied or former Warsaw Pact territory are located along or within 25 miles of a coastline; 75 percent are within 150 miles; 87 percent are within 300 miles; 95 percent are within 600 miles; and all are within 800 miles.* Military Operations on Urbanized Terrain (MOUT), Marine Corps, Warfighting Publication (MCWP) 3-35.3, DEPARTMENT OF THE NAVY, Headquarters United States Marine Corps Washington, DC 20380-0001, 26 April 1998, p. 1-1. *The purpose of our Naval forces is to directly and decisively, influence events ashore from the sea, anytime, anywhere. Since 80 percent of the world's population and 80 percent of capitals are within 500 miles of an ocean, our Navy-Marine Corps team is uniquely situated to project power "From the Sea". We recently demonstrated the value of ready, forward-deployed naval forces during Operation Desert Fox and continue that effort today in the skies over Iraq, on the ground in Kuwait, and in "and under" the sea in the Arabian Gulf.* WILLIAMSON, Rear Admiral USN Robert C., On Littoral Force Protection and Power Projection in the 21st Century, Statement Before the Senate Armed Services Seapower Subcommittee, 24 March 1999.

<sup>81</sup> Nem sempre isso acontece. A primeiras força britânica a desembarcar nas Falklands-1982, para além dos SBS e SAS, foi o 2º Batalhão Pára-quedista logo seguido do Commando 40. THOMPSON, Julian: No Picnic, Cassell, 2001, pg. 53.

<sup>82</sup> A exemplo do Suez 1956

<sup>83</sup> *42 Commando, with the Somerset Light Infantry anti-tank gunners under command, was to land from the sea but 45 Commando was to initiate a new form of warfare by going ashore in helicopters.* NEILLANDS, Robin: A Fighting Retreat, The British Empire 1947-97, Hodder and Stoughton, 1997, ISBN 0-340-63521-5, pg. 325.



considerar a capacidade das lanchas de desembarque e dos helicópteros, e a correspondente correlação na forma, tamanho e peso das viaturas e equipamentos que deverão embarcar. É a capacidade de projecção táctica, pronta a empenhar-se, que mais interessa, mais do que a capacidade de transporte dos meios navais e aéreos. Considerando ainda a limitada capacidade de entrada em força, não permissiva, ter-se-á sempre que observar que a reacção rápida não é condicionada pela necessidade absoluta da existência, e respectivas possibilidades, de possíveis portos de desembarque<sup>84</sup>.

**(b) Como elemento de apoio**

Como elemento de apoio pode-se tornar uma absoluta necessidade, mesmo imprescindível, para execução de determinado tipo de missão. A componente fogos navais, por exemplo, poderá ser de fulcral importância, permitindo aligeirar ainda mais a força (a empregar). O mesmo poderá ser dito como meio de apoio logístico nas suas diversas componentes. No caso da existência de um alerta prévio, poderá posicionar-se e funcionar como base avançada – *forward base*, aliviando também desta forma a FRR. Considerando a distribuição dos interesses próximos de Portugal, o alcance dos meios navais permite, igualmente, a mais fácil aceitação do risco de desencadear operações aerotransportadas dentro das condições de sustentação e sobrevivência autónoma da FRR pelo conhecimento da possível chegada, em tempo útil, da componente marítima, que rapidamente poderá colocar em terra elevados efectivos e quantidades de material, através de um serviço de vaivém de lanchas e helicópteros disponíveis.

Os meios navais podem também ser um meio privilegiado para a inserção e extracção de Forças Especiais, em particular através do emprego de submarinos, dado o seu carácter furtivo.

Se a duração da missão o permitir, nomeadamente no caso de operações mais prolongadas ou dilatadas no tempo, poderão ser o meio de fornecer às forças ligeiras já projectadas no TO viaturas ligeiras e VBTP (de preferência de rodas e resistentes a minas)<sup>85</sup>.

Perante estes cenários é evidente a exigência crescente de uma maior interoperabilidade e conjugação de meios, doutrina e treino entre os Ramos.

**(6) Para o emprego de fogos não orgânicos**

A dificuldade na projecção de forças, em particular por meios aéreos, é factor limitativo na atribuição de meios humanos e materiais, nomeadamente no respeitante a meios de apoios de fogos directos e indirectos orgânicos<sup>86</sup>.

A alternativa é melhorar as possibilidades de aplicação de fogos não orgânicos, adequando doutrinas de emprego e ajustando melhor os meios existentes. O aspecto “Conjunto” assume aqui um peso determinante, pelo emprego da componente naval e aérea.

<sup>84</sup> Os Aliados não estiveram no dia D dependentes dos portos, pese embora a natureza diferente das operações nem estiveram, também, os Britânicos nas Falklands.

<sup>85</sup> Como por exemplo do tipo “Piranha”, que equipa as forças da Austrália, do Canadá e as novas Brigadas *Striker* dos EUA e que poderiam (deveriam) ter sido as viaturas escolhidas para a aquisição por Portugal ao abrigo da LPM.

<sup>86</sup> O tipo de operação, o secretismo, a rapidez e a surpresa ... são igualmente factores condicionantes da composição e possibilidades de intervenção da FRR.



Deverá consequentemente ser dado largo espaço a um Sistema de Coordenação e Controlo de Apoio de Fogos e a uma particular atenção ao Apoio de Fogos Naval e ao CAS. As implicações na formação e no treino são desde já evidentes. Qualquer elemento da FRR deverá ser capaz de pedir apoio de fogos já que, poderá encontrar-se isolado ou ser aquele melhor posicionado para os solicitar.

Mas, como qualquer tipo de apoio, este será tanto mais eficaz quanto melhor for orientado por observação directa. Há absoluta necessidade de desenvolver a capacidade dos OAF da Força, integrando elementos da Marinha ou da FA, se for necessário. Estes OAF terão também que dominar todas as formas e métodos de inserção, aéreo, terrestre ou aquático o que implicará, para além duma elevada formação técnica a nível de apoio de fogos, a frequência do curso de Pára-quedismo e de Comandos, considerando a elevada possibilidade de terem de ser infiltrados, em primeiro lugar e em território hostil, para desempenharem a sua função em proveito da FRR.

A possibilidade de colocar fogos, de qualquer natureza, ajustados e de elevada letalidade, permite a atrição localizada, a abertura de corredores aéreos e anfíbios e, em última instância, a própria sobrevivência e capacidade de extracção da Força.

#### **(7) Para o emprego de meios blindados**

Outra importante limitação, a da falta de protecção blindada, não será facilmente contornada. Algumas viaturas blindadas serão possíveis de empregar, quer pelas várias sub-unidades anti-carro quer pela Companhia de Incursores, através da utilização das viaturas M-11 que actualmente equipam os ERec da BAI e da BLI. Mas, em todo o caso, será a missão que a FRR irá cumprir que determinará ou não, uma maior necessidade de protecção blindada.

Convém também separar, para efeitos de análise, a ameaça blindada da já referida protecção blindada. Os tipos de missões e de tarefas consideradas para o emprego desta força têm como um dos seus pressupostos uma fraca ameaça de blindados e, a existir, esta provavelmente estará dentro dos parâmetros que esta força aerotransportada poderá enfrentar<sup>87</sup>. Para além da ameaça blindada há ainda que considerar, mesmo na sua ausência, a vantagem que reside no seu emprego, atendendo ao poder de choque e de apoio de fogos que viaturas blindadas, mesmo ligeiras, podem oferecer<sup>88</sup>.

No entanto, desde que a FRR tenha armamento e viaturas em quantidade suficiente e aerolargáveis de forma a garantir o necessário poder de fogo e mobilidade logística, uma formação de escalão Brigada será seguramente a mais adequada. O facto das viaturas e equipamento da FRR serem relativamente menos sofisticados, quando comparados com os das forças blindadas

<sup>87</sup> *Army Special Forces also seized control of the Pacora River Bridge and blocked armored counterattacks into Ranger drop zones around Torrijos/Tocumen Airport.* **EMBREY**, Lieutenant Colonel James H.: OPERATION JUST CAUSE: Concepts for Shaping Future Rapid Decisive Operations in **MURRAY**, Williamson: TRANSFORMATION CONCEPTS FOR NATIONAL SECURITY IN THE 21st CENTURY, September 2002, ISBN 1-58487-104-0, pg 211.

<sup>88</sup> Vide por exemplo o artigo de **HEAD**, Captain Daniel T., The 2nd Parachute Battalion's War in the Falklands: Light Armor Made the Difference in South Atlantic Deployment, **ARMOR**, September-October 1999.



ou mecanizadas, extremamente robustos (devido às especificações para resistirem aos lançamentos aéreos) e de fácil manutenção e em estado de elevada prontidão, ainda aumentam mais a sua adequabilidade para a integrar.

### **(8) Para o desenvolvimento do Espírito de Corpo e Moral da Força**

São os homens o elemento fundamental de qualquer força. A sua coesão, ou a falta dela, é factor determinante para o sucesso de tal forma que, mesmo as teorias da guerra mais recentes, e não obstante a atracção exercida pela ciência e tecnologia actual, enfatizam esta qualidade. Considerando a variedade de especialidades que a FRR engloba, a forma porventura mais fácil e imediata de acentuar essa coesão, será precisamente pelo salto em pára-quedas. Obtêm-se desta forma dois resultados, a melhoria das capacidades de inserção e intervenção e o robustecimento do espírito e moral da Força, pelo sentimento de pertença a algo diferente, considerado de elite, onde a valorização de qualidades como a coragem, a agressividade e o profissionalismo encontrarão mais facilmente lugar. O ser pára-quedista implica também, por si só, o duplo voluntarismo, o ser militar e saltar de pára-quedas, que o deverá conduzir de *motu proprio* num processo de socialização através de um árduo percurso de selecção e formação<sup>89</sup>. Tal é particularmente importante quando se considera que, independentemente da natureza das operações em que a FRR será seguramente envolvida, estas serão pela sua própria urgência e demais características, extremamente desgastantes para o pessoal que as integra<sup>90</sup>.

### **(9) Para a condução de Acções Humanitárias**

Do ponto de vista da eficiência da utilização de recursos humanos e materiais da FRR, o seu pessoal com aptidões diversificadas, capacidade de iniciativa mais desenvolvida e padrões físicos superiores à média dos restantes militares, facilmente se adequa a participar em tarefas de apoio humanitário e ajuda em caso de catástrofe ou calamidade pública, e no apoio a programas de desenvolvimento económico de comunidades desfavorecidas, etc. Não sendo encarado como missão específica da FRR, não deverá deixar de ser considerada e treinada de modo a ser eficazmente utilizada ou de, numa fase posterior de transição assegurar a execução deste tipo de acções enquanto não é rendida por outras forças ou organizações especializadas.

#### **e. Empenhamento Operacional**

O empenhamento da FRR pode englobar quatro fases, que embora para efeitos de apresentação surjam sequencialmente, tendem a ocorrer de uma forma concorrente. São elas:

- ❑ **Fase Preparatória** onde se processa a recolha de informação e o desencadear de acções conducentes a permitir maior eficácia ao emprego da FRR. Incluem-se nesta fase todas as

<sup>89</sup> Parachuting may therefore be compared with combat, providing a very real sense of danger under circumstances that allow units of soldiers to practice overcoming their fears in relative safety. **MCMANNERS**, Hugh: *The Scars of War*, HarperCollins Publisher, 1994, ISBN 0-586-211-292-2, pg.70.

<sup>90</sup> I would say, also, that inevitably the selection standards for the parachute forces and the commando forces must be higher than others, and I would think this applies to light infantry in the way you consider it as well. I would think there has to be a reasonably severe selection process both with officers (particularly with officers) and with men. **MCMICHAEL**, Major Scott R.: *Discussions on Training and Employing Light Infantry*, CSI Report No. 8, Combat Studies Institute, p.5.





acções convencionais e não convencionais com o objectivo de garantir a surpresa e degradar a capacidade de actuação do inimigo. O emprego de Forças Especiais, em particular dos elementos de Operações Especiais, reveste-se de primordial importância.

- ❑ **Entrada** “forçada” ou permissiva, caracterizada pela colocação no terreno através de meios (ou combinação de meios) de inserção, terrestres, aéreos ou marítimos. Esta é a fase mais vulnerável e complexa. As forças deverão ter organicamente meios que garantam a mobilidade táctica e poder de fogo adequados ao Teatro de Operações e tipo de ameaça. O emprego de pequenas forças altamente treinadas permite uma maior rapidez de intervenção mas acresce a sua vulnerabilidade.
- ❑ **Acção Decisiva.** Acção desenvolvida por subunidades constituídas da FRR ou por outras forças, normalmente mais pesadas e com maior poder de fogo e blindagem. Procura-se manter a iniciativa e a surpresa, explorando o sucesso das acções desencadeadas pelas forças iniciais. Esta acção está muito dependente das informações tácticas e da vigilância a longas distâncias permitindo o empenhamento do inimigo com fogos de precisão de modo a reduzir ou anular a sua capacidade para desenvolver o combate próximo.
- ❑ **Fase de Transição**, em particular das acções militares do espectro mais elevado dos conflitos para operações de estabilização ou de apoio às populações. Nesta fase verifica-se a rendição por outras forças mais vocacionadas para este tipo de operações, ou por entidades civis.

**f. Requisitos Fundamentais para Aplicação do Conceito de Emprego da FRR**

Para que o conceito de emprego da FRR tenha utilidade e possa ser empregue quer em acções unilaterais (nacionais) quer no âmbito de alianças e de coligações regionais ou globais, torna-se necessário que os seguintes requisitos sejam cumpridos:

- ❑ Um eficiente Sistema de C4IVR;
- ❑ Existência de informações abrangentes e actualizadas, quer a nível operacional quer a nível táctico, permanentemente difundidas de modo a alargar o leque de opções tácticas para o emprego da FRR;
- ❑ Capacidade para concentrar apoio de fogos da FRR ou da força conjunta / combinada ou da coligação em benefício das pequenas unidades no TO;
- ❑ Capacidade de mobilidade táctica de escalão Batalhão, em particular através da atribuição de meios aéreos (asa fixa e helis);
- ❑ Capacidade para empenhar simultaneamente 3 sub-unidades de escalão batalhão;
- ❑ Todo o pessoal, envolvido na manobra terrestre, ser qualificado no salto em pára-quedas e todo o material e equipamento, essencial para a manobra, ser aerotransportável;
- ❑ Interoperabilidade dos meios quer em operações conjuntas quer em coligações;
- ❑ O conceito de “conjugação” inter-ramos, isto é, onde for possível, o material, equipamento e



treino serem comuns, deve constituir um objectivo a prosseguir o mais depressa possível;

- ❑ Valorização da capacidade de comando e iniciativa, conhecimento técnico profissional e agilização do processo de decisão;
- ❑ Treino vocacionado para as situações de maior exigência do combate.
- ❑ Comando e Estado-Maior permanentemente constituído e treinado.
- ❑ Existência em pessoal e material, no mínimo a 90% dos Quadros Orgânicos.

#### **g. Critérios para Validação**

Não cabe no âmbito deste trabalho o desenvolvimento de critérios específicos, mas tão somente definir considerações gerais em que devem ocorrer ou de que forma poderão ocorrer. Assim os critérios a desenvolver deverão ser objectivos de modo a:

- ❑ Permitir a medida da eficácia e eficiência do emprego da FRR de acordo com o novo conceito de emprego;
- ❑ Respeitar princípios e metodologias em uso na NATO facilitando uma possível certificação da FRR (ou de parte).
- ❑ A validação final deverá ocorrer efectivamente em ambiente operacional.

### **5 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

*“... a Brigada de Reacção Rápida do Exército será uma força efectiva, isto é, não será um enunciado teórico.”*  
**General Valença Pinto<sup>91</sup>**

#### **a. Generalidades**

Pretende este capítulo ultrapassar a mera função de ser um repositório sintetizado dos capítulos precedentes para, na medida do possível, se transformar num instrumento de utilidade prática imediata.

A questão fundamental colocada foi estabelecer os princípios gerais orientadores de como empregar tacticamente a FRR existente, como um todo ou em parte, autonomamente ou em coligações, no TN ou projectada, a fim de executar um largo espectro de operações desde o apoio à paz até a conflitos convencionais.

Do exposto nos capítulos anteriores se infere que o presente conceito **não** se aplica nas seguintes condições:

- ❑ Quando os requisitos fundamentais não forem cumpridos;
- ❑ Quando a FRR, como um todo, ou qualquer das suas Sub-unidades forem empregues sem respeitar a doutrina da manobra.

O conceito apresentado caracteriza-se por ser experimental, i.e., carece de validação e exige a sua reavaliação e revisão periódicas, face à erosão doutrinária que poderá advir da rápida mutação do ambiente operacional, da evolução tecnológica nos armamentos e outros equipamentos e, da táctica. Após validação, este conceito deverá ser revisto sempre que necessário, apontando um prazo de 5 anos

<sup>91</sup> Entrevista do General CEME ao Jornal do Exército, Out 2004





como limite máximo para a sua revisão obrigatória e dos documentos que dele decorram.

O conceito de emprego definido estabelece as orientações de modo a:

- ❑ Privilegiar o emprego da FRR, no todo ou em parte, autonomamente ou incluída em forças conjuntas e/ou combinadas, para actuar em ambientes operacionais diversificados, desde operações de apoio à paz a conflitos de alta intensidade;
- ❑ Reforçar a versatilidade da FRR, através da constituição de Sub-unidades de capacidades múltiplas, diferenciadas e complementares, potenciando quer as sinergias da sua integração quer o emprego em TO com características distintas ou desempenhando funções operacionais diferentes em forças de coligações ou de alianças.

O carácter expedicionário da Força é bem patente e obriga à íntima cooperação entre os Ramos se se pretender constituir uma FRR verdadeiramente operacional, credível e nacional. Assim a colaboração inter-Ramos é avocada na:

- ❑ Instrução, formação e treino;
- ❑ Aquisição de material e equipamento;
- ❑ Na correcta imputação de custos e consequente reavaliação dos orçamentos dos Ramos;
- ❑ Revisão doutrinária.

Algumas das Recomendações inseridas ultrapassam o próprio Exército, obrigando a uma cooperação inter-Ramos e com outras entidades nacionais ou ainda promovendo a necessidade de alterações legislativas importantes.

## **b. Conclusões Sectoriais**

### **(1) Doutrinárias e organizacionais**

Ameaças difusas e potenciais TO lacunares<sup>92</sup>, impõem capacidades múltiplas reforçadas e prazos de reacção mais curtos, dada a imprevisibilidade temporal e espacial da concretização daquelas ameaças. Assim, é enfatizada a manobra e a acção violenta e continuada, valorizando-se a acção de comando descentralizada, a interoperabilidade dos meios e a versatilidade da Força.

As capacidades com que se pretende dotar as Sub-Unidades obriga a que se defina, através dos documentos doutrinários adequados<sup>93</sup>, com realismo, rigor e pragmatismo, o campo de actuação das unidades de Comandos, dos elementos de Operações Especiais, dos Precursores e das unidades Aerotransportadas. As implicações na instrução, treino e logística são imediatas, com opções inadiáveis.

A estrutura da Força foi pensada concorrentemente com os conceitos definidos, destacando-se:

- ❑ A necessidade de uma Unidade de Comandos de Escalão Batalhão;
- ❑ O seu carácter ligeiro mas equilibrado e complementar (BCmds, 2 BIPára e restantes Sub-unidades);
- ❑ A existência do Batalhão Aeroterrestre com capacidades únicas e fundamentais.
- ❑ A fim de garantir elevados níveis de operacionalidade e prontidão o Comandante da FRR deverá ter

<sup>92</sup> Conceito que rompe com a percepção jominiana da linearidade do campo de batalha.

<sup>93</sup> Manuais de Campanha; NEP...



comando completo sobre todas as Sub-Unidades da Força.

- ❑ A capacidade incremental de poder da FRR

**Recomendações:**

- Constituir o Batalhão de Comandos;
- Preservar o Batalhão Aeroterrestre com a nova estrutura e capacidades propostas.

**(2) Pessoal**

O factor humano é o factor principal na constituição e operacionalidade da FRR. Releva-se a necessidade do cuidado no processo de selecção e, posteriormente, da formação e treino do militar. A selecção deverá ser efectuada num universo o mais amplo possível, quer no interior quer fora das Forças Armadas, porquanto se buscam aptidões muito específicas para serem desenvolvidas a níveis de excelência, isto é seleccionar profissionais que sejam **os melhores**. A regeneração desta Força (manutenção de efectivos) requer especial preocupação e deve ser assumida logo desde o início da constituição da FRR.

A caracterização do futuro TO exige que os militares das unidades de apoio sejam qualitativamente robustos física e psicologicamente e, técnica e taticamente preparados como os das unidades de manobra. O moral e espírito de corpo da FRR devem ser desenvolvidos como mais um factor de sucesso aquando do combate.

**Recomendações:**

- Selecção do pessoal num universo mais alargado;
- Definição rigorosa dos perfis do pessoal a recrutar, prevendo o seu futuro empenhamento;
- Critérios mais exigentes na selecção;
- Reforçar o *ethos* de cada sub-unidade, preservando o *ethos* do conjunto da FRR.

**(3) Instrução**

A instrução numa FRR revela-se de extrema diversidade e complexidade. No entanto é possível deduzir as seguintes necessidades:

- ❑ Qualificação de pára-quedista, garantindo maior integração e versatilidade;
- ❑ Instrução diferenciada e especializada (operações comando; antiterrorismo; operações anfíbias; em montanha; em áreas urbanas; reconhecimento estratégico; *target acquisition*; ...);
- ❑ Interoperabilidade dos meios e linguagem (terminologia) entre os Ramos.

**Recomendações:**

- Centralizar e coordenar a gestão da instrução dos militares da FRR – (ETE)
- Delimitação específica das missões das diversas Forças Especiais;
- Multi-especialização dos militares;
- Uniformização inter-Ramos da linguagem (terminologia) e procedimentos.

**(4) Operações**

Não se treinam operações, executam-se! Assim sendo, a realização de exercícios impõe-se com cenários e em condições tão diversas e realistas quanto possíveis. O treino colectivo inter-ramos é absolutamente



necessário numa Força com estas características. O Programa de Treino e Exercícios da FRR deverá ser exaustivo, rigoroso e abrangente, englobando as diferentes fases desde o individual até ao colectivo, com intensidade, ritmo e dificuldade progressivos, explorando a diversa tipologia de exercícios possíveis, a fim de exercitar adequadamente os comandos e a tropa aos vários escalões, contextos e ambientes operacionais. Igualmente importantíssimo, é a implantação no nosso Exército de um eficaz e eficiente esquema de recolha, processamento e aplicação de Lições Aprendidas, decorrentes de operações e exercícios que envolveram forças nacionais.

**Recomendações:**

- Realização de mais exercícios conjuntos e combinados;
- Rápida validação operacional das Sub-Un de manobra.
- Criação de um órgão especificamente dedicado às Lições Aprendidas

**(5) Logística**

O apoio logístico é crucial, quer para o desencadear das operações, quer na sobrevivência das Forças empenhadas. Daí o reconhecimento e valorização atribuída ao Batalhão Aeroterrestre.

- O apoio logístico deverá melhorar a sua eficiência através da evolução doutrinária associada a novos métodos de gestão e evolução tecnológica. A par disto, dever-se-ão desenvolver algumas boas práticas que simplifiquem e facilitem o apoio logístico:
  - a modularidade e interoperabilidade dos meios intra e inter-Ramos;
  - a existência do maior número de equipamentos comuns inter-Ramos;

**Recomendações:**

- Melhoria das infra-estruturas existentes (Unidades; treino/instrução)
- Aquisição de equipamentos específicos:
  - ☆ Armas anti-material (tipo Barrett, M82A 1A, cal. 12,7mm)
  - ☆ Rádio com suficiente largura de banda
  - ☆ Sistema Integrado de Comando e Controlo Tático
  - ☆ Mulas mecânicas
  - ☆ Mísseis ACar de 3ª geração.

**(6) Finanças**

O envolvimento político na garantia da atribuição dos meios financeiros é crucial, exigindo uma análise profunda dos custos resultantes da constituição da FRR e a consequente reavaliação dos orçamentos das actividades de vida corrente, instrução e reequipamento das FA.

**Recomendações:**

- Imputação e repartição de custos de:
  - ☆ Formação;
  - ☆ Aquisição e manutenção do material e equipamentos;
  - ☆ Instrução e treino.



### c. Horizonte Temporal

O objectivo da constituição da NRF em 2006 e dos Battlegroups em 2007 introduz limitações no período para desenvolvimento e aprovação de um conceito de emprego, caso Portugal pretenda integrar qualquer das forças, como se pensa ser o caso. Considerações no âmbito da aquisição de materiais e equipamento, e o seu possível relacionamento com a LPM, poderão também condicionar a aplicação do conceito. Assim parece lógico admitir que a validade deste conceito experimental não deverá ultrapassar os 5 anos de modo a já estar aprovado em 2010<sup>94</sup>, permitindo a Portugal ter uma força de reacção rápida apta e credível.

#### **Para finalizar:**

Não poderão restar dúvidas que o conceito de reacção rápida está firmemente implantado no moderno mundo militar. As sugestões aqui apresentadas criam novas questões ainda sem resposta e a implementação do que aqui se preconiza, com as consequentes acções colaterais e os seus naturais sucedâneos, fará seguramente vir à superfície um elevado número de problemas. Mas, no entanto, não existem problemas que não tenham já sido resolvidos noutra parte qualquer do mundo. Uma aproximação séria e dedicada por parte dos participantes neste empreendimento poderá tornar tudo isto viável. A NATO, no seu meio século de existência, tem vindo a resolver quase todas as dificuldades de integração de diferentes doutrinas, equipamentos e sistemas logísticos. As respostas, portanto, existem e o preço da paz, da segurança, da estabilidade e da prosperidade, fazem com que valha a pena procurá-las.

Para além do Conceito de Emprego que foi esboçado, julgamos adequado rematar as conclusões deste trabalho com a apresentação da nossa “visão” da FRR:

*A Força de Reacção Rápida (FRR), componente fundamental da Força Operacional Permanente do Exército, deverá estar apta a cumprir todo o espectro de missões, que vai das operações de combate, às operações de apoio à paz e à defesa de interesses nacionais próprios.*

*Força de escalão Brigada, com composição equilibrada e capacidades múltiplas, elevada prontidão, curto prazo de disponibilidade e fácil projecção, a FRR estará especialmente vocacionada para ser enquadrada na componente de forças de resposta da OTAN – designadamente a NRF e o ARRC – assim como para operar segundo o conceito de Battlegroup da UE. A FRR deverá, ainda, potenciar em permanência a articulação e actuação com forças dos outros Ramos das FA, garantindo capacidade conjunta para intervir de modo autónomo em operações de contingência de pequena escala.*

*A FRR será uma força assente na coesão, no espírito de corpo e na disciplina. Os militares que a integram serão reconhecidos pelo seu elevado nível de qualificações e apurado treino, inteira disponibilidade, manifesta motivação e, sobretudo, pelo seu grande orgulho de servirem no Exército de Portugal.*

**IAEM, 21 de Janeiro de 2005**

<sup>94</sup> Para um análise mais aprofundada ver: “Considerations on the relationship between the EU Battlegroups and the NATO Response Force”, EU, 14 December 2004.



## **GLOSSÁRIO DE CONCEITOS**

### ***Battlegroup***

Resultante de uma iniciativa franco-britânica, posteriormente alargada à Alemanha, para operacionalizar os Elementos de Resposta Rápida que os *Helsinki Headline Goals* previam. Em Maio de 2004 passa a estar no centro de novos *headline goals* estabelecidos pela UE para o ano 2010. É constituído por uma força, de escalão batalhão reforçado, com cerca de 1500 militares com capacidades adicionais de apoio de serviços e de apoio de combate em elevado grau de prontidão, preferencialmente vocacionados para missões da ONU.

### **Busca e Salvamento – *Search and Rescue (SAR)***

O emprego de aeronaves, meios terrestres, submarinos, equipas especializadas de salvamento, e equipamento para procurar e resgatar pessoal em sofrimento em terra ou no mar.

*AAP 6 - NATO Glossary of Terms and Definitions*

### **Busca e Salvamento em Combate – *Combat Search and Rescue (CSAR)***

Uma operação coordenada utilizando procedimentos pré-estabelecidos para a detecção, localização, identificação e recuperação de tripulações de aeronaves abatidas em território inimigo em tempo de crise ou de guerra e, se apropriado, pessoal isolado em sofrimento, que esteja treinado e equipado para ser recuperado.

*AAP 6 - NATO Glossary of Terms and Definitions*

### **Capacidade**

No âmbito do presente trabalho diz respeito ao que uma força militar pode assegurar, isto é, aquilo que deve estar pronta para executar. Pressupõe a existência integrada de três componentes distintas: a sua organização, os meios e o treino para a sua utilização.

### **Crise**

Rotura no normal fluir dos acontecimentos políticos, quer internos quer externos, dos agentes do sistema internacional, que pode colocar em risco a estabilidade estratégica e, como tal, exige uma resposta política complexa onde, normalmente, o recurso à coacção é utilizado<sup>95</sup>.

### **Comando Administrativo-Logístico**

É a autoridade conferida a um Comandante sobre forças que dependem de outro comandante no aspecto operacional, caracterizada pelo vínculo hierárquico limitado aos aspectos Administrativo-Logístico. É exercido sobre forças orgânicas ou atribuídas. Tem competência disciplinar e responsabilidade de apoio técnico e de instrução.

*RC 130-1 OPERAÇÕES Capítulo 4-8.*

<sup>95</sup> VIANA, Vítor Daniel Rodrigues – O Conceito de Segurança Alargada e o seu Impacto nas Missões e Organização das Forças Armadas. *Boletim IAEM*, p. 161.



## **Comando Operacional**

É a autoridade conferida a um Comandante para utilizar forças postas à sua disposição no desempenho de missões de natureza operacional. A sua caracterização é dada pela natureza funcional do vínculo hierárquico, ou seja, circunscrito aos aspectos operacionais o que permite determinar missões aos comandos subordinados, articular as forças da maneira mais conveniente para execução de tarefas operacionais, inspeccionar e determinar procedimentos administrativo-logísticos directamente relacionados com a actividade operacional e delegar autoridade de grau igualou inferior à de comando operacional. Tem competência disciplinar e responsabilidade pelo treino de conjunto das forças postas à sua ordem (atribuídas).

*RC 130-1 OPERAÇÕES Capítulo 4-8.*

## **Conflito Assimétrico**

Tentativas de contornar ou minar o potencial de um opositor enquanto se exploram os seus pontos fracos, utilizando métodos substancialmente diferentes do modo habitual do opositor operar.

*US Joint Chiefs of Staff*

## **Controlo Operacional**

É a autoridade conferida a um Comandante para dirigir forças no desempenho de missões ou tarefas específicas, pormenorizando a execução se necessário. Não tem competência disciplinar, nem pode determinar missões ou delegar nos comandos subordinados qualquer tipo de autoridade relacionado com as forças sob controlo.

*RC 130-1 OPERAÇÕES Capítulo 4-8.*

## **Doutrina**

Princípios fundamentais pelos quais as forças militares orientam as suas acções em apoio de objectivos. É determinante mas exige capacidade de julgamento na sua aplicação.

*U.S. Army Field Manual FM 100-20, Maio de 1986*

## **Escalada**

Um aumento, deliberado ou não premeditado, no nível de violência de um conflito.

*U.S. Army Field Manual FM 100-20, Maio de 1986*

## **Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente – EEINP**

O território que se define, nas suas referências cardeais, entre o ponto mais a norte, no concelho de Melgaço, até ao ponto mais a Sul, nas Ilhas Selvagens; e do ponto mais a Oeste, na Ilha das Flores, até ao ponto mais a Leste, no concelho de Miranda do Douro; o espaço de circulação entre as parcelas do território nacional, dado o seu carácter descontínuo; os espaços aéreo e marítimo sob responsabilidade nacional, as nossas águas territoriais, os fundos marinhos contíguos, a zona económica exclusiva e a zona que resultar do processo de alargamento da plataforma continental.

*Conceito Estratégico de Defesa Nacional, 20 Janeiro 2003*



## **Estado Falhado (resultante do fenómeno de desestruturação dos Estados)**

É um termo controverso utilizado para significar um Estado fraco cujo governo central tem pouco controlo prático sobre uma grande parte do seu território. Quando isto acontece (e.g. pela presença dominante de senhores da guerra, milícias, ou terrorismo), a própria existência do Estado torna-se dúbia pelo que se transforma em Estado falhado. A dificuldade em determinar se um dado governo mantém um “monopólio legítimo do uso da força” (que inclui o problema da definição de “legítimo”) significa não ser muito claro quando se pode afirmar com precisão que um Estado é “falhado”. A controvérsia deriva das implicações políticas e militares de se classificar um Estado como “falhado”. As leis e proclamações do seu governo podem ser ignoradas e em alguns casos podem ser desencadeadas acções violentas no interior das fronteiras do “Estado falhado” por agentes de outros países.

<http://www.answers.com/main>

## **Estado Pária**

É uma entidade política que, contrariamente aos desejos expressos por outras potências, tenta adquirir armas que os outros países procuram evitar que tenha sob sua custódia, utiliza armas em conflitos internos ou internacionais que as outras potências consideram abomináveis, comete crimes contra a humanidade, acolhe terroristas, tolera actividades tais como o tráfico de drogas que os outros países combatem, ou procura derrubar ou corromper os processos políticos de outros países.

<http://www.answers.com/main>

## **Força Combinada**

É estruturada para um período mais ou menos longo com elementos das forças armadas de duas ou mais nações aliadas.

## **Força Conjunta**

É constituída por elementos significativos de mais de um ramo das forças armadas, subordinados ao mesmo Comandante. Pressupõe uma certa permanência no tempo.

## **Força Expedicionária**

Uma força armada organizada para cumprir um objectivo específico num país estrangeiro.

[www.dtic.mil/doctrine/jel/doddict/data/](http://www.dtic.mil/doctrine/jel/doddict/data/)

## **Força Operacional**

É um agrupamento temporário de unidades e/ou suas fracções, de um ou mais ramos, sob o comando de um único Comandante, constituído com a finalidade de executar uma operação ou uma missão específica.

## **Imposição da Paz – *Peace Enforcement***

Operações efectuadas ao abrigo do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas. Têm uma natureza coerciva e são conduzidas quando o consentimento de todas as Partes de um conflito não foi alcançado ou possa ser incerto. São concebidas para manter ou restabelecer a paz ou impor os termos especificados





no mandato.

MC 327/2

### Intensidade dos Conflitos

Conceito que se prende com a sua natureza numa óptica do emprego de forças militares em oposição e que varia de acordo com o grau de violência e os níveis de tecnologia em confronto, envolvendo uma noção de escala. A abordagem clássica considera três níveis de conflitos de acordo com a sua intensidade:

□ **Conflito de Baixa Intensidade – *Low-intensity conflict (LIC)***

Confrontações político-militares limitadas, com objectivos políticos, militares, sociais, económicos, ou psicológicos. Na sua maior parte são de longa duração e vão desde a pressão diplomática, económica e psicológica até ao terrorismo e insurreição. Estão normalmente confinadas a uma área geográfica específica e muitas das vezes caracterizam-se por limitações em armamentos, tácticas e níveis de forças. Envolvem uma perspectiva de uso, ou mesmo o uso concreto de meios militares até precisamente abaixo do nível de combate entre forças armadas regulares.

*U.S. Army Training Manual TM 100-20, Maio de 1986*

□ **Conflito de Média Intensidade – *Medium-Intensity Conflict (MIC)***

Guerras entre duas ou mais nações e respectivos aliados, se existirem, em que os beligerantes empregam a mais moderna tecnologia e todos os recursos de informação, mobilização, poder de fogo, **excluindo** as armas NBQ, comando e controlo, e comunicações e apoio de serviços.

*NC – 70-70-09 (NS96008), Operações de Paz e Dissuasão, IAEM, 1996*

□ **Conflito de Alta Intensidade – *High-Intensity Conflict (HIC)***

Guerras entre duas ou mais nações e respectivos aliados, se existirem, em que os beligerantes empregam a mais moderna tecnologia e todos os recursos de informação, mobilização, poder de fogo, **incluindo** as armas NBQ, comando e controlo, e comunicações e apoio de serviços.

*NC – 70-70-09 (NS96008), Operações de Paz e Dissuasão, IAEM, 1996*

### Manutenção da Paz – *Peacekeeping*

Operações geralmente efectuadas ao abrigo do Capítulo VI da Carta das Nações Unidas e conduzidas com o consentimento de todas as partes de um conflito para monitorizar e facilitar a implementação de um acordo de paz.

MC 327/2

### Interoperabilidade

A capacidade dos sistemas, unidades, ou forças, garantirem e/ou aceitarem serviços de outros ramos, unidades, ou forças. A utilização da troca de serviços permite que operem mais eficazmente em conjunto. Historicamente, os problemas de interoperabilidade têm vindo a ser resolvidos principalmente através das experiências e falhas ocorridas durante a conduta de operações reais por um período de



tempo alargado.

*US Army Field Manual FM 100-8, 1997*

### **Missões de “Petersberg”**

São missões humanitárias ou de evacuação de cidadãos, missões de manutenção de paz e missões executadas por forças de combate para a gestão de crises, incluindo operações de restabelecimento da paz.

<http://europa.eu.int/scadplus/leg/en/cig/g4000p.htm>

### **Modularização**

Tem por objectivo subdividir um problema extenso e complexo em problemas menores que possibilitem a delegação de tarefas, a contenção da propagação de erros e, sobretudo, poderem reaproveitar-se módulos antigos para sistemas novos sem ser necessário reconstruir a sua estrutura interna.

### **NATO Response Force**

Força criada por iniciativa dos EUA e apresentada na Cimeira de Praga (2002) cujo objectivo é providenciar à Aliança Atlântica capacidades terrestres, marítimas e aéreas, integradas e completamente interoperáveis, sob um mesmo comando, a enviar para onde quer que o NAC o decida.

### **Nível Operacional da Guerra**

O nível da Guerra no qual as campanhas e grandes operações são planeadas, conduzidas e sustentadas para se cumprirem objectivos estratégicos nos teatros ou áreas de operações. Neste nível, as actividades implicam uma dimensão mais alargada no tempo e espaço do que as tácticas e garantem os meios pelos quais os sucessos tácticos são explorados para se conseguirem os objectivos estratégicos.

*U.S. Army Field Manual FM 100-20, Maio de 1986*

### **Operação Aerotransportada**

Uma operação que compreende o movimento aéreo para uma área de objectivo, de forças de combate e o seu apoio logístico, para a execução de uma operação táctica, operacional, ou estratégica.

[www.dtic.mil/doctrine/jel/doddict/data/](http://www.dtic.mil/doctrine/jel/doddict/data/)

### **Operações Aeromóveis**

Operações militares nas quais as forças combatentes e o seu equipamento se deslocam sobre o campo de batalha em meios aéreos, principalmente helicópteros. As forças empenham-se em combate terrestre sob o controlo de um comandante terrestre.

[www.dtic.mil/doctrine/jel/doddict/data/](http://www.dtic.mil/doctrine/jel/doddict/data/)

### **Operações de Apoio à Paz – *Peace Support Operations***

Operações multifuncionais efectuadas imparcialmente em apoio de um mandato das Nações Unidas/OSCE, envolvendo forças militares e agências diplomáticas e humanitárias e são concebidas para se alcançar uma resolução política duradoura ou outras condições especificadas no mandato. Incluem a



manutenção de paz e a imposição da paz, bem como a prevenção de conflitos, a criação e a construção da paz e as operações humanitárias.

MC 327/2.

### **Operações de Evacuação de Não Combatentes – *Non-combatant Evacuation Operations (NEO)***

Operações efectuadas para recolocar não combatentes ameaçados num país estrangeiro.

AJODWP 96.

### **Operações humanitárias – *Humanitarian Operations***

Operações efectuadas para aliviar o sofrimento humano. Podem preceder ou acompanhar actividades humanitárias desenvolvidas por organizações civis especializadas.

MC 327/2.

### **Planeamento de Forças**

Tem por objectivo definir as Unidades (em número, tipo e equipamento) capazes de defrontar os desafios do futuro, tendo em atenção os recursos disponíveis.

[www.dtic.mil/doctrine/jel/doddict/data/](http://www.dtic.mil/doctrine/jel/doddict/data/)

### **Ponto Crítico**

1. Um ponto ou posição chave geográfica, importante para o sucesso de uma operação. 2. Em termos de tempo, uma crise ou ponto de viragem numa operação.

[www.dtic.mil/doctrine/jel/doddict/data/](http://www.dtic.mil/doctrine/jel/doddict/data/)

### **Potencial Militar**

É a parte do potencial estratégico que viabiliza e rentabiliza a aplicação da força física para a consecução dos objectivos nacionais.

As forças militares são o elemento actuante do potencial militar. São constituídas por homens, armas e outros meios militares, organizados em unidades capazes de realizarem operações militares. A organização de tais forças deve atender aos objectivos que visam e à natureza e tipo de ameaças que se opõem à consecução desses objectivos.

### **Prevenção de Conflitos – *Conflict Prevention***

Acções normalmente conduzidas sob o Capítulo VI da Carta das Nações Unidas. Variam desde iniciativas diplomáticas à projecção preventiva de forças com a intenção de evitar a escalada de disputas em conflitos armados ou que alastrem. Podem também incluir missões de busca de factos, consultas, avisos, inspecções e acções de monitorização. A projecção preventiva de forças no quadro da prevenção de conflitos consiste na projecção de forças operacionais com capacidade de dissuasão suficiente para impedir a abertura de hostilidades.

MC 327/2.

### **Projecção de Poder**

A capacidade de uma nação para aplicar todos ou alguns dos seus elementos de poder nacional –



político, económico, de informação, ou militar – para rápida e eficazmente projectar e sustentar forças para e a partir de múltiplos locais dispersos em resposta a crises, para contribuir para a dissuasão, e promover estabilidade regional. Este conceito está associado ao de “**elementos de poder nacional**”, definidos como: todos os elementos disponíveis para serem empregues na persecução dos objectivos nacionais.

<http://usmilitary.about.com/library/glossary/p/bldef04849.htm>

### **Prontidão**

Consiste na conjugação de capacidade operacional e tempo de resposta, é uma medida da possibilidade de um elemento das FA cumprir uma missão atribuída. A capacidade operacional é a capacidade real do elemento das FA quando comparada com o seu quadro orgânico, medida pela sua relativa situação em termos do pessoal existente, equipamentos que possui, níveis de instrução e componentes de apoio de serviços e comando e controlo. Tempo de resposta é o tempo que medeia entre a emissão de uma ordem preparatória e o momento em que o elemento que recebeu a missão tem de estar completamente pronto a iniciar a sua execução; não inclui o tempo em trânsito para a área de operações. Os níveis de prontidão estão ligados a um cenário ou a um elemento das FA que tenha recebido uma missão com um designado tempo de resposta e, portanto, poderão ser aumentados ou diminuídos em resposta a mudanças de situação, níveis específicos de ameaça, ou recursos.

### **Racionalização**

Qualquer acção que aumente a eficiência de forças aliadas, através de uma utilização mais eficaz dos recursos de defesa atribuídos à aliança. Inclui a consolidação, re-atribuição das prioridades nacionais face às maiores necessidades da aliança, normalização, especialização, apoio mútuo ou interoperabilidade melhorada, e maior cooperação. Aplica-se quer aos sistemas de armamento quer aos assuntos relativos aos outros recursos materiais que não incluem armamento.

*FM 100-8, US Army, 1997*

### **Resposta Flexível**

A capacidade de forças militares reagirem eficazmente a qualquer ameaça ou ataque inimigo com acções apropriadas e adaptadas às circunstâncias existentes.

[www.dtic.mil/doctrine/jel/doddict/data/](http://www.dtic.mil/doctrine/jel/doddict/data/)

### **Sistema de Forças Nacional**

1 - O sistema de forças nacional é constituído por:

- a) Uma componente operacional, englobando o conjunto de forças, e meios relacionados entre si numa perspectiva de emprego operacional integrado.
- b) Uma componente fixa ou territorial, englobando o conjunto de órgãos e serviços essenciais a organização e apoio geral das Forças Armadas e seus ramos.

2 - Os tipos e quantitativos de forças e meios que devem existir em permanência e em tempo de guerra para cumprimento das missões das Forças Armadas são definidos tendo em conta as suas capacidades



específicas e a adequada complementaridade operacional dos meios.

3 - O sistema de forças permanente deve dispor de capacidade para crescer dentro dos prazos admitidos nos planos gerais de defesa ou nos planos de contingência para os níveis de forças ou meios neles considerados.

4 - A definição do sistema de forças e do dispositivo é feita nos termos do artigo 25.º da Lei n.º 29/82, de 11 de Dezembro.

*Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas.*

### **Sustentação**

É a capacidade de uma força militar de manter a sua prontidão operacional durante o tempo necessário para cumprir a sua missão. Consiste no abastecimento continuado de consumíveis, manutenção e substituição de equipamentos desgastados ou danificados, serviços de engenharia, apoio sanitário, e serviços de pessoal incluindo re completamentos.

### **Terrorismo Tático e Estratégico<sup>96</sup>**

O Terrorismo Tático procura alterar a forma de um estado, normalmente promovendo a secessão de uma região. O Terrorismo Estratégico não só procura alterar a direcção de um estado mas também a sociedade em si mesma. Consequentemente a relação entre o ataque e o efeito político é muito diferente nos dois tipos de terrorismo. Para o Terrorismo Estratégico, apenas os grandes efeitos, como por exemplo, os assassinios em massa, estão ao nível do seu ambicioso e terrível objectivo.

### **Transformação**

É um processo que através de novas combinações de conceitos, capacidades, pessoal e organizações procura redefinir os níveis de sucesso militar no cumprimento de missões previamente inimagináveis ou impossíveis excepto sob um risco e custo proibitivos.

### **Treino Operacional**

O conjunto de actividades de treino que se destinam à manutenção e aperfeiçoamento das capacidades operacionais dos militares, individual ou colectivamente. É neste conjunto de actividades que se inserem os exercícios operacionais, sendo também no quadro do treino operacional, que o Exército aplica e valida a doutrina em vigor no que ao planeamento e conduta das operações diz respeito, pratica e aperfeiçoa as necessárias acções de coordenação entre os elementos de comando, de manobra, de apoio de fogos, de apoio de combate e de apoio de serviços das suas unidades operacionais, pratica e aperfeiçoa as acções de coordenação com os outros ramos das Forças Armadas e se for caso disso, com elementos de Forças Armadas de outros países.

*Regulamento Geral da Instrução do Exército, Cap. 3, p. 3-8.*

---

<sup>96</sup> Bertelsmann Foundation, A European Defence Strategy, 2004. Site Internet, <http://www.bertelsmann-stiftung.de>



## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

### **Livros Publicados**

**BARRENTO**, General António Eduardo Martins: “Reflexões sobre Temas Militares”, VOL I, IAEM 91.

**BARRENTO**, General António Eduardo Martins: “Reflexões sobre Temas Militares”, VOL II, IAEM 99.

**BILLIÈRE**, General Sir Peter de la: “Looking for Trouble: SAS to Gulf Command – The Autobiography”, HarperCollins, pbk edition 1995.

**BOLGER**, Daniel P.: “Death Ground, Today’s American Infantry in Battle”, Presidio Press, 2000.

**CLARK**, General Wesley K.: “Waging Modern War”, PublicAffairs.

**COUTO**, Abel Cabral, “Elementos de Estratégia”, Vol. I, IAEM, Lisboa, 1988.

**ESHEL**, David: “The US Rapid Deployment Forces”, 1985 (1st Edition)

**FUKUYAMA**, Francis: O Fim da História e o Último Homem, Gradiva, Lisboa, Setembro de 1992.

**GERAGHTY**, Tony: “Who Dares Wins, The Special Air Service, 1950 to the Gulf War”, Warner Book.

**GLANTZ**, David M.: “A History of Soviet Airborne Forces”, 1994

**GRAU**, Lester W., **GRESS**, Michael A.: “The Soviet-Afghan War, How a Superpower Fought and Lost”, University Press, 2002.

**HERZOG**, Chaim: “The Arab-Israeli Wars: War and Peace in the Middle East from the War of Independence through Lebanon”, Vintage.

**HOOKE**, Richard D.: Maneuver Warfare: an anthology, Presidio, 1993.

**KEMP**, Anthony: “The SAS Savage Wars of Peace”, Signet, 1995.

**LEONHARD**, Robert R.: The Art of Maneuver: Maneuver-Warfare Theory and AirLand Battle, Presidio, 1994.

**LIND**, William S.: Maneuver Warfare Handbook, Westview Special Studies in Military Affairs, 1985.

**LYNN**, John A.: “Feeding Mars, Logistics in Western Warfare from the Middle Ages to the Present”, Westview, 1993.

**MARTINS**, General Ferreira: “História do Exército Português”, Editorial Inquérito, Lisboa, 1945

**MCMANNERS**, Hugh: “The Scars of War”, Harper Collins Publisher, 1994.



**MERGLÉN**, Albert: “La Guerre de l'Inattendu”, Arthaud, Paris, 1966.

**MOREIRA**, Adriano, Teoria das Relações Internacionais, Almedina, Coimbra, 1997.

**NEILLANDS**, Robin: “A Fighting Retreat, The British Empire 1947-97”, Hodder and Stoughton, 1997.

**NEILLANDS**, Robin: “In The Combat Zone: Special Forces Since 1945”, Orion.

**OLIVEIRA**, Coronel Júlio Faria de: “As Grandes Reorganizações das Forças Armadas Portuguesas”, IAEM, 1983/84.

**PERES**, [Prof. Doutor] Damião: “História dos Descobrimentos Portugueses”, Vertente, 4ª Edição, 1992.

**REED**, David: “Save the Hostages”, Bantam Books, New York, 1988.

**ROGEIRO**, Nuno: “Guerra e Paz”, Hugin Editores, Lisboa 2002.

**SANTOS**, General José Alberto Loureiro dos: “Segurança e Defesa na Viragem do Milénio”, Publicações Europa-América, Lisboa 2001.

**SANTOS**, General José Alberto Loureiro dos: “A Idade Imperial” Publicações Europa-América, Lisboa 2003.

**SCALES**, Brig. Gen. Robert H., JR.: “Certain Victory: the U.S. Army in the Gulf War”, Brassey's, First edition 1994.

**SCHWARZKOPF**, General Norman H.: “Autobiografia”, (versão espanhola de: “The Autobiography. It doesn't take a Hero”, Bantam Books), Plaza&Janés, 1993.

**SELVAGEM**, Carlos: “Portugal Militar”, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1991.

**SKINNER**: “NORTHAG, a Study of Organizational Structure”, citado in **THOMPSON**, Julian: Lifeblood of War, Logistics in Armed Conflict, Brassey's, 1991, p. 294.

**SUN TZU**, “A Arte da Guerra”, Publicações Europa-América, Mem Martins

**THOMPSON**, Julian: “No Picnic”, Cassell, 2001.

**THOMPSON**, Julian: “The Royal Marines, from Sea Soldiers to a Special Force”, PAN.

**THOMPSON**, [Edited by] Major General Julian: “The Imperial War Museum Book of Modern Warfare – British and Commonwealth Forces at War 1945-2000”, PAN, 2003

**THOMPSON**, Sir Robert (Consultant Editor): “War in Peace – An Analysis of Warfare since 1945”, Orbis, Londres, 1981.

**TUGWELL**, Brig. Maurice: “Airborne to Battle”, William Kimber, Londres, 1971.





**VIANA**, Vítor R.: “Segurança Colectiva – A ONU e as Operações de Apoio à Paz”, Edições Cosmos, Instituto da Defesa nacional, Outubro de 2002.

**VITORINO**, António: “Opções de Política de Defesa Nacional”, Ministério da Defesa Nacional, Lisboa, Jan98.

**WHITE**, Major General Martin: “Gulf Logistics, Blackadder’s War”, Brassey’s, 1995.

**ZALOGA**, Steven J.: “Inside the Blue Berets, A Combat History of Soviet and Russian Airborne Forces, 1930-1995”, Presidio, 1995.

“A Concept for Future Military Operations on Urbanized Terrain”, Department of the Navy, Marine Corps Combat Development Command Quantico, VA, 25 July 1997.

“A Defesa Nacional e as Forças Armadas” – Intervenções do Presidente da República, Presidência da República, Lisboa 2002.

“Anuário da Defesa Nacional”, Ministério da Defesa Nacional, Lisboa 2001.

“Military Operations on Urbanized Terrain (MOUT)”, Marine Corps, Warfighting Publication (MCWP) 3-35.3, Department of the Navy, Headquarters United States Marine Corps Washington, DC 20380-0001, 26 April 1998.

FM 100-8, “The Army in Multinational Operations”, US Army, 1997.

### **Artigos em Revistas, Jornais e Páginas da “World Wide Web”**

**AAVV**: “European defence. A proposal for a White Paper. Report of an independent Task Force”, Institute for Security Studies, European Union, Paris, Maio 2004.

**ADMIRE**, John H.: “Transforming Coalition Warfare with Network Centric Capabilities”, Ninth International Command and Control Research and Technology Symposium, Coalition Transformation: An Evolution of People, Processes & Technology to Enhance Interoperability, 14-16 de Setembro de 2004 – Copenhaga, Dinamarca.

**ALBRIGHT**, Madeleine K.: “Bridges, Bombs, or Bluster”, Foreign Affairs, Setembro/Outubro de 2003

**ASMUS**, Ronald D.: “Rebuilding the Atlantic Alliance”, Foreign Affairs, Setembro/Outubro de 2003.

**BATES**, Dr. E. Asa: “The Rapid Deployment Force – Fact or Fiction”, RUSI Journal, June 1981.

**BELL JR.**, Raymond E.: “The Rapid Deployment Force: How Much, How Soon?” Army 30 (Jul 1980).



**BOYCE**, Admiral Sir Michael: “Achieving effect.” (Extracted from the Royal United Services Institute Briefing by Admiral Sir Michael Boyce, the UK Chief of the Defence Staff, delivered in December 2002), etsnews, acedido a 28Jan05.

**BRIGANTI**, Giovanni de: “Forces d'Action Rapide (FAR): France's Rapid Deployment Force.” Armed Forces Journal International 122 (Oct 1984).

**CAMERON**, Dr. Fraser e **HERRBERG**, Dr. Antje: “What Security Capabilities for the EU?” - EastWest Institute, The European Policy Center.

**CHAE**, Maj Chelsea Y.: “The Roles and Missions of Rangers in the Twenty-first Century”, Thesis for Master of Military Arts and Science, CGSC - Fort Leavenworth, Kansas, 1996.

**CORDESMAN**, Anthony H. e **CHAIR**, Arleigh A. Burke: “Strategy, The Gulf and Transition US Policy Ten Years After the Gulf War: The Challenge of Providing USCENTCOM and US Power Projection Forces with Adequate Capabilities”, Center for Strategic and International Studies 1800 K Street N.W., Washington, DC 20006, (202) 775-3270, revisto em 16 de Outubro, 2000.

**CROSSLAND**, Dick: "The RDJTF Nine Thousand." Officer 58 (Jan 1982).

**DITTER**, Al: “Canadian International Peacekeeping Training Centre”, Armed Forces Journal International, Maio de 1994.

**DORSEY**, Jack: “53,800 Personnel to join U.S.-British Maneuvres”, The Virginian-Pilot, April 19, 1996, acedido a 22Dec04.

**EMBREY**, Lieutenant Colonel James H.: “Operation JUST CAUSE: Concepts for Shaping Future Rapid Decisive Operations” in MURRAY, Williamson Editor: Transformation Concepts for National Security in the 21st Century, September 2002.

**EVANS**, Michael, Defence Editor: “Historic names live on in new model Army (but in brackets)”, Times online, December 17, 2004, acedido em 04Fev05.

**EVANS**, Michael, Defence Editor: “SAS plan to blow up Saddam's germ sites”. Times online, July 12, 2002, acedido em 04Fev05.

**FABYANIC**, Thomas A.: "Conceptual Planning and the Rapid Deployment Joint Task Force." Armed Forces and Society 7 (Spring 1981).

**FONSECA**, Tenente-Coronel José Nunes da: “Forças Multinacionais Europeias: Realidades e Perspectivas”, Revista Militar, nº 2365/2366 – Fevereiro/Março de 1999.

**FONSECA**, Tenente-Coronel José Nunes da: “O Comando de Forças Terrestres Multinacionais”, Revista Militar, nº 2395/2396 – Agosto/Setembro de 2001.



- GÄRTNER**, Heinz: “European Security: The End of Territorial Defense”, Austrian Institute for International Affairs, Winter/Spring, 2003 – Volume IX, Issue 2.
- GLASGOW**, Matt: "Prepared to Respond." Soldiers 35 (Aug 1980).
- GORDON**, Don: “Air Delivery Instrumentation Systems for Combat Parachute Operations”, Military Technology (MILTECH), 8/1988.
- GRIFFITHS**, David R.: “Rapid Deployment Scrutinised”, Aviation Week and Space Technology, 16 de Março, 1981.
- HARA**, Steve: "Light Fighters." Soldiers 40 (Apr 1985).
- HARTLEY**, Keith: “Can the UK Afford a Rapid Deployment Force”, RUSI Journal, March 1982.
- HASIK**, James e **RIP**, Michael: “An Evaluation of the Military Benefits of the Galileo System”, GPS World, 01 de Abril, 2003.
- HEAD**, Captain Daniel T.: “The 2nd Parachute Battalion’s War in the Falklands: Light Armor Made the Difference in South Atlantic Deployment”, Armor, September-October 1999.
- HITCHENS**, Theresa: “NATO's Airmobile Question”, Defense News, Vol 8, Nº 12, 1993.
- HITCHENS**, Theresa e **LEOPOLD**, George: “Member Nations Balk as Cost of UN Peace Efforts Rises”, Defense News, Vol 8, Nº 21, 1993.
- HOBSON**, Sharon, "Canada proposes rapid reaction force for UN", Jane's Defence Weekly 7th October 1995.
- HOON**, [Defence Secretary] Geoff: “Future Infantry Structure”, House of Commons debates, Thursday, 16 December 2004, acedido em 04Fev05.
- ILYICHYOV**, Ivan: "Following the Pattern of the U.S. RDF." Soviet Military Review 11 (Nov 1984).
- KEOHANE**, Daniel: “EU defence policy: Beyond the Balkans, beyond peacekeeping?”, 01 de Julho de 2003.
- KELLEY**, P.X.: "Rapid Deployment: A Vital Triumph." Parameters 11 (Mar 1981).
- LAGASSÉ**, Philippe: “Specialization and the Canadian Forces”, Occasional Paper No. 40, 2003, The Norman Paterson School of International Affairs, Carleton University, Ottawa.
- LALLEMAND**, David e **VILLEE**, Michel: “Humanitaire operatie Silver Back”, Vox (Revista Militar Belga), Nº 9413.
- LANGLEY**, Major (British Army) James A.G.: “Network- Centric Warfare: An Exchange Officer’s Perspective”, Military Review, November -December 2004.



**LINDLEY-FRENCH**, Julian e **ALGIERI**, Franco – advised by Thomas Bauer, Yves Boyer, Janis Emmanouilidis, Tuomas Forsberg, Stefani Weiss and Rob de Wijk: “A European Defence Strategy”, Bertelsmann Foundation, Guetersloh, May 2004.

**LLOYD OBE MA**, Lieutenant Colonel Merfyn: “Command considerations for UK Network Enabled Forces – A Speculative View”, UK Defence Science and Technology Laboratory (Dstl).

**MABIRE**, Jean: “Target Kolwezi”, The Elite, Vol 3, N° 28.

**MASON**, Mike: "The RDJTF: A Paper Tiger or a Real Force?" Soldiers 37 (Jun 1982).

**MCGILL**, Col Alexander: “The Charge of the Light Brigade for Africa in the 1990s” Armed Forces Journal (África do Sul), December 1989/ January 1990.

**MCGINN**, John G. e **LISTON**, Timothy: “Beyond the Rhetoric and Acronyms: The reality Of European Military Capabilities”, National Security Studies Quarterly, Volume VII, Issue 1 (Winter 2001).

**MCMICHAEL**, Major Scott R.: “Discussions on Training and Employing Light Infantry”, CSI Report No. 8, Combat Studies Institute

**MENON**, Rajan: “New Order: The End of Alliances”, Los Angeles Times, 02 de Março de 2003.

**MILLER**, David: “Anywhere, anytime: Rapid Deployment Forces and their Future”, International Defense Review, Special Report, 10/94.

**MILLER**, Major General John E., US Army, e **BOLGER**, Major Daniel P.: “US Army: Going Deep, Division Air Assault Operations”, Military Review, Abril 1993.

**MONACO**, Annalisa: “NATO Response Force: The tool for NATO’s global outreach?”, NATO Notes, Vol. 5 n° 6b, Julho de 2003.

**NARDULLI**, Bruce: “The Global War on Terrorism: An Early Look at Implications for the Army”, RAND Publications, DB-416-A

**O'BALLANCE**, Edgar: "The Rapid Deployment Force – Another Look." National Defense 66 (Feb 1982).

**OLIYNIK**, V.: "More on the Rapid Deployment Force." Soviet Military Review 7 (Jul 1984).

**PELTZ**, Eric; **HALLIDAY**, John M. e **BOWER**, Aimee: “Speed and Power: Toward an Expeditionary Army”, RAND Publications, MR-1755-A

**PENGALLY**, Owen: “Rapid Reaction Forces: More Questions Than Answers”, BASIC, 25 January 2003, acedido a 11Jan05.

**PUGLIESE**, David: “Canadians Pursue UN Rapid-Reaction Brigade”, Defense News, Vol 10, 16-22 de Janeiro, 1995.



**QUINLAN**, David A.: "The Marine Corps as a Rapid Deployment Force." Marine Corps Gazette 64 (Mar 1980).

**REED**, John: "Military Sealift Command" Armed Forces, November 1982.

**REIS**, Tenente-Coronel João: "EU (Un)Common Defence. The Path of Ambiguity". Brussels, June 2002 (manuscrito)

**REIS**, Tenente-Coronel Jorge: "Os Níveis da Guerra. A Manobra Tática e Operacional. A Organização e a Tecnologia". Dezembro 2002 (manuscrito)

**RIPLEY**, Tim: "Chief's real battle was aligning army with modern demands – Analysis", News.Scotsman.com, Fri 17 Dec 2004, acedido a 11Jan05.

**RIPLEY**, Tim: "UK Future Army Structure creates 'Ranger' battalion", Janes Defence Weekly, 22 December 2004

**RYAN**, Alan: "Australian Army Cooperation with the Land Forces of the United States - Problems of the Junior Partner", Land Warfare Studies Centre, Working Paper No. 121, Janeiro de 2003.

**SANTOS**, General Loureiro dos: "A Defesa contra o Terrorismo", Diário de Notícias, 17 de Julho de 2003.

**SEGAL**, David: "Whatever Happened to Rapid Deployment?" Armed Forces (Março 1991).

**SORENSEN**, David S.: "Getting back to Europe: Strategic lift needed now more-than ever", Parameters, Junho de 1990.

**TERTRAIS**, Bruno: "The Changing Nature of Military Alliances", The Washington Quarterly – Spring, 2004.

**TOW**, William T.: "The United States in Northeast Asia – The future of alliances", Paper prepared for IRAPRU (UQ) - ASPI workshop 'Northeast Asian Security: Policy Challenges for Australia', Customs House, Brisbane, 17-18 de Outubro de 2003.

**ULRIKSEN**, Ståle: "Military Europe: Capabilities and Constraints" (Draft article presented in Kristiansand August 2003), p. 6, acedido a 11Jan05.

**VARWICK**, Dr. Johannes: "Toward a 'Euroarmy'", Transatlantic International Politics, Winter, 2001.

**VIANA**, Vítor D. R.: "O Conceito de Segurança Alargada e o seu Impacto nas Missões e Organização das Forças Armadas". Boletim IAEM.

**WALLER**, Douglas: "Secret Warriors", Newsweek, 17 de Junho 1991.

**WILLOX**, Rodney: "The Military Three Steps: Trends in Rapid Deployment", Defense and Foreign Affairs, Setembro 1989.



**WHITEHURST JR.**, Clinton H.: "Improving Our Rapid Deployment Force Capability: Can It Be Done Sooner and Cheaper?" Defense Transportation Journal 36 (Sep 1980).

**WILLIAMSON**, Rear Admiral USN Robert C.: "On Littoral Force Protection and Power Projection in the 21st Century", Statement before the Senate Armed Services Seapower Subcommittee, 24 March 1999.

**WOOD**, Prof. J.R.T.: "FIRE FORCE, Helicopter Warfare in Rhodesia: 1962-1980"

"Gunships at Grenada", National Defence, Vol 68, Nº 395, Fevereiro de 1984.

"Les forces multinationales européennes", relatório apresentado em nome da Comissão de Defesa por M. Wilkinson - relator, Documento C/1804, Quadragésima-oitava sessão, Assembleia da União da Europa Ocidental, 13 de Novembro de 2002.

"Massive defence cuts, which will affect Aldershot troops, have been slammed by the town's MP Gerald Howarth", Aldershot News and Mail online, Tuesday 11th January 2005, acedido a 11Jan05.

"Military skills key to European influence in US", The Washington Times, 18 de Julho 2004,

"Operação Jonathan, o Resgate em Entebe", Military Review (Edição em português) 4º Trimestre, 1982.

"Parachute Assault", International Defence Review, Vol 22, 4/1989.

"Presidency conclusions", Helsinki Summit, 10-11 December 1999.

"Soviet Rapid Deployment Forces", Born in Battle / nº 23.

"The Future Army Structure – The Chief of the General Staff", Published Thursday 16th December 2004, UK Defence Today, Ministry of Defence, acedido a 11Jan05.

"The World's Shrinking Armies", The New York Times, 30 de Maio 1994.

"Urgent Fury", The Elite, Vol 4, Nº 40.

### **Entrevistas e Discussões Pessoais**

EME – Entrevista e Discussão com o Sub-CEME e Chefe da DPP/EME: Cor Tir Eng Campos Gil, em 04Nov04.

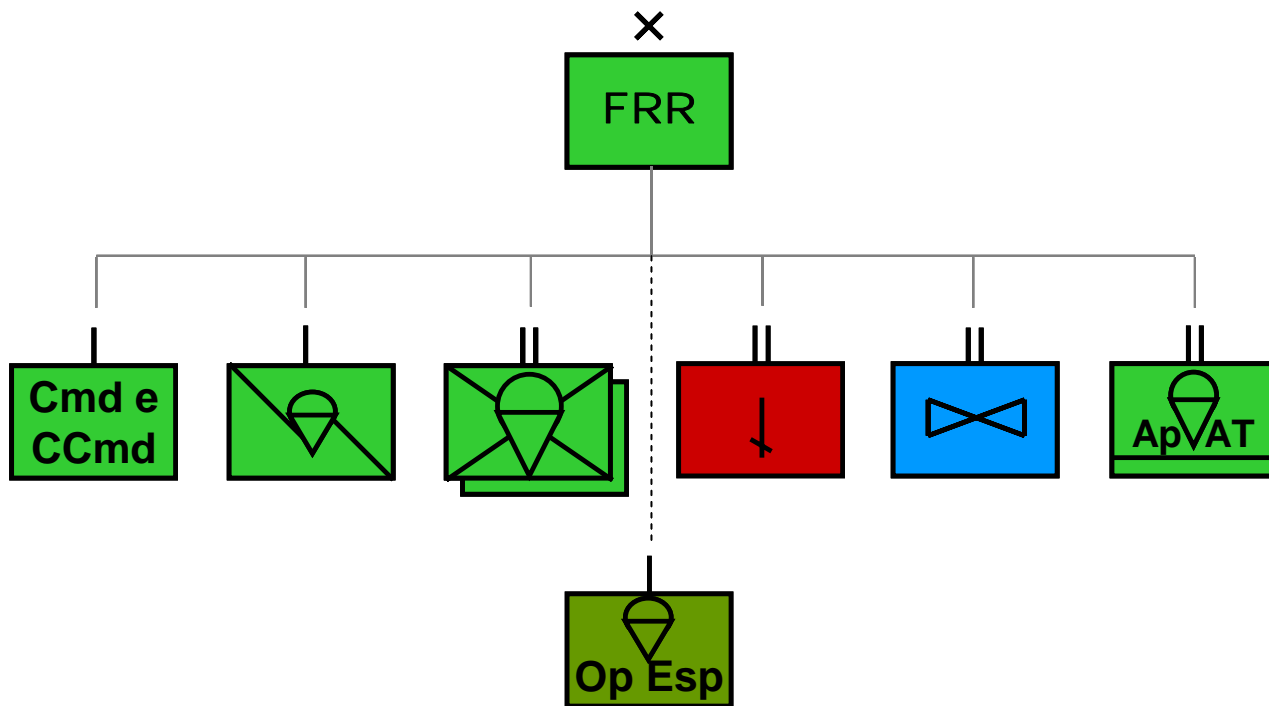


## APÊNDICE A – ORGANOGRAMAS

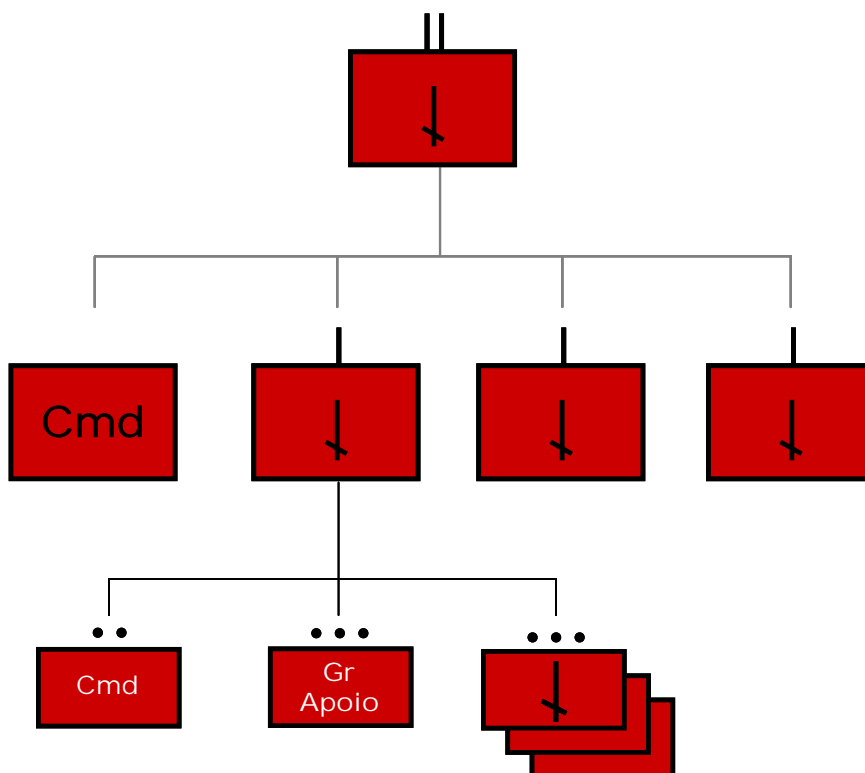
*“As coisas que mais receamos nas organizações – flutuações, perturbações e desequilíbrios – são a principal fonte de criatividade.”*

**Margaret J. Wheatley<sup>97</sup>**

### 1. Força de Reacção Rápida



### 2. Batalhão de Comandos



<sup>97</sup> Autora americana (sobretudo na área de liderança), é a Presidente do “Berkana Institute”, Utah, EUA





```

graph TD
    Root[ ] --- C1[Cmd e CAp]
    Root --- C2[ ]
    Root --- C3[ ]
    Root --- C4[ ]
    style C1 fill:#00ff00,stroke:#000,stroke-width:2px
    style C2 fill:#00ff00,stroke:#000,stroke-width:2px
    style C3 fill:#00ff00,stroke:#000,stroke-width:2px
    style C4 fill:#00ff00,stroke:#000,stroke-width:2px

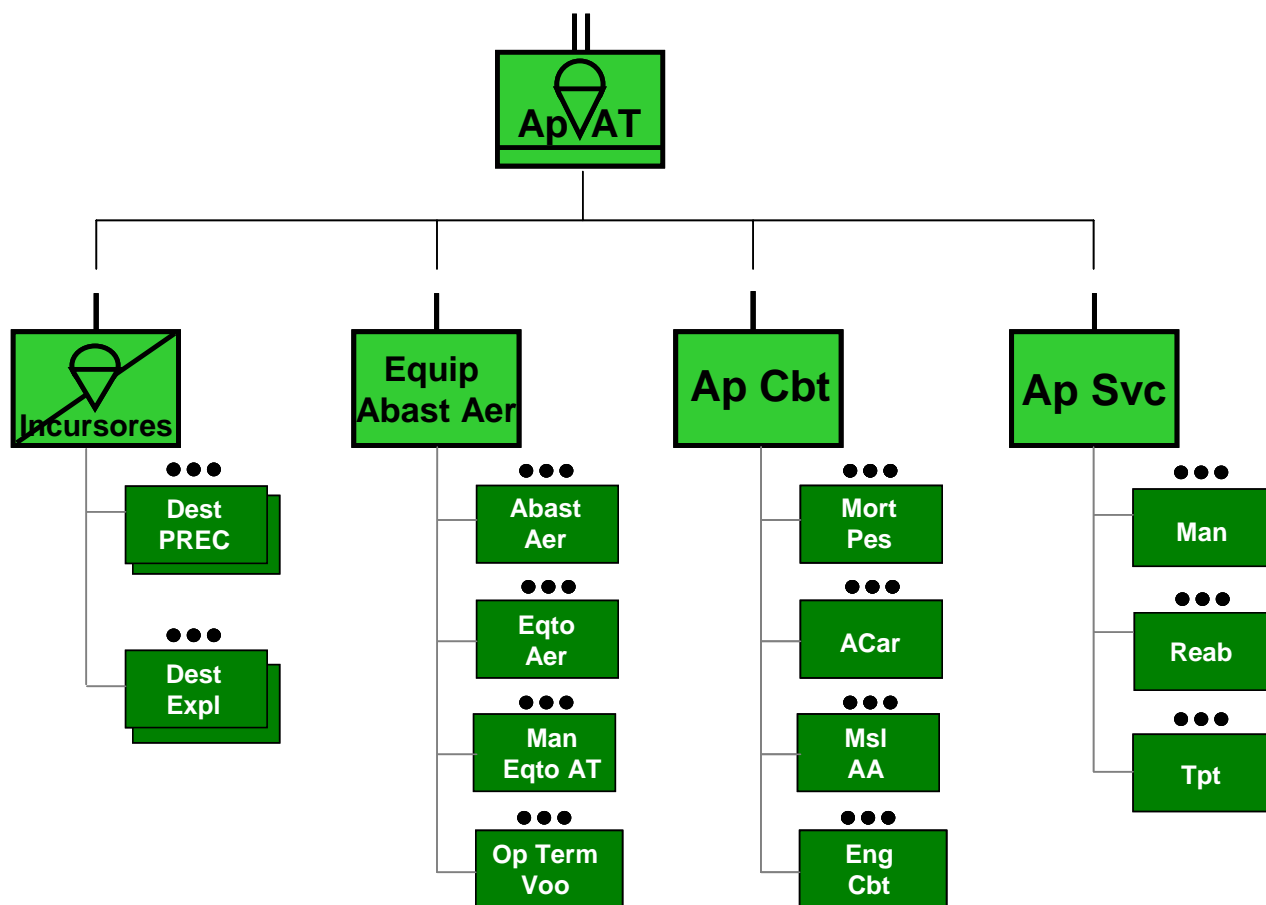
```

```
graph TD; CmdCap[Cmd e CAp] --> CmdEM[Cmd / EM]; CmdCap --> CompApoio[Comp Apoio]; CmdEM --> PelApSvc[PeI Ap Svc]; CmdEM --> PelMort[PeI Mort]; CmdEM --> PelACar[PeI ACar]; CompApoio --> PelApSvc; CompApoio --> PelMort; CompApoio --> PelACar; PelApSvc --> SecPS[Sec PS]; PelApSvc --> SecTmMan[Sec Tm / Man]; PelApSvc --> SecTpt[Sec Tpt]; PelApSvc --> SecReab[Sec Reab]; PelMort --> SecMort[Sec Mort]; PelMort --> EsqMort[Esq Mort]; PelACar --> SecACar[Sec ACar]; PelACar --> EsqACar[Esq ACar];
```

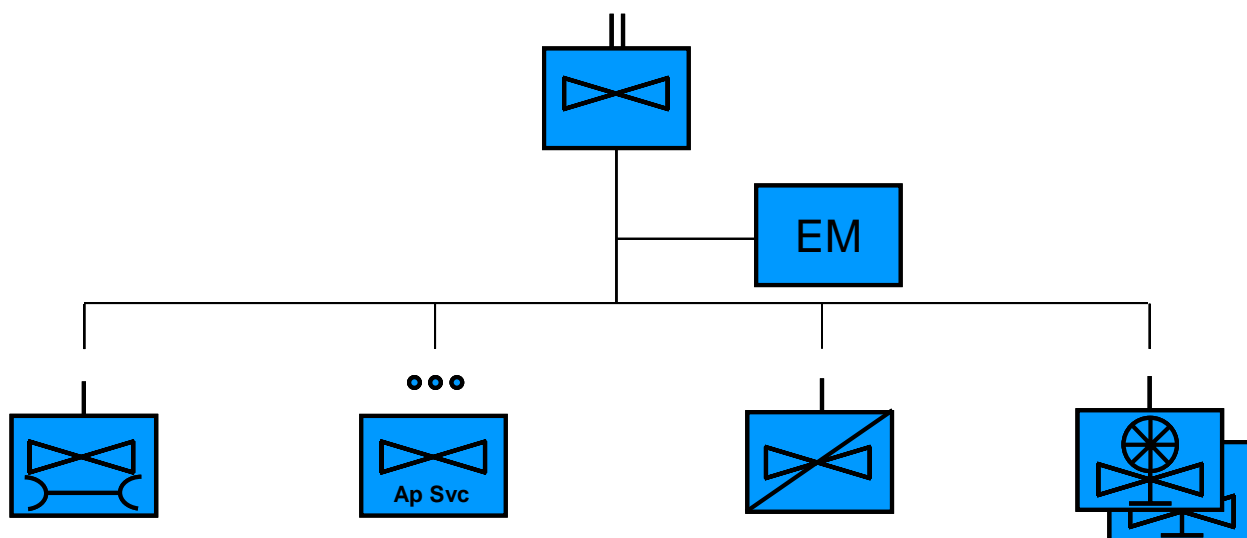
The diagram illustrates the organizational structure of the Command and Control (C2) system. At the top is the 'Cmd e CAp' block. It branches into two main functional areas: 'Cmd / EM' and 'Comp Apoio'. The 'Cmd / EM' area further branches into three operational units: 'PeI Ap Svc', 'PeI Mort', and 'PeI ACar'. The 'Comp Apoio' area also branches into these same three units. Each of these units has a set of subordinate blocks. 'PeI Ap Svc' has four sub-blocks: 'Sec PS', 'Sec Tm / Man', 'Sec Tpt', and 'Sec Reab'. 'PeI Mort' has two sub-blocks: 'Sec Mort' and 'Esq Mort'. 'PeI ACar' has two sub-blocks: 'Sec ACar' and 'Esq ACar'. The blocks are color-coded: 'Cmd e CAp' is light green, 'Cmd / EM' is light green, 'Comp Apoio' is light green, and all other blocks are dark green.



## 5. Batalhão Aeroterrestre



## 6. GALE





## APÊNDICE B – INSTRUÇÃO

*“Levar para a guerra um povo não treinado é deitá-lo fora.”*

**Confúcio**

### **CONTRIBUTOS CONCEPTUAIS PARA UMA NOVA ORIENTAÇÃO, ASSENTE NA CONSTITUIÇÃO DE UMA ESCOLA DE TROPAS ESPECIAIS <sup>98</sup>**

Optou-se por, no presente apêndice, apresentar uma nova filosofia de reestruturação da instrução das tropas “de manobra” que integrarão a FRR visando a integração sinérgica da formação actualmente conduzida na BAI, nas unidades de Comandos e no CIOE, processo que se concebe tendo o objectivo último de aumentar a qualidade e diminuir os custos, **sem comprometimento da identidade e cultura organizacional respectivas e no estrito respeito das suas especificidades.**

#### **Enquadramento**

- ❑ Este estudo é condicionado por factores que, embora externos ao Exército Português, o influenciam de forma determinante, a saber:
  - A exigência de mudança profunda do sistema de formação do Exército por força das alterações legislativas levadas a cabo a nível nacional, muito por imperativos comunitários. Referimo-nos ao desafio presentemente colocado ao Exército Português pelos processos de acreditação das entidades formadoras e de certificação dos seus cursos, empresa esta na qual os restantes Ramos nos precederam e se encontram já bastante avançados;
  - A extinção do SEN: dinâmica que obriga presentemente o Exército a repensar o seu processo de selecção e recrutamento e que, por si só – e independentemente dos factores exógenos anteriormente mencionados – justificaria uma urgente revisão do sistema de formação do Exército.
  - A circunstância da extinção do SEN é também relevante a outro título: ao pôr em evidência a existência de um voluntariado específico para as Tropas Especiais (entenda-se: Pára-quedistas, Comandos e Forças de Operações Especiais) trouxe uma renovada importância à discussão da racionalização da Formação Geral Comum – da sua padronização e localização – como mecanismo para alimentar as Armas e Serviços em termos de recursos humanos.
- ❑ Constitui também um factor enquadrante, da maior relevância para este estudo, o processo de transformação do Exército em curso incidindo sobre o Dispositivo e, em particular, sobre a FOPE: se é verdade que esta dinâmica não foi inicialmente considerada como base de trabalho para os trabalhos de transformação da formação, considera-se não obstante relevante – e, mesmo, concorrente – para o levantamento de uma Escola de Tropas Especiais (ETE), o

<sup>98</sup> Este apêndice está baseado num documento com este título, produzido por iniciativa individual, pelo TCor Inf Frederico Almendra, no qual apenas se introduziram pequenas alterações de forma e conteúdo, mas sem modificar o seu intuito e sentido.



desiderato da constituição de uma Força de Reacção Rápida – integrando, precisamente, tropas Pára-quedistas, Comandos, o CIOE e o GALE.

### **A Infra-estrutura Militar de Implantação**

- ❑ A Escola de Tropas Aerotransportadas está inserida no Polígono Militar de Tancos, vasto complexo militar onde estão implantados, para além desta escola, o Comando de Tropas Aerotransportadas, o Grupo de Aviação Ligeira do Exército e a Escola Prática de Engenharia.
- ❑ O polígono militar configura uma área militar de características privilegiadas para a condução de actividades de formação e treino, nomeadamente:
  - Em termos de localização, encontra-se situado no centro do país, próximo do nó ferroviário do Entroncamento e do CMSM, sendo servido por um IP que o atravessa e que permite uma ligação rápida à A1. Considera-se ainda relevante a proximidade aos espelhos de água das barragens de Castelo do Bode e de Montargil.
  - Inclui uma infra-estrutura aeroportuária de elevada qualidade e dimensão – permitindo a operação de aviões a reacção de transporte de passageiros – situada na vizinhança da Zona de Lançamento do Arripiado (a única ZL permanente do Exército Português; ZL que permite a execução de lançamentos por Salto de Abertura Automática, por patrulhas, a partir da aeronave C-130); a importância estratégica do aeródromo de Tancos, suscita – e mais suscitará, no futuro – um vivo interesse por parte da aeronáutica civil, da FAP e também da NATO (está previsto um investimento importante no aeródromo de Tancos), tanto mais quanto resulta óbvia a constatação de que a actividade aérea conjunta do GALE e do CTAT é algo magra para argumentar sustentadamente a manutenção do controlo desta infra-estrutura pelo Exército em termos futuros.
  - Para além do Campo Militar de Santa Margarida – cujas infra-estruturas constituem um forte argumento em favor do levantamento desta ETE na ETAT (por disponibilizar, a curta distância desta, infra-estruturas críticas para a formação e treino operacional de FE como sejam carreiras de tiro p/ sniper, uma pista de aterragem ou um campo de manobras) – também a Escola Prática de Engenharia, unidade do polígono contígua à ETAT, constitui uma enorme mais-valia para este projecto, na medida em que para o qual poderá concorrer com as valências de formação nas áreas de NBQ, CIMIC, Sapadores/Inactivação ou com as suas infra-estruturas de apoio à instrução (carreira de tiro e infra-estruturas para a execução de tiros pirotécnicos; parque de pontes; trincheira didáctica; quartel do Casal do Pote, etc)

É, portanto, incontestável que, no presente momento, o Exército Português detém uma infra-estrutura aeroportuária de inestimável valor, situada na vizinhança de uma ZL de massa de que é também proprietário e sob um espaço aéreo extraordinariamente desimpedido, beneficiando ainda de condições meteorológicas de excepção (tendo por referência o padrão das infraestruturas



equivalentes que os nossos parceiros europeus dispõem). Além de tudo isto a Escola de Tropas Aerotransportadas integra infra-estruturas de apoio à formação aeroterrestre (aparelhos de instrução aeroterrestre para treino da saída, descida e aterragem, bem como a maquetes das diferentes aeronaves), à instrução terrestre (carreira de tiro de 100m, parque de pistas de combate, piscina, complexo de salas de aula e auditórios e um laboratório de línguas).

### **A ETAT**

- ❑ A Escola de Tropas Aerotransportadas é uma unidade territorial do CTAT que se encontra na dependência técnica e funcional do Comando de Instrução;
- ❑ Na ETAT encontra-se sediado o Batalhão de Apoio Aeroterrestre (BAAT), unidade que integra sub-unidades de apoio técnico aeroterrestre e uma sub-unidade de Precursores Aeroterrestres.
- ❑ Esta unidade pertencente à BAI é já hoje crítica para o treino operacional de unidades da FAP (a CAA trabalha em benefício quase exclusivo da Esq 501 – e da Armada (treino de infiltração vertical do DAE). A sua implantação na ETAT assume um potencial sinérgico do ponto de vista da formação: por um lado, através do apoio técnico à actividade aeroterrestre da escola (missões de lançamento de pessoal e material); por outro lado, porque os seus quadros técnicos intervêm como formadores na área aeroterrestre.
- ❑ Para efeitos do levantamento da ETE, a dupla importância do BAAT – para a FOPE, e para a formação – poderá colocar questões de dependência hierárquica, as quais, embora potencialmente difíceis de gerir, não devem obstar ao desenvolvimento deste projecto.
- ❑ Por último, importa também referir o Centro de Selecção das Tropas Aerotransportadas, órgão que se encontra também implantado na ETAT e que se entende relevante para o levantamento da ETE por dois motivos:
  - À semelhança do BAAT, por questões de dependência hierárquica, uma vez que prevalece a sua dependência da DR;
  - Pelo potencial que representa para o lançamento, em termos futuros – e em absoluta sintonia com a lógica que suporta o levantamento de uma ETE – de um órgão de Selecção de Tropas Especiais.

### **Conceito proposto**

Constituir uma Escola de Tropas Especiais que permita, através da integração da direcção da formação e da racionalização da formação comum – visando a prossecução última de objectivos de qualidade e economia de recursos – uma resposta adequada às necessidades de formação técnica aeroterrestre e de formação inicial das tropas especiais dos Ramos, na estrita observância das suas especificidades em termos de cultura organizacional e recrutamento.



## **Vantagens e Inconvenientes**

- ❑ A ideia do levantamento de uma escola de tropas especiais levanta (automática e compreensivelmente) reservas mentais uma vez que, no esforço de racionalização e integração por mor da optimização do sistema, o projecto poderá redundar no comprometimento, por descaracterização, da formação específica das diferentes tropas especiais – formação esta profundamente impregnada de elementos da tradição e da cultura organizacional de cada um dos corpos e que concorre para o desenvolvimento das “qualidades intangíveis” sobre as quais se fundamenta a sua identidade corporativa.
- ❑ Não obstante – saliente-se – este projecto não obriga à co-localização da formação específica das diferentes tropas especiais; insiste, sim, na racionalização da sua formação inicial (hoje até assente numa formação geral comum) e nos méritos, em nosso entender óbvios, da sua reunião sob a chefia pedagógica e científica de uma direcção de formação comum, realidade esta que, para além da economia de recursos que implica, apresenta, sobretudo, o mérito inquestionável de articular os diferentes processos de formação (começando logo pelo estabelecimento esclarecedor dos respectivos perfis e decorrentes competências). O alcançar deste objectivo só poderá redundar em benefícios para o Exército em geral e para a FRR em particular.
- ❑ Por outro lado, a constituição desta ETE permitirá ao comando do Exército reunir, sob uma mesma entidade directora de formação, todas as valências de formação de vocação conjunta:
  - Na área aeroterrestre, embora o potencial de integração da formação inter-ramos seja ainda enorme, esta integração foi já iniciada. A ETAT dá já formação aeroterrestre a militares da FAP e da Armada. O potencial da constituição de um centro de formação aeroterrestre nesta ETE permitirá capitalizar nesta realidade e – por via dos méritos da infra-estrutura aeroportuária incipientemente já argumentados – abre mesmo a porta ao estabelecimento de um centro de formação aeroterrestre de importância internacional (no passado, Espanhóis, Belgas, Ingleses, Alemães e Italianos foram formados ou conduziram formação técnica aeroterrestre na ETAT e o seu interesse em voltar a fazê-lo não diminuiu tendo sido reiterado ainda recentemente no exercício Guadiana ou na visita de Adidos de Defesa) e, porque não, apresentá-lo como **Centro de Excelência da NATO** ao serviço de todos os nossos aliados e amigos (pagando estes a sua quota parte, claro!).
  - Na área da formação terrestre, este projecto apresenta o mérito quase “automático” da clarificação de competências e permite, no mínimo, a integração da formação inicial comum. Não obstante, apresenta implicitamente um enorme potencial de desenvolvimento também nesta área: basta imaginar a efectivação do levantamento de forças especiais a nível conjunto para nos permitirmos imaginar o Exército a estender também aos outros Ramos a “prestação de serviços” da sua ETE não só na área da formação inicial do combatente, mas, porque não,



em todas as outras áreas técnicas implicadas na formação deste sofisticado combatente terrestre – comunicações estratégicas, técnicas avançadas de infiltração e exfiltração (SOGA, HELI, outras), sobrevivência fuga e evasão, estudo de área, etc.

Em resumo, este projecto teria os seguintes méritos:

- ❑ Articular, integrando sistémicamente e coordenando, os planos de formação das diferentes tropas especiais bem como a formação, propriamente dita, em termos de formação inicial comum e, adicionalmente, em todas as áreas que as diversas tropas especiais entenderem não resultar da racionalização prejuízo para a sua identidade e/ou especificidade;
- ❑ Operacionalizar, para efeitos de formação de tropas especiais, a extraordinária concentração de recursos, para este fim vocacionados, existentes no Polígono Militar de Tancos, em conjugação que, por ser única a nível europeu, não deixará de interessar aos restantes Ramos, bem como aos nossos parceiros da NATO.

### **Articulação conceptual da ETE**

Face à argumentação apresentada, apontam-se, de seguida, alguns dos princípios a observar na sua organização:

- ❑ O levantamento de uma Direcção de Formação comum, independentemente da deslocalização dos centros e pólos de formação das diferentes tropas especiais.
- ❑ A articulação da formação conduzida na ETE em dois centros de formação: um Centro de Formação Aeroterrestre (CFAT) e um Centro de Formação Terrestre Conjunto (CFTC).
- ❑ A constituição de um Batalhão de Alunos, unidade sem encargos de formação e unicamente vocacionada para o aquartelamento e enquadramento administrativo dos instruendos.





## **APÊNDICE C – APOIO LOGÍSTICO**

*"The first essential condition for an army to be able to stand the strain of battle is an adequate stock of weapons, petrol and ammunition."*

*Marechal de Campo Erwin Rommel<sup>99</sup>*

### **ALTERAR OS PROCEDIMENTOS POR FORMA A MELHORAR A CAPACIDADE DE PROECÇÃO E SUSTENTAÇÃO DA FRR**

A FRR só existe para ser empregue num cenário real, onde se concretize a sua projecção para um território exterior à sua base, ou como força dissuasora pela sua própria existência e pelas possibilidades e capacidades exibidas ou demonstradas.

Só faz sentido, face ao conceito de criação, de emprego e da realidade político-militar existente, que esta Força seja considerada como um todo, numa simbiose completa dos seus elementos constitutivos qualquer que seja a sua natureza. Isto é, não faz qualquer sentido separar, a nível de planeamento e execução, os elementos, e necessidades, de manobra, de apoio de combate e apoio logístico<sup>100</sup>. Situação que se torna mais complexa se pensarmos nesta FRR como uma Força de **vocação global**, com perspectivas naturais de ser empregue numa multiplicidade de cenários de diferentes níveis de conflitualidade e de violência, em terrenos e ambientes climatéricos muitos diversos, se não mesmo adversos, aos existentes na sua base de origem. Este todo inclui, nunca é demais referir, as restantes forças das Alianças ou Coligações, cujas agendas e interesses específicos poderão colidir com as necessidades objectivas do cumprimento de uma operação<sup>101</sup>. Contudo a assunção de um todo completamente integrado, e não um conjunto de elementos ou meios independentes, encontra resistências de ordem cultural dificilmente ultrapassáveis e que limitarão sempre a prontidão e eficácia de qualquer força<sup>102</sup>.

Salvaguardando o que atrás foi referido iremos debruçar-nos em separado, mas apenas por razões metodológicas de análise e estudo, sobre uma das suas componentes: a logística.

De imediato interessa fazer a distinção entre o que se poderá denominar logística interna, orgânica da própria Força, e externa da dependência de outro Comando, ou escalão, que não o da FRR.

<sup>99</sup> The Rommel Papers, p.132 citado por CREVELD, Martin Van: Supplying War, Logistics from Wallenstein to Patton, Cambridge University Press, p. 200.

<sup>100</sup> *Operational planning consists of an intimate blend of tactical and logistic thinking to carry out strategic concepts. This unity and coherence is essential to swift, decisive military action in any type of human conflict ... in combat the logistic support that may be considered inadequate by a timid or mediocre commander may be adequate for a bold and competent commander who understands the nature and source of flexibility, provided he has adequate control of a flexible logistic system.* SKINNER: NORTHAG, a Study of Organizational Structure, citado in THOMPSON, Julian: Lifeflood of War, Logistics in Armed Conflict, Brassey's, 1991, ISBN 0-08-040977-6, p. 294.

<sup>101</sup> *It came as a welcome surprise that the Americans redeployed their Patriots without our knowledge, leaving our extensive Supply Area without any air defence cover whatsoever.* WHITE, Major General Martin: Gulf Logistics, Blackadder's War, Brassey's, 1995, p.47.

<sup>102</sup> *Since the appearance of ancient divisions of labor brought functional specialization, one characteristic of military organizations has been political conflict between the combat arms who believed they were the only ones entitled to the perquisites of a military calling, and a soldier/logisticians, whom "real soldiers" considered unentitled to recognition as co-participants in the military life.* LYNN, John A.: Feeding Mars, Logistics in Western Warfare from the Middle Ages to the Present, Westview, 1993, p. 251.



A logística interna da FRR está directamente ligada ao conceito do seu emprego e à análise, que aqui simplificamos, dos factores MITMT já conhecidos.

A **Missão** é, sem margem de dúvida, o factor determinante. Conceptualmente, já que neste momento não se encontra atribuída missão específica, será conveniente considerarmos as mais gravosas do seu quadro geral de utilização. Ficará assim de fora, na elaboração da sua estrutura base, a possibilidade de intervenção contra forças blindadas, semelhante, por exemplo, ao ocorrido na fase inicial da Guerra do Golfo em 1990 onde, se tivesse de facto acontecido a invasão da Arábia Saudita por forças blindadas iraquianas, as forças da 82ª Divisão Aerotransportada dos EUA seriam destruídas, ou sofreriam um número apreciável de baixas considerando tratar-se de uma GU “ligeira” (veja-se o que aconteceu na Operação Market Garden na II GM muito bem retratado no filme “Uma ponte longe demais”).

Excluindo este tipo de cenários, a logística destinar-se-á de início a apoiar de uma forma simplificada e rápida, com um crescendo progressivo até à retirada da Força ou a sua rendição. Perspectivamos assim, como raciocínio base e de acordo com o desenvolvido no conceito, o emprego rápido e violento do Batalhão de Comandos, seguida de retirada imediata ou de reforço por unidades de Infantaria “ligeira” mais robustas e com maior protecção e capacidade de fogo, os Batalhões de Infantaria Pára-quedista. (e.g. Operação Just Cause – Panamá, 1999). A esta fase suceder-se-ia a retirada ou a rendição por Forças de Seguimento Motorizadas ou Mecanizadas com a sua própria e adequada capacidade logística. É evidente que a natureza da missão, seja ela operação de manutenção ou imposição de paz, NEO, entrada não permissiva ou “raid”, será sempre determinante, mas, um dos aspectos que caracterizam as missões para que a Força se destina é a sua rapidez de execução, que lhe permite ganhar a surpresa táctica e operacional (a estratégica é frequentemente perdida a nível político), e a protecção por falta de “blindagem”.

Perante este conceito de actuação, e salvaguardando as alterações sempre necessárias para adequar a Força à Missão, o apoio logístico na primeira fase será transportado pela própria Força, às costas ou em veículos ligeiros (do tipo “mula mecânica”, ou outros meios: barcos, canoas, helicópteros) que eventualmente a possam acompanhar ou então, ser colocado ou obtido localmente.<sup>103</sup>

No seguimento da análise metodológica tradicional interessa considerar o **Inimigo**, ou parte ou natureza da ameaça. As possibilidades de sucesso têm naturalmente a ver com o Inimigo a enfrentar e a sua capacidade de actuação e reacção. Segundo o conceito de emprego, a nossa FRR não deverá ser utilizada contra forças blindadas em terreno mais adequado a estas (*tank country*) a não ser que a natureza da missão e a rapidez de execução alterem os parâmetros da equação, e/ou em que a

<sup>103</sup> Numa função supletiva já que o que se pretende é a autonomia da Força, no sentido da não necessidade de apoios exteriores ou da nação hospedeira para o cumprimento da Missão.



vantagem seja decididamente da FRR. Neste caso, desde que um factor (e.g. terreno complexo), ou conjunto de factores (e.g. terreno e condições meteorológicas, inépcia de comando, restrições políticas...) anulem ou alterem as vantagens proporcionadas ao In, poderá ser possível, ou até desejável e conveniente, o emprego da FRR.

O outro aspecto a considerar é o **Terreno** no seu sentido lato incluindo neste o clima. A FRR é mais adequada para actuar em terreno mais complexo, como áreas urbanizadas ou arborizadas. Mas mesmo nestas circunstâncias poderão ocorrer surpresas. É possível visualizar cenários, onde forças mecanizadas sejam empregues com toda a propriedade em zonas arborizadas, urbanizadas, ou outras, como as acções desenvolvidas no Vietname, na Chechénia e na faixa de Gaza podem testemunhar. Também a existência ou ameaça de emprego de armas NBQ podem condicionar as modalidades de acção a adoptar e o tipo de forças, dando-se preferência a forças motorizadas ou mecanizadas, o que terá consequências imediatas na concepção e apoio logístico da Força.

O **Tempo** disponível aparece-nos segundo diversos matizes e, quanto mais alargado for, mais permitirá, em princípio, uma melhor recolha de informações e adequação da Força à missão a cumprir, sendo fundamental equacionar-se o tempo de projecção e de empenhamento. A rapidez é, normalmente, associada à ligeireza das forças a actuar em determinado contexto. Também aqui interessa considerar as situações mais exigentes, aquelas que requerem uma intervenção imediata, no sentido de lançar ou desencadear a operação, e uma rapidez de execução também elevada. Todas estas situações obrigam a um acelerar de todos os tempos, quer de decisão quer de execução. No âmbito da logística ter-se-ão de reduzir os escalões de decisão no sentido de garantir um grau de flexibilidade e adaptabilidade elevado que permita reagir rapidamente às contingências que eventualmente possam surgir, minimizando-se o risco de desencadear operações com forças próximas do limiar da sua “ligeireza”.

Depois de efectuadas estas considerações, teremos que considerar de que forma poderemos adequar o apoio logístico ao acima referido. O primeiro problema que se nos coloca é como poderemos responder às necessidades de uma Força que, embora tenha uma estrutura de base, é pelo próprio conceito de emprego flexível e “ajustável” às missões que lhe possam ser atribuídas.

A resposta ao desafio da flexibilidade passa pela **Modularização**, isto é, na constituição de elementos, ou conjuntos de elementos, que satisfaçam a uma necessidade ou função e que possam igualmente ser agregados, consoante a natureza e volume, de forma a responder às necessidades da Missão. Realce-se que estas poderão ser bastante diferentes das necessidades da Força individualmente considerada, por a missão exigir outras para além do mero consumo tático. É o caso duma NEO, onde o apoio aos cidadãos nacionais pode exigir um volume e qualidade de apoio muito diferentes dos da Força (e.g. material sanitário para crianças).



A **padronização, compatibilidade e interoperabilidade** são aspectos iniludíveis a considerar especialmente quando se referem a operações conjuntas e combinadas. A actuação cada vez mais corrente no âmbito de Alianças ou Coligações torna imperativo o cumprimento destes aspectos. Se um País fornecer o transporte, o apoio aéreo próximo ou a evacuação sanitária e a FRR não conseguir sequer comunicar a não ser com o fornecimento de novos rádios, teremos certamente um agravamento do desempenho logístico se não mesmo do operacional. Este problema não tem sido fácil de resolver, mesmo dentro de alianças como a NATO.

Por sua vez a Modularização exige a **Simplificação**, quer ao nível das necessidades efectivas quer no meio de as suprir. A rapidez de intervenção remete todas as questões para um patamar de urgência muito próximo do da sobrevivência, passando tudo o resto a ser considerado "supérfluo", podendo ser satisfeito numa segunda fase. É perfeitamente admissível que numa operação NEO, por exemplo, o apoio seja o mínimo para garantir a sobrevivência dos cidadãos nacionais, se essa for a melhor solução para garantir o sucesso da operação.

A FRR é por natureza constituída por militares possuidores duma rusticidade e moral acima do normal, com elementos especialmente seleccionados e treinados, preparados para elevados níveis de *stress* físico e mental<sup>104</sup>. Características que deverão ser exploradas ao máximo para garantir maior mobilidade, rapidez e eficácia à Força. O resto, não obstante serem artigos ou funções importantes, deverão ser priorizados e satisfeitos em fases sucessivas ou posteriores da operação. Refeições e banhos quentes são, sem qualquer margem de dúvidas, importantes, mas, em determinadas circunstâncias, poderão ser considerados secundários.

A estes princípios acresce o **Planeamento realista e a assunção de riscos**. As tabelas de cálculo logísticas terão de ser revistas com base nas operações mais recentes e com pressupostos actuais. As situações tipo deverão ser testadas em exercícios com duração semelhante em tempo e em esforço às reais. Os consumos de munições terão de ser recalculados consoante **o tipo de operação, a manobra prevista e o nível de esforço** a realizar. O acessório para o cumprimento da missão deverá ser descartado. Isto é importante especialmente ao nível do apoio de fogos indirectos. O apoio de fogos com meios não orgânicos, como sejam a Artilharia Naval e Aéreos, poderá reduzir em muito a carga logística. É evidente a necessidade de uma assunção de riscos que não pode ser escamoteada, como é bem exemplificado pela interrupção do apoio naval e aéreo em Goose Green<sup>105</sup>, com um impacto significativo que não se pôde esconder.

<sup>104</sup> A number of British naval ratings when war looked likely in the Falklands in 1982, were on record as saying that they had not joined the Navy to go to war! No such remark was recorded in the case of the commandos and parachute battalions. THOMPSON, Julian: *Lifeblood of War, Logistics in Armed Conflict*, Brassey's, 1991, ISBN 0-08-040977-6, p. 359.

<sup>105</sup> At 3.14 am, in the middle of this battle, HMS Arrow, who was supporting the attack with naval gunfire, developed a fault in her turret which stopped her firing. ... The Battalion mortars had run out of ammunition and the Harriers could not take off from the carriers because of mist at sea. THOMPSON, Julian: *No Picnic*, Cassell, 2001, p.76 e p.77.



Também é aqui, na Logística da FRR, que se deverá observar a excelência numa concepção holística da Força, ou seja, a existência real da Força como um **todo**, na associação das sinergias para a optimização de esforços e meios para o cumprimento da Missão. O correcto entendimento da **Missão** e das limitações e possibilidades de apoio libertam igualmente meios “menos necessários” aliviando o peso e o volume da manobra e dos apoios<sup>106</sup>. Nunca é demais também referir o pessoal, atendendo às suas características. As Tropas de Montanha por natureza são mais adequadas para serem empregues em zonas montanhosas onde em princípio serão mais eficientes. Quando tratamos de ambientes extremos, por exemplo, clima, é importante não esquecer que as baixas não devidas a combate nestes TO costumam suplantar as devidas a combate. Para além duma maior eficiência no desempenho táctico, também no apoio se obterão ganhos. A redução das perdas sanitárias e as consequências que têm para a missão e a Força obrigam a este cuidado. Forças melhor treinadas e especializadas aumentam a **eficiência** e reduzem as necessidades em muitos dos meios. Algo semelhante se poderá dizer das Forças mais disciplinadas onde o cumprimento de hábitos sanitários correctos (e.g. profilaxia da malária<sup>107</sup>) e redução de consumos (munições, água, equipamento) se traduzem na redução do peso logístico e no aumento da eficiência.

Outros consumos logísticos devem ser revistos e, se necessário, providenciada a substituição por equipamentos mais robustos, modernos ou eficientes de acordo com a missão e condições a enfrentar. A tentação de aquisição de equipamento civil comercial para uso militar é cada vez maior. Nada haverá a opor a esta opção desde que se considerem os parâmetros de robustez, fiabilidade, e restantes especificações técnicas definidas para os equipamentos militares.

A **capacidade de reforçar**, em termos logísticos, é fundamental, uma vez que a redução do peso e volume tem consequências significativas no aumento da rapidez de projecção e execução. Essa capacidade de reforço poderá ser acelerada através dum melhor **planeamento logístico**, já referenciado anteriormente, pelo conhecimento actual da situação logística permitida pelas novas tecnologias, pela previsão e antecipação das necessidades logísticas, pela melhoria dos sistemas de armazenagem e embalagem (atente-se na revolução que foi a introdução dos contentores) e pelo encurtamento das distâncias e de tempo e melhoria do sistema de distribuição. Esta última alcançada pelo **pré-posicionamento no TO** (prévio aos acontecimentos), pelo emprego de Forças

<sup>106</sup> Exemplo típico é o planeamento inicial de libertação de mais de uma centena de reféns do voo 139 da Air France de Tel Aviv para Paris, sequestrados por elementos da Frente de Libertação da Palestina em 27 de Junho de 1976. No início previa-se o emprego de uma pequena força para neutralizar os terroristas procedendo-se posteriormente à evacuação e repatriamento por meios normais, via aérea com meios da El Al. A força saltaria dum Hercules C-130 sobre o Lago Vitória e abordaria, de barco, o terminal do aeroporto. Após a confirmação de que Idi Amin e o exército Ugandês eram coniventes com a situação, os planos foram alterados exigindo cerca de 10 Hercules C-130. O aperfeiçoamento do plano previa, no final, o emprego de um Boeing 707 de comando, e apenas mais 4 Hercules C-130, 3 viaturas ligeiras (2 Land Rover e 1 Mercedes) que seguiriam no primeiro avião, 2 VBTP e um Jeep de comando que seguiriam no segundo, mais 2 VBTP no terceiro e uma viatura Peugeot, para a rápida evacuação dos feridos, no quarto avião. Sobre o resgate de Entebe vide **HERZOG**, Chaim : The Arab-Israeli Wars: War and Peace in the Middle East from the War of Independence through Lebanon, Vintage, pp.327-36.; Operação Jonathan, o Resgate em Entebe, Military Review (Edição em português) 4º Trimestre, 1982.

<sup>107</sup> Dos cerca de 4 500 militares britânicos que actuaram na Operação Palliser Maio a Junho de 2000, apenas 80 contraíram paludismo, apesar desta doença ser endémica na Serra Leoa.



Especiais durante a própria operação, pelo desencadear de acções com esse objectivo específico, pela colocação em bases avançadas, pelo posicionamento em navios, pela utilização de meios de transporte mais rápidos e com maior capacidade (e.g. o *catamaran* em Timor) e/ou pela utilização dos recursos locais<sup>108</sup>. Como exemplos, poderemos apontar a criação de bases logísticas avançadas em território iraquiano na Guerra do Golfo - 1990, FOBs COBRA e VIPER<sup>109</sup>, tendo para isso sido necessário executar dois Assaltos Aéreos.

Não parece, pois, restarem dúvidas de que a logística da FRR deve ser estudada, desenvolvida e praticada ao mesmo nível e qualidade das restantes áreas e, as transformações que se operam ao nível dos assuntos militares terão naturalmente que incluir a logística. A utilização intensiva dos meios tecnológicos modernos, de novas estruturas organizacionais e decisórias<sup>110</sup> e a possibilidade de conhecimento em tempo real permitirão o aligeirar a Força com o acrescido bónus de aumento da sua capacidade operacional, num exemplo de procura de optimização de sinergias, com claro destaque da unidade de comando, da maior velocidade de execução e de um apoio logístico ágil e adequado.

---

<sup>108</sup> No resgate de Entebe estava previsto que os aviões da força se reabasteceriam no próprio local, o que não chegou a ser necessário por ter sido autorizado o reabastecimento no Aeroporto de Nairobi no Quénia.

<sup>109</sup> *It's worth noting that in the four-day ground war against Iraq, the 101<sup>st</sup> Airborne Division carried out four brigade-scale operations. Two of these involved taking FOBs – in other words, big gas stations.* **BOLGER**, Daniel P., *Death Ground, Today's American Infantry in Battle*, Presidio Press, 2000, p.107. Sobre estas operações vide **SCALES Jr.**, Brig. Gen. Robert H.: *Certain Victory, The U.S. Army in the Gulf War*, Brassey's, 1994, pp.217-221 e pp. 303-305; **MILLER**, Major General John E., US Army, and **BOLGER**, Major Daniel P.: *US Army: Going Deep, Division Air Assault Operations*, Military Review, April 1993, pp. 2-12.

<sup>110</sup> Como o “normalizar” o encaminhamento directo ultrapassando escalões de comando ou de apoio intermédios.





## **APÊNDICE D – APOIO DE C4IVR<sup>111</sup>**

*“When things go wrong in your command, start searching for the reason in increasingly larger concentric circles around your own desk.”*

**General Bruce Clarke**

### **Do Início da História**

Sempre foi uma preocupação dos comandantes, saber o que se passa no terreno, ter a possibilidade de dar ordens, possuir a capacidade de verificar se estavam a ser cumpridas e, se possível, poder alterá-las no decorrer da batalha para a influenciar. No início da História Militar, tal como a conhecemos, isso era difícil de acontecer. Os próprios chefes envolviam-se fisicamente na batalha e, uma vez iniciada esta, tudo parecia estar determinado pelas medidas e opções previamente tomadas, pelo valor dos combatentes e, frequentemente pelo facto de não tombarem em combate. A actuação da falange é um claro exemplo demonstrativo destas asserções.

Aquelas dificuldades foram progressivamente vencidas pelo engenho humano: referimo-nos à utilização de bandeiras e flâmulas, ainda hoje constituindo um precioso património dos exércitos, dos sinais sonoros – as trompas, cornetas, tambores, ... – de mensageiros ou estafetas e, quando do aparecimento da pólvora, dos sinais pirotécnicos. Necessidades que se reflectiram nos próprios uniformes: as cores garridas, o penacho de centurião no sentido transversal para ser facilmente visto pelos seus legionários, as “canetas/cordões” dos ajudantes de campo e, em certa medida, a figura do 2º Comandante, que põe em prática as ordens do Comandante e verifica se estão a ser cumpridas. Todas estas considerações, para deixarem de ser um mero exercício académico terão que ter presente qual a finalidade do C4IVR, o qual, para nós, se resume num conjunto de meios, ou melhor, de sistemas de “sistemas” que permitem a uma força, neste caso a FRR, cumprirem a sua missão. Tendo em vista a FRR passemos a analisar os requisitos de C4IVR.



### **Requisitos e questões de C4IVR**

#### **Comando e Controlo**

Tradicionalmente os exércitos apresentam uma estrutura muito hierarquizada e linear, tendo-se criado um processo de decisão condizente com essa mesma estrutura. Numa FRR não é só a estrutura organizacional que determina a natureza do comando. Os cenários mais prováveis onde poderá actuar são complexos, lacunares, onde a dispersão táctica pode ocorrer em distâncias físicas e temporais significativas, e cujas acções poderão ter consequências a nível táctico, operacional e estratégico.

<sup>111</sup> C4IVR: Comando, Controlo, Comunicações, Computadores, Informações, Vigilância e Reconhecimento





Mesmo com o apoio da tecnologia moderna não será sempre possível o exercício do comando pelo Comandante. A solução é doutrinária, daí a importância da adopção da Teoria da Manobra, ao incentivar o emprego de ordens tipo missão, à iniciativa dos subordinados dentro da intenção do respectivo Comandante, pelos menos até dois escalões acima. Este ênfase na “descentralização” parece ir contra a centralização do comando que as novas tecnologias oferecem. Não faltam exemplos: desde a intervenção do Presidente Kennedy na crise de Cuba de 1962 junto do Comandante que efectuou a intercepção do primeiro navio Russo <sup>112</sup>, passando pelas situações do Vietname, da decisão britânica de atacar Goose Green <sup>113</sup> nas Falklands em 1982 .

É evidente que o problema se acentua numa força de projecção ou expedicionária. Em tempos mais recuados, quando o processo de comunicação era longo, lento e perigoso, a solução por necessidade era a da descentralização. Lembremo-nos da carta de Pero Vaz de Caminha a comunicar o achamento do Brasil – uma carta, um navio <sup>114</sup>, um oceano – e a solução, por exemplo, de Portugal para a Índia, a nomeação de um Vice-Rei como a forma mais expedita de aproximar o Comando, e respectiva decisão, para junto do evento. Actualmente, o conhecimento é no momento e, se este tem implicações estratégicas, o resultado certo é “interferência” do decisor político-estratégico junto do Comandante no terreno, porventura ultrapassando a cadeia de comando para contactar directamente com o Soldado na acção <sup>115</sup> . A solução, para atenuar ou minimizar essa tendência, passa pela formação e aumento da competência dos executores tácticos <sup>116</sup> (profissionais, *primus inter pares*) e pela nomeação, mesmo quando a operação pareça ter um desenho táctico, de “Vice-Reis”. A “cabeça” que ocupou o aeroporto de Pristina em 1999 era comandada directamente pelo General russo Victor Zavarine e, na operação de resgate em Entebe, no Boeing 707, estava o General Dan Shomron.

Por sua vez o controlo não pode estar dissociado do Comando. O não cumprimento das ordens como foram inicialmente emanadas é essencial para permitir a adaptação à situação real no terreno. Também aqui se colocam os problemas que foram referenciados anteriormente. A dispersão, as grandes distâncias, o tempo da operação e a rapidez da sua execução poderão não ser compatíveis pela estrutura habitual de controlo. Mais uma vez, a solução tecnológica poderá não ser a mais adequada, restando a doutrinária. Um conceito de operação flexível permite libertar a função de

<sup>112</sup> CLARK, General Wesley K.: *Waging Modern War*, PublicAffairs, 2001, p. 396.

<sup>113</sup> THOMPSON, Julian: “No Picnic”, Cassell, 2001, pp. 69-71.

<sup>114</sup> “Na manhã de 2 de Maio [de 1500], Cabral enviou para Portugal, com notícias do descobrimento do Brasil, o navio de Gaspar de Lemos, previamente despejado da reserva de mantimentos que conduzia.” PERES, [Prof. Doutor] Damião: “*História dos Descobrimientos Portugueses*”, Vertente, 4ª Edição, 1992, p.339.

<sup>115</sup> *Such abnormality, however, comes at a cost: in its effect on the commanders who are bypassed but are ultimately responsible for managing the consequences in theatre, and in terms of the control of tempo since focussing higher command on a specific instance must necessarily detract from their ability to deal with other concerns across the battlespace.* LLOYD, OBE MA, Lieutenant Colonel Merfyn: *Command considerations for UK Network Enabled Forces A Speculative View*, UK Defence Science and Technology Laboratory (Dstl), p.2, acedido a 02Out03. Sobre os efeitos negativos do comando à distância: *The moral here is that proper command from 13,000 kilometers away is impossible* [The Falklands 1982]. THOMPSON, Julian: *The Royal Marines, from Sea Soldiers to a Special Force*, PAN, p. 571. O registo do “alívio” de ser atribuído a um superior hierárquico a tarefa de comunicar com a chefia político-militar em THOMPSON, Julian: “No Picnic”, Cassell, 2001, p.92.

<sup>116</sup> Vejam-se os exemplos históricos proporcionados pela Legião Estrangeira francesa. Oficiais de outros exércitos serviram como soldados, cabos ou sargentos.



controlo para o que se entende como essencial, aquilo que, de facto, possa colocar em causa o desenrolar da operação.

### Comunicações, Computadores, Informações, Vigilância e Reconhecimento

A FRR actua normalmente fora da estrutura clássica de uma Unidade posicionada no terreno e com os seus sistemas de comunicações interligados com os do escalão superior. A ela colocam-se duas questões distintas, apesar de nalgumas situações apresentarem muitos pontos de comum, designadamente quando sub-unidades ou elementos da FRR se encontrem muito distantes, dispersos ou em locais de difícil comunicação.

A primeira questão é a comunicação intra FRR. Essa comunicação inclui **voz** como outro tipo de informação, **dados de grande volume, imagens** etc. A comunicação à voz ainda é o meio por excelência de conduzir homens em combate, nada substituindo a informação factual por ela transmitida nem as emoções que tanta influência podem ter no comportamento dos militares. Essa comunicação é fundamental que exista entre todos os elementos da Força e, entre esta e os seus apoios.

Na Somália, falharam as comunicações entre os “Rangers” e os “Delta”, porque ao que parece possuíam equipamentos incompatíveis, ou seja, foi uma repetição de problemas já havidos aquando da intervenção americana em Granada. O operar em áreas urbanas, ou florestadas, agrava os problemas de comunicação<sup>117</sup>, sendo já uma solução clássica a utilização de meios aéreos para servirem de *relais*.

Se a voz é importante, a transmissão de dados de diversa natureza faz-se sentir cada vez mais necessária, a digitalização dos exércitos está em marcha, exigindo equipamentos com capacidade de resposta a estas novas exigências. A FRR é uma força em **movimento**<sup>118</sup> para, no e do local de intervenção. Os equipamentos terão de ser **portáteis e não dependentes das infraestruturas do TO**, qualquer que ele seja, se quisermos uma Força **credível, autónoma** e verdadeiramente **global**. A exploração dos recursos locais, se assim se poderá dizer, é possibilidade que deverá ser considerada mas nunca como dado adquirido, até porque, embora possam existir, aqueles poderão não oferecer o nível de qualidade e fiabilidade compatível com as exigências dos equipamentos e condução das operações militares. As forças implantadas no terreno deverão poder escutar os RELIM dos helicópteros de observação do GALE, ou solicitar a evacuação ou o transporte aéreo quando oportuno. As unidades em apoio da Força Aérea e da Marinha deverão conhecer em detalhe

<sup>117</sup> During OIF/Operation Telic, both U.K. and U.S. forces demonstrated the need for an increase in SATCOM. However, need must not become dependency. Complex terrain, such as mountains or an urban environment, can obscure geostationary satellites. LANGLEY, Major (British Army) James A.G.: *Network- Centric Warfare: An Exchange Officer's Perspective*, Military Review, November -December 2004, p.49.

<sup>118</sup> The 3d U.S. Infantry Division's (ID's) lessons learned concluded that mobile subscriber equipment (MSE) cannot support a division's on-the-move requirements while the division is conducting continuous operations and moving its elements. The lessons learned also identified the need for TACSAT and similar range-extension systems. LANGLEY, Major (British Army) James A.G.: *Network- Centric Warfare: An Exchange Officer's Perspective*, Military Review, November -December 2004, p.48.



as subunidades de manobra em proveito de quem operam, e ser capazes de comunicar com elas, sem constrangimentos ou dificuldades de linguagem. A interligação e interoperabilidade com as Forças de outros Países será quase certamente uma necessidade, e um motivo acrescido de preocupação e investigação.

O sistema de comunicações também deverá permitir a transmissão e recepção, em tempo real e de forma segura, duma diversidade de dados nomeadamente os referentes ao *targeting*. Essa segurança também deverá relacionar-se com a dificuldade de sofrer acções de empastelamento, de interceptação e de outras acções no âmbito da Guerra Electrónica. Deverá igualmente ser redundante sem que tal signifique um acréscimo de peso significativo.

A segunda situação é a comunicação entre a Força e a base de origem, ou melhor, entre ela e o centro de decisão político-estratégica. Não se deve, contudo, considerar esta capacidade como algo de negativo, ou como um mal necessário em face de exemplos indesejáveis ocorridos, para o comandante da Força. Por este canal poderão circular informações, de toda a natureza, que poderão influenciar a decisão do comandante, sendo que a informação estratégica virá nomeadamente de serviços de informação de países amigos.

Como se vê, as necessidades do utilizador, da Força e dos respectivos comandos, operacional e estratégico, são exigentes e muito diversas em termos de resposta a especificações técnicas. Uma capacidade de intervenção global significa equipamento robusto, compacto mas leve, com alcances também globais. A utilização de satélites (“Barras”, Vietname, Afeganistão) passará a ser normal<sup>119</sup>, exigindo, por outro lado, cuidados acrescidos devido a dificuldades de ligação resultantes do terreno (montanha, floresta...), das condições meteorológicas e da latitude. Os sistemas de vigilância electrónicos, desde aéreos até sensores terrestres, alguns nem pertencentes ao Exército ou ao País, devem alimentar em **tempo real** quem deles precise. Isto implica **repensar a estrutura, não no sentido linear habitual, mas mais de uma forma matricial ou de nódulos ligados em rede**. É difícil elaborarmos algo em termos conceptuais e influenciar o sentido da investigação nesta área, mas poderemos explorar o que os avanços tecnológicos civis e a nível organizacional, têm para nos oferecer. Não admira, portanto, que no âmbito organizacional e no nosso próprio Exército, seja a própria Chefia a reconhecer a importância destes novos conceitos e já os comece a pôr em prática, como o afirma o próprio CEME: “... tornaremos mais unilineares as relações de comando, estabelecendo apenas canais de comando e de autoridade técnica, simplificando dependências e exercendo a acção de comando de modo muito mais descentralizado do que hoje é prática, ...”.

<sup>119</sup> *The marked contrast between the performance of MSE and Ptarmigan (two apparently similar systems) is somewhat surprising. However, Ptarmigan has the advantage of having been adopted for use in an expeditionary context (in Bosnia in 1995 and Kosovo in 1999). It has routinely had VSC501 (a Landrover-deployable system), satellite-communications (SATCOM) links under tactical command for network range extension, and a permanent switching hub in the U.K. for rapidly establishing mobile subscriber access and headquarters communities— often in less than an hour.* LANGLEY, Major (British Army) James A.G.: Network-Centric Warfare: An Exchange Officer’s Perspective, Military Review, November -December 2004, pp.48-9.



### **O que fazer?**

A primeira medida, como já foi referido, é de ordem conceptual e doutrinária. Todos, do líder ao executante de menor graduação, devem saber actuar com poucas directivas e com limitada informação<sup>120</sup>. Tal implica confiança dos chefes e um grande esforço na formação e mudança de mentalidades.

A segunda é ter presente que cada elemento conta, cada um constitui um elo da cadeia de informação e da sua comunicação e estas devem circular rapidamente para quem as precisa e possa aproveitar.

Em terceiro lugar, há que considerar a alteração organizacional dos sistemas, analisando as soluções que as empresas civis encontraram para sobreviver num mercado cada vez mais competitivo e globalizado.

Por último, haverá que ponderar a utilização intensiva de equipamentos civis, salvaguardando os militares para o que efectivamente é necessário, seguro e fiável. Seleccionar os equipamentos com maior largura de banda, com a consciência de que a digitalização crescente e o aumento de transmissão de dados, nomeadamente de imagens, tornarão rapidamente obsoleto qualquer equipamento.

---

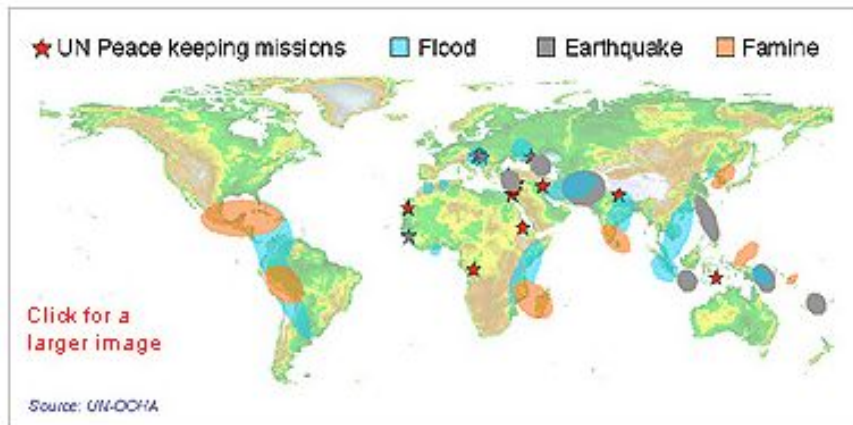
<sup>120</sup> *Command of task groups will be done by small and highly agile command nodes that are 'staffed to task' and modular in nature.*  
**LLOYD** OBE MA, Lieutenant Colonel Merfyn: Command considerations for UK Network Enabled Forces A Speculative View, UK Defence Science and Technology Laboratory (Dstl), p.11.

## **ANEXO 1**

### **NEW AIRLIFT REQUIREMENTS<sup>121</sup>**

Earthquakes, floods, famine and drought are natural occurrences that often require prompt and effective international humanitarian assistance to avert disaster.

Humanitarian support and interventions by international organisations such as the UN and NATO cover the whole range of relief missions and require the mobilisation of substantial logistic resources.



Since 1998 there have been over 90 requests for assistance to deal with international crisis situations, with over 40% requiring the use of fixed wing transport aircraft. More recently, events in Kosovo, East Timor, Afghanistan and Bali have highlighted the need for a reliable, long reach airlift capability, with maximum interoperability between air forces.

There have been numerous cases of nations having to rely on third parties to provide tactical and strategic lift due to misfit of mission loads with their existing military transport aircraft. Removal of this dependence on external sources, coupled with the need for rapid air mobility, has set **new standards for airlift**:

- Extended reach;
- Outsize and heavy load capability;
- Fast transit/high cruise altitude;
- High cruise speed for a rapid response;
- Autonomous ground handling and rapid role change capability;
- Short, soft field performance;
- Low speed characteristics for air drop and tactical flight;
- Reliability, Maintainability, Testability and dispatch availability;
- and, above all, Affordability

<sup>121</sup> Cópia e Transposição de parte do “site” na Internet do “Airbus A400M”

### FOCUS

The EU Member States committed themselves to rapidly develop and strengthen their operational and strategic air transport capabilities and, in line with this need, to create a **"Rapid Reaction Force"** (RRF). The objective of the RRF is to "develop an autonomous capability to decide on, to launch and conduct EU-led military operations in response to international crisis":

The military capabilities to be provided by the Member States are:

- Deployment within 60 days of:
- 60 000 people and required material (out of a pool of 100 000 people, 400 combat aircraft and 100 vessels)
- For a mission of at least one year on a self-sustaining basis (command, control, intelligence capabilities, logistics, strategic transports).

Armed forces today are equipped with inventory dating back to the 60's and 70's; transport aircraft in particular are both technically and operationally obsolete. The current global military transport fleet consists of more than 2300 tactical airlifters with an average age of 26 years and around 350 strategic airlifters of which the majority is operated by the USA and Russia.



The current military transport fleets of the world do not meet future airlift requirements; they provide today's forces with inadequate payload and range capability, lack of combined strategic / intra-theatre transportation capability, lack of commonality and interoperability between different forces, far too small cargo hold cross-sections for modern loads, and low fleet availability (reliability) by modern standards.



The procurement processes in most countries often drive planners to compartmentalise requirements and discourage them from taking a more global, wider, and longer-term view. Against this backdrop is the European Staff Requirement (ESR), an extremely far-sighted and enlightened document that has been prepared by the European Forces in order to determine the future needs of Europe in military airlift for a successful rapid response mission.

The ESR recognises both the need for nations that hitherto lacked strategic airlift to acquire such a capability, as well as acknowledging the fact that current tactical fleets will eventually prove uneconomical to keep flying and will need replacing in their current role. It suggests a new, long range, strategic imperative that has appeared in the military air transport requirement whilst retaining the need for tactical mission capabilities. The end result has been the A400M which fully meets or even exceeds the ESR.

**European Staff  
Requirement  
(ESR)**

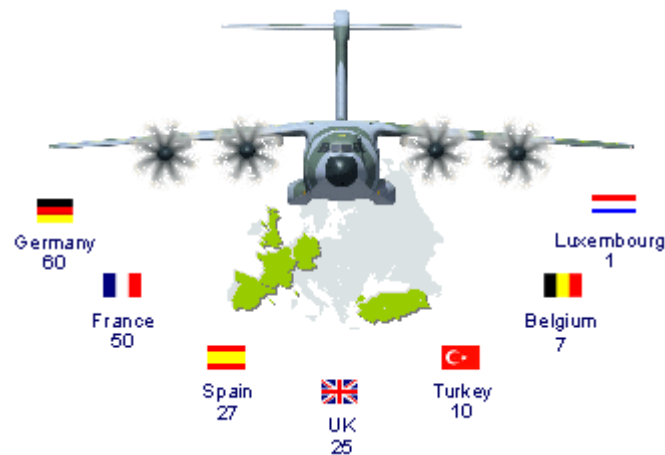




## Seven-Nation Commitment

The A400M programme is a direct result of a commonly expressed need by 8 European air forces for a new generation military airlifter. The scope of this initiative to specify and procure an aircraft of a common definition is unique and clearly points to the way forward in the domain of "smart procurement" for the armed forces of allied nations.

These European NATO members issued a Request for Proposal in September 1997 and it was to respond to this RFP that the aerospace industries of these nations came together in the partnership now known as Airbus Military. June 2001 saw the signing of a Memorandum of Understanding (MOU), which represented a major milestone towards the industrial launch of the A400M.



On May 27th 2003, a contract was signed between Airbus Military and OCCAR (Organisation Conjointe de Coopération en Matière d'Armement), representing Belgium, France, Germany, Luxembourg, Spain, Turkey, and United Kingdom for a total of 180 aircraft. The industrial programme was formally launched on May 31st 2003. This will lead to a first flight in 2008 and a first delivery in 2009.





## A400M – Setting New Airlift Standards...



**Airbus Military** offers the military air transport world a modern, multi-role military airlifter which will replace the ageing fleets of C-130 Hercules and C-160 Transall in service with the air forces around the world. With the A400M, Airbus Military is setting new airlift standards and changing the way in which future military programmes will be managed.

**The A400M**, as the **new airlifter of the 21st century**, will have more than twice the payload and volume of the aircraft it will replace. It will play an essential rôle in enhancing Europe's airlift capabilities, whilst enabling the establishment of common support, training and operational procedures and greater interoperability in multi-national humanitarian and peace-keeping missions.

The A400M Common Standard Aircraft (CSA) is capable of performing:

- **strategic operations** (long range, large capacity, high cruise speed)
- **tactical missions** (soft-field performance, autonomous ground operation, low speed / low level operations, aerial delivery)
- **"in-theatre" tanking operations** (receiving as well as dispensing fuel)

The A400M is designed to civil certification standards complemented where appropriate by specific military requirements. The aircraft design incorporates leading state-of-the-art technology including:

- Fly-by-wire Flight Control System with sidestick controllers
- Flight envelope protection system, already proven in Airbus commercial aircraft
- Advanced structural design incorporating extensive use of composite materials
- High performance turboprop engines, allowing operation in civil air traffic control environment
- High flotation landing gear, allowing operation from short, unpaved airfields.





## Typical Missions

There is no such thing as a 'standard mission'. However, many of the A400M's capabilities, both logistic and tactical, can be demonstrated through the use of generic deployment scenarios. . .



### Scenario: Rapid Reaction Force

Further tension in the Gulf validates the decision to reinforce European troops in the region. There is a strong possibility that further hostilities will develop in the next few days.



A Rapid Reaction Force consisting of air mobile brigade troops with additional fire support, helicopters and two fighter squadrons is deployed. In all, 7200 personnel, 2500 wheeled and tracked vehicles (including artillery and light armour), 23 helicopters and support material for 24 fighter aircraft are required. The total force of over 17 000 tonnes of equipment is flown to the Gulf within 15 days using 50 A400M transports. All of this equipment can be ready to operate in half a day.

A number of A400Ms are rapidly converted into tanker role to support the deployed fighter aircraft.

**Scenario: Hostage Rescue Operation**

<b>A400M</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Distance 1000 nm</li></ul>
<b>Tactical</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Duration 7 days</li></ul>
<b>Scenario</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Fleet 18 A400M</li><li>• Transported 20 LAV, 700 troops</li><li>• Conducted Low level aerial delivery parachute assault</li></ul>

Civilian workers and their families have been taken hostage somewhere in the world. The governments will not accede to the terrorists' demands, made against threats of murdering the hostages. The deadline has been set five days hence. Only 16 A400Ms are available as the others are already on other missions.

On Day 1, a Pathfinder Force is inserted from high altitude using one aircraft. These troops, remaining covert throughout, carry out initial reconnaissance of the area, selecting drop zones and potential airstrips.

At dawn on the third day, a Parachute Assault from 14 A400Ms, six with 560 troops and stores and eight with vehicles and stores, is conducted. The A400M allows airdrop of two light armoured vehicles (LAVs) from each aircraft, bringing additional firepower and mobility. The enhanced Wedge capability (up to six tonnes) provides increased flexibility and instantly available material. These troops carry out the hostage rescue.

At dawn of the fourth day a Tactical Air Land Operation, consisting of the remaining two aircraft using Night Vision Goggles, is conducted. They secure the airstrip where the hostages are to be taken. A force of 108 troops and up to four LAVs can be delivered.

Later on Day 4 and Day 5 the hostages are brought to the airstrip. On the sixth and seventh day hostages are flown back home after medical examination and any immediate treatment. At the same time, troops and equipment are withdrawn.

### **Scenario: Humanitarian Aid**

A typhoon in Timor has created a major disaster and direct aid is needed. The A400M is the perfect vehicle to perform such a mission and 20 are available within the European air forces.

Slip crews are positioned at suitable en-route stations. Within four days a European rescue force including engineers and aeromedical evacuation personnel is positioned in Australia and Timor.

A complete medical camp is set up within hours of landing, at the main airport in Dili or on a pre-surveyed natural surface strip further into the interior. Helicopters, transported complete or with their rotor blades removed, quickly start operations ferrying aid workers into the region and transferring casualties to the field hospital.



Operating out of Australia, A400Ms are used to airdrop supplies (tents, blankets, food and water) to isolated communities cut off by the disaster. These aircraft then land to evacuate injured refugees for longer-term medical treatment in Australia.

After 12 days the aircraft are needed elsewhere. A successful conclusion is achieved: 4500 people rescued and the situation stabilised.

## **Performance**

A400M has been designed to provide high strategic mission efficiency whilst meeting the demands of tactical operations.

### **Speed / Altitude Capability**

The A400M is an economical turboprop aircraft with a cruise speed almost as fast as turbofan powered transports. Its advanced aerodynamic design, coupled with four new generation, high performance turboprops and 8-blade propellers provide cruising speeds up to Mach 0.72 at 37 000ft.

### **Field Performance**

For tactical missions, good field performance is a crucial factor for mission success.

The A400M provides excellent soft field capabilities and requires only a short runway length, both for take-off and landing. In a combat situation where it would land on a semi-prepared forward operating strip and unload all its cargo, the A400M would require less than 1000 m of usable runway.



The aircraft is capable of operating into unprepared landing strips under adverse meteorological conditions completely independent of ground support. With its 6-wheel main gear and high flotation characteristics, the A400M will be able to land on soft grass fields over low plasticity clay, a performance which far exceeds that of any similar aircraft.

Operations from remote sites, with limited or no ground facilities and limited space for manoeuvre are severe constraints for a tactical airlifter. The A400M is designed from the outset to work in these conditions.

- A turning radius of 28.6 m enables the A400M to be operated from simple air bases with limited aprons and taxiways;
- The A400M is capable of reversing up, under its own power, a 2% slope on hard surfaces and a 1% slope on soft surfaces at its tactical MTW in hot and high conditions.



## **Aerial Delivery**

As a tactical airlifter, the A400M is capable of air dropping paratroops and equipment via parachute or gravity extraction. A single load up to 16 tonnes, or multiple loads up to 25 tonnes of total weight; 116 paratroops plus a wedge load of 6 tonnes; up to 20 1-tonne containers or pallets; and heavy, medium, and light stressed platforms can be air dropped.

The A400M also features simultaneous dropping of paratroops and cargo (RAS/Wedge or Door Loads) and Very Low Level Extraction (VLLE) of a single load up to 6.35 tonnes, or 3 individual loads, each up to 6.35 tonnes, 4.5 m (15 ft) above ground.

Aerial delivery by gravity extraction of a single load up to 4 tonnes, or multiple loads up to 20 tonnes of total weight can be performed by a nose-up attitude or by being manually dispatched.



## **Air-to-Air Refuelling**

The A400M is also quickly convertible into a tactical tanker. The flight envelope of the A400M allows it to refuel a wide range of aircraft and helicopters, at the altitudes appropriate to their missions.

- A two-point trailing drogue system can be installed within two hours by fitting two standard air-to-air refuelling pods (optional) to the multi-role attachment points on the wings. Each pod provides a fuel flow of up to 1200kg/min.
- A centre-line pallet-mounted hose drum unit can be fitted in the rear cargo bay. It provides a fuel flow of 1800kg/min.





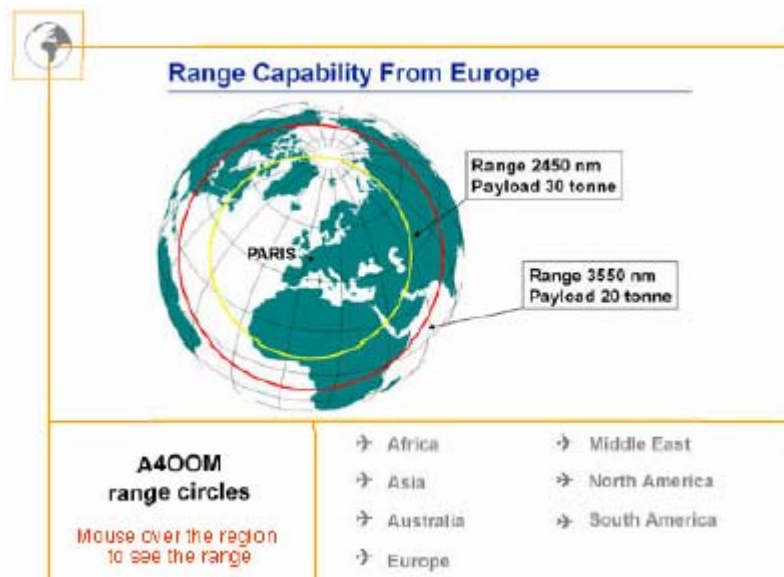
To enhance the fuel volume, up to two optional cargo bay fuel tanks (CBT) can also be installed, providing up to 12 tonnes of extra capacity. These additional tanks connect directly to the aircraft's fuel system and thus become part of the A400M's computer-controlled centralised fuel management system.

Designed from the outset to be a dual-role air transport and air-to-air refuelling aircraft, the versatile A400M offers air commanders and planners new levels of flexibility in the delivery of air power. Its basic fuel capacity of 50 tonnes or up to 62 tonnes with the optional CBT fitted, coupled with its own low fuel-burn rate, makes it an efficient aerial tanker and a cost-effective way for air forces to acquire an aerial refuelling capability.

### Range Capability

The A400M can carry an average military payload of 25 tonnes over 3000nm non-stop to military, commercial, or remote, unequipped airfields.

The A400M is also fully equipped for air-to-air refuelling as a receiver, and can be converted to the tanker role within 2 hours.





## **Cost Effectiveness**

The selective application of advanced technologies only in areas where these can demonstrate clear added value has long been an Airbus hallmark, giving Airbus products a distinct competitive edge.

The A400M has been sized to have the best balance of cargo load weight and volume. This enables the aircraft to achieve an average per sortie payload of around 70% of total aircraft payload. Only the A400M matches its maximum payload, and therefore aircraft weight, to the required 'outsize' volume of today's modern loads. This is important, as an aircraft's weight largely determines its acquisition and lifetime maintenance costs.

### **Life Cycle Costs**

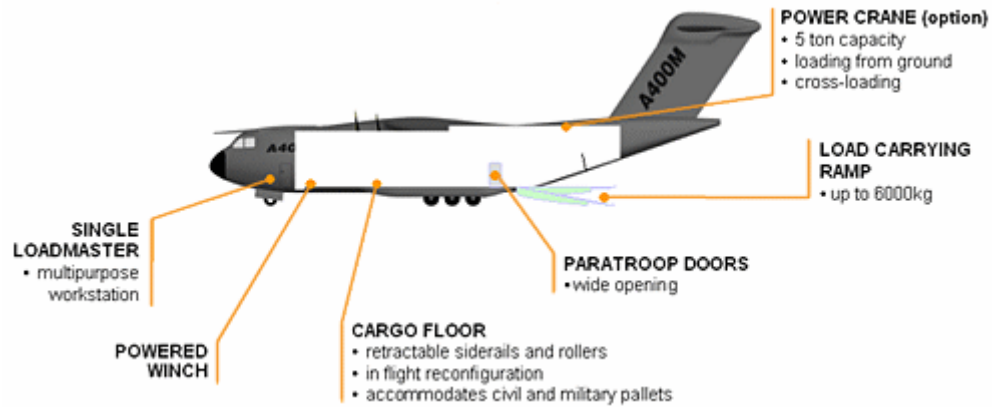
The acquisition price is only a portion of the total costs of owning and operating an aircraft. The Life Cycle Costs (LCC) are also affected by downstream operating costs such as fuel and maintenance. These will vary for each type of aircraft owing to many factors such as types of engine, aircraft size, and technology employed. A fair comparison can be obtained by calculating the LCC corresponding to the aircraft fleet required to perform a typical mission.

A fleet of 50 A400M airlifters represents a US\$ 5bn acquisition cost and a US\$ 15bn 30-year life cycle cost. When compared to a corresponding fleet of competing aircraft required to perform identical missions, the A400M will have the lowest 30-year life cycle cost.

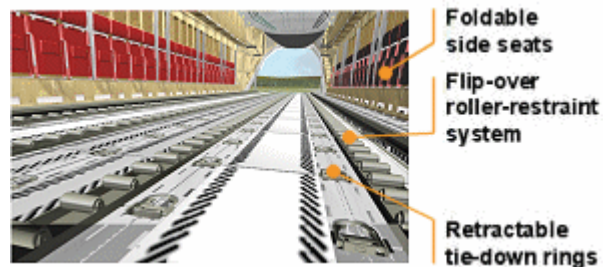
## **Cargo Handling**

The entire range of current and anticipated loads defined in the European Staff Requirement are all within A400M's carrying capability. Military loads ranging from armoured combat vehicles and artillery to attack and utility helicopters and civil loads such as excavators and dump trucks can all be accommodated. The A400M cargo box dimensions are optimised for the transportation of heavy vehicles and / or cargo pallets, as well as being easily configured to carry troops, paratroops, or Medevac.

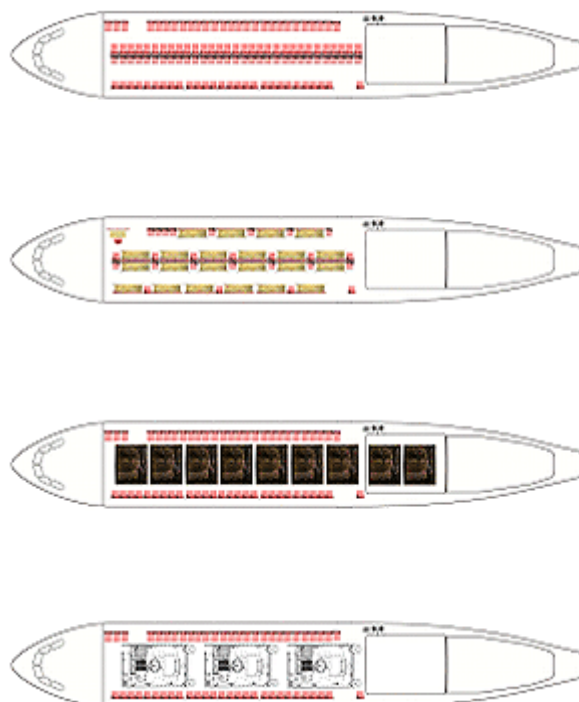




The A400M cargo handling system allows for pallets and containers to be loaded / unloaded by a single loadmaster, without any special ground support equipment. An optional 5-tonne crane can be installed at the rear of the fuselage allowing loading and unloading of fully loaded military pallets.

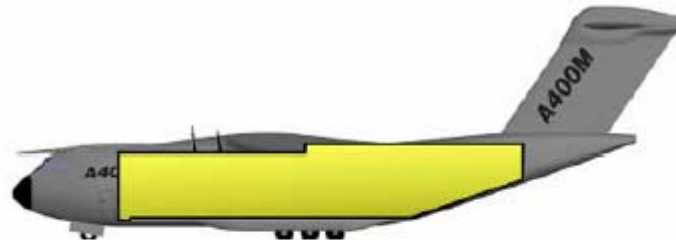


The cargo hold provides enough space to carry nine standard military pallets (88in x 108in) including two loaded on the ramp area. Civil pallets (125in-wide) can also be loaded using an optional roller/restraint system. Simultaneously 54 troops can be seated in the side-wall seats. The pallet roller/ restraint system can easily be stowed to provide a flat floor for tracked or wheeled vehicle loading.





The A400M cargo bay can accommodate up to 116 fully equipped troops / paratroops, seated in four longitudinal rows. Paratroops can be dropped from the rear doors or from the ramp. The hold can also be converted for a medical evacuation role (MEDEVAC) allowing up to 66 stretchers accompanied by 25 medical personnel.



**Typical loads for  
A400M**

Mouse over the loads  
to see the diagrams

- 6 x Land Rover & Trailer
- 2 x Light Armoured Vehicle LAV-III
- Dump Truck & Excavator
- Patriot Missile System
- Helicopter Super Puma / Cougar
- Truck & 25-tonne Trailer
- 9 x Cargo Pallet

## **ANEXO 2**

### **VIATURA TIPO “MULA MECÂNICA”**

<http://www.einsa.es/espanol/index.htm>



#### **PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS**

- Plataforma para as necessidades tácticas e logísticas dos diferentes exércitos.
- Velocidade máxima 65 Km/h. 4 WD a todo o tempo.
- 1.000 kg capacidade de carga. 4.000 lbs em atrelado.
- Transportável em aeronaves (12 no C-130).
- Pode ser lançada em pára-quedas.